

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A CLASSE TRABALHADORA FRENTE ÀS MUDANÇAS NO PERFIL DO
ASSALARIAMENTO NO BRASIL

Rita Matos Coitinho

Brasília, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

A CLASSE TRABALHADORA FRENTE ÀS MUDANÇAS NO PERFIL DO
ASSALARIAMENTO NO BRASIL

Rita Matos Coitinho

Dissertação apresentada ao Departamento de
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB
como parte dos requisitos para a obtenção do
título de Mestre.

Brasília, dezembro de 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A CLASSE TRABALHADORA FRENTE ÀS MUDANÇAS NO PERFIL DO
ASSALARIAMENTO NO BRASIL

Rita Matos Coitinho

Orientador: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso (UnB)

Banca: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso..... (SOL/UnB)
Prof^a. Doutora Maria Abádia da Silva.....(FE/UnB)
Prof^a. Doutora Maria Salete Kern Machado (SOL/UnB)

*Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo que naquela mesa havia
- Garrafa, prato, facão
Era ele quem fazia
Ele, um humilde operário
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.*

*Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve por um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela...
(O Operário em Construção – Vinícius de Moraes)*

Para Camilo

AGRADECIMENTOS

Cada realização pessoal tem por trás a participação de muita gente, contribuindo direta ou indiretamente. Não poderia deixar de lembrar aqui das pessoas que, de alguma forma, participaram comigo da realização do curso de mestrado em Sociologia, desde as disciplinas cursadas até a elaboração desta dissertação. Porém, sempre que listamos nomes, nos arriscamos a cometer alguma injustiça, esquecendo-nos de alguém importante. Mas vou correr o risco, tentando aqui relembrar todos os que, em maior ou menor grau, participaram desta importante etapa da minha formação.

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família, pelo amor incondicional e pelo apoio em tudo que proponho a realizar. Tornar-se mãe é uma experiência única na vida de uma mulher. É, também, um momento de muitas mudanças. Quando ele acontece em meio a um curso de pós-graduação, traz junto com as alegrias uma série de dificuldades, em especial, a de conciliar o tempo de estudo com as atividades de mãe de um bebê, que requer atenção integral. Sem o apoio de meus familiares, não teria sido possível concluir este curso. Agradeço a meu pai, João Batista, pelo incentivo permanente e pela ajuda indispensável nos cuidados com meu pequeno filho, Camilo, que me possibilitaram horas preciosas para a elaboração da pesquisa. À minha mãe, Gledes, pelo auxílio nos cuidados com o pequeno, pelas palavras de apoio, pela disposição em ajudar sempre. A meu irmão, Rafael, pelo apoio de sempre e pela tradução do meu Resumo para o inglês. A meu companheiro, Bruno, companheiro na vida e nos ideais, presente em todas as horas, pelas conversas intermináveis, pela paciência nos meus momentos de dúvida, pelo apoio incondicional a todos os meus planos, pelo zelo com que cuida de nosso filho.

Devo agradecer também a meu orientador, Professor Sadi Dal Rosso, pela disposição em me orientar, pelas sugestões e, mais ainda, pelas críticas, que é através delas que temos oportunidade de melhorar. Quero agradecer também a o conjunto de professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo seu empenho na construção permanente de um programa de pós-graduação de qualidade. Em especial, às professoras Berenice de Melo Bento e Maria Salete Machado, que participaram da qualificação do projeto e

contribuíram com importantes sugestões. Agradeço também à professora Maria Abádia da Silva que, juntamente com a professora Maria Salete, se dispôs a compor a banca de avaliação da dissertação.

Agradeço ainda aos funcionários do SOL, pela disposição em auxiliar e responder a todas as minhas dúvidas. À Universidade de Brasília, por propiciar os meios para o desenvolvimento da ciência crítica e autônoma, pelo zelo com a qualidade de seus cursos e garantia da gratuidade e acesso. À Universidade Federal de Santa Catarina, onde cursei a graduação, aos meus professores do curso de bacharelado em Ciências Sociais, e em especial, à professora Bernardete Aued, coordenadora do Núcleo de Estudos Sobre as Transformações do Mundo do Trabalho (TMT), local onde tomei gosto pela prática da pesquisa e pela temática do mundo o trabalho.

Aos colegas, em especial, Isamara, Arquimedes, Eduardo, Raphael, Márcio, Erlando, Élvia, Magda e Suylan, pelas sugestões, pelas conversas, pela amizade. Aos colegas do GEPT, coordenado pelo professor Sadi, pelos debates e pelas opiniões enriquecedoras proferidas nas reuniões que tive a sorte de freqüentar entre 2005 e julho de 2007. À Flávia, pela parceria na realização da prática docente, e aos meus alunos do curso de Introdução à Sociologia, com os quais aprendi mais do que pude ensinar.

A meus antigos chefes na PED/DF, Valéria Fachine e Antônio Ibarra, por terem me permitido trabalhar em horário flexível, de forma a poder acompanhar as disciplinas do mestrado durante o ano de 2005. A minha colega de trabalho na PED, Valéria Shiguti, que me ensinou a fazer melhor uso de programas como o Excel e o SPSS. A Marlene, funcionário do IBGE em Florianópolis, pela grande disposição com que atende aos usuários da biblioteca e, particularmente, pela valiosa ajuda com os dados dos CENSOS.

Ao Partido Comunista do Brasil, por manter viva a disposição transformadora, a defesa de uma sociedade fraterna e sem classes, a disposição para a luta cotidiana, o simbolismo e a prática da luta pelo socialismo. A todos aqueles que, apesar de não terem sido citados aqui diretamente, de alguma forma contribuíram para a realização deste curso e para minha formação como cientista social.

Sumário

Resumo	07
Abstract	08
Introdução	09
I – Teorias das Classes Sociais	
I.1 – A abordagem dos clássicos	18
I.2 – Em busca das “estruturas de classe”: o moderno debate sobre a aplicabilidade do conceito de classes sociais e a solução teórica de Eric Olin Wright	29
I.3 – Critérios teóricos e metodológicos para uma análise das estruturas de classe no Brasil	46
II – A Classe Trabalhadora no Brasil Contemporâneo	
II.1 – Padrões atípicos de constituição das classes	53
II.2 – Elementos históricos de constituição das estruturas de classe no Brasil	65
II.3 – A força de trabalho no Brasil: mudanças recentes a partir de uma análise sobre o assalariamento	83
III - Precarização das Relações de Trabalho e Expansão dos Serviços: algumas implicações para a definição da classe trabalhadora	
III.1 – As principais novidades no cenário contemporâneo	113
III.2 – A questão dos Serviços	120
Conclusão	124
Referências e Bibliografia	130
Fontes	137
Anexo Estatístico	138

RESUMO

O presente trabalho discute a atualidade e a aplicabilidade do conceito de classes sociais para a análise da sociedade brasileira contemporânea e procura demonstrar quem são os componentes da classe trabalhadora na atualidade. Em um primeiro momento, a partir da discussão de textos sociológicos clássicos e contemporâneos, procuramos encontrar um modelo adequado ao estudo das classes sociais no Brasil. Nosso entendimento foi de que as classes sociais definem-se pelas relações de produção, ou, mais precisamente, pela posição ocupada na divisão social do trabalho. Em relação à classe trabalhadora, consideramos a necessidade de se pensar o conceito de forma ampliada, de modo a abarcar a totalidade dos indivíduos cuja sobrevivência depende exclusivamente da venda de sua força de trabalho e seus familiares, aí incluindo-se também o contingente de pessoas desempregadas. Em um segundo momento mostramos como, historicamente, o Brasil tornou-se um país plenamente capitalista, podendo por isso ser estudado a partir do instrumental sociológico construído para a análise desta formação social, particularmente, o entendimento de que são duas as classes mais importantes nas sociedades capitalistas: a classe dos capitalistas e a classe dos trabalhadores. Com o objetivo de chegar a uma delimitação mais aproximada da classe trabalhadora brasileira, elegemos o assalariamento como principal objeto de análise. Na análise de duas décadas (1980 e 2000), feita com base nos dados dos censos do IBGE, observamos que o assalariamento é o principal meio de inserção dos brasileiros no mundo do trabalho e que o emprego industrial vem perdendo espaço para o setor terciário. Por conta disto ganha relevância o entendimento de que o conceito de classe trabalhadora transborda os limites do trabalho fabril, abarcando todas as formas de trabalho assalariado, da mesma maneira como o capital se expande para os mais diversos tipos de atividade econômica. Nossa conclusão aponta para a permanência da centralidade do trabalho assalariado no Brasil contemporâneo e mostra que as mudanças ocorridas nas últimas décadas tornaram mais complexa a análise da classe trabalhadora, uma vez que esta se encontra mais fragmentada.

Palavras-Chave: Classes Sociais, Classe Trabalhadora, Assalariamento.

ABSTRACT

The present work discusses the social class concept applicability and its contemporaneousness for the analysis of the Brazilian society and intends to demonstrate who are the components of the working class nowadays. In a first moment, starting from the discussion of classical and modern sociological texts, we meant to ascertain an adequate model for analyzing the social classes in Brazil. Our understanding was that the social classes are defined by production relationships, or, being more precise, by the position occupied by the selected individual in the social division of labor. Regarding the working class, we considered the necessity of stretching out this concept, in order to engross all individuals and respective families that survive exclusively from the selling of their labor, together with the unemployed mass. Secondly, we show how, historically, Brazil has become an utterly capitalist country, enabling us to apply sociological tools used for the study of such social formation, in particular, the understanding that two are the most important classes in a capitalist society: the capitalists and the workers. So as to arise into a more precise definition of the Brazilian working class, we choose wages as the main focus of our analysis. From the data of 1980 and 2000 Brazilian economic census, we observed waging as being the main entry point for the Brazilians in the working world and that industrial jobs have been losing space due to an increase on outsourcing of services. As for that, it becomes more relevant the idea that the concept of working class is not limited to a unique job specialty but extensive to all forms of paid work, the same as with the capital, which expands itself to the most diverse types of economical activities. Our conclusion points out the remaining of waged work as the core element in the Brazilian social organization and evidences the complexity of analyzing the contemporaneous Brazilian working class due to changes in its structure (in special its fragmentation), which has been happening over the last decades.

Key words: Social Classes, Working Class, Waging.

INTRODUÇÃO

A desilusão decorrente do fim da União Soviética, que durante décadas manteve-se como o principal contraponto à ordem capitalista, colocou no centro do debate político visões “alternativas” sobre a superação dos problemas sociais. Grande parte dos partidos de esquerda abandonou o referencial teórico característico dos partidos comunistas (o marxismo-leninismo) e, em conjunto, a aposta na luta de classes como propulsora das transformações históricas. Paralelamente, o fim do contraponto soviético animou as perspectivas dos apologistas do sistema capitalista, ao ponto de chegar-se a propor que chegamos ao “fim da história”.

Ao mesmo tempo, o sistema vive sua maior crise de reprodução. Segundo Mészáros (2002), o capital “perdeu o controle” de sua própria reprodução, na medida em que as esferas da produção e do controle encontram-se isolados e opostos entre si e a produção e o consumo adquiriram uma problemática existência autônoma (que permite um excesso de consumo desperdiçador concentrado em pouco locais, combinada à negação do acesso aos bens fundamentais para milhões de seres humanos). Não há unidade entre as diferentes esferas de reprodução do capital, e é este, segundo Mészáros, o mais enraizado defeito estrutural do sistema. Assim, as diversas tentativas de superar a fragmentação interna não podem produzir mais do que efeitos temporários.

Nas últimas décadas instalou-se a crise, que se traduz em uma recessão generalizada, com profundos e insolúveis níveis de desemprego, pauperização e estagnação econômica. No centro do sistema o “estado de bem estar social” foi à bancarrota, dele restando algumas poucas garantias sociais em países como a Inglaterra, a França, a Espanha, a Itália e a Alemanha¹. Mesmo assim devido à resistência travada pelos trabalhadores às políticas de desmonte do Estado. A social-democracia não só não conseguiu resolver os problemas intrínsecos ao sistema (justamente porque são intrínsecos e não meramente conjunturais) e evitar a crise, como fracassou na tentativa de dissolver os antagonismos sociais.

Conforme Mészáros:

¹ À exceção de alguns países europeus, como por exemplo a Suíça e os países escandinavos (Suécia, Dinamarca etc.).

É extremamente irônico que o processo de “globalização”, tão tendenciosamente propagandeado, tenha assumido em toda parte a forma devastadora do desemprego crônico, mesmo no “Norte” mais desenvolvido e privilegiado. Mas esta é a última coisa que os advogados acríticos da globalização desejam colocar em relevo. O que torna essa questão particularmente grave é que o desemprego crônico representa um limite *absoluto*² – no sentido de insuperável – do sistema do capital em si em todas as suas variedades possíveis (MÉSZÁROS, 2004: 17).

O desemprego crônico é o corolário de uma situação de descontrole quase absoluto do sistema, e a demonstração de que a saída buscada últimas décadas do século XX – o conjunto de medidas econômicas restritivas denominado “neoliberalismo”- não surtiram os efeitos preconizados por seus ideólogos, apesar da “economia” resultante do contínuo desmonte das estruturas de bem-estar e da “sangria” de recursos retirados dos países subdesenvolvidos por meio do endividamento crescente.

Diante das decrescentes taxas de lucratividade na produção, as décadas de 1980 e 1990 também foram palco de expressivas mudanças no mundo do trabalho. Todas elas resultado de estratégias do capital para superar a crise que se instalou em princípios dos anos 1970. Este conjunto de mudanças, que ficou conhecido como “reestruturação produtiva”, consiste em um processo que compatibiliza mudanças institucionais nas relações de produção e trabalho, bem como redefinição de papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, de forma a garantir a lucratividade. A introdução de novas tecnologias desempenha papel prioritário neste processo (BAUMGARTEM, Maíra. In: CATTANI, 2004: 268).

Surgem neste contexto, variadas inovações no tocante à organização do trabalho e sua gestão. Dentre elas podemos destacar os chamados “modelo japonês” e “modelo Italiano”. O primeiro consiste, segundo Xavier So (in: CATTANI, 2004: 190), em um conjunto de técnicas de organização da produção e do trabalho industrial, de práticas administrativas, relações de trabalho e princípios de gestão da empresa que estão associados aos expressivos ganhos de produtividade da indústria japonesa no período

² Grifo do autor.

posterior à Segunda Guerra Mundial. Dentre as principais inovações estão a produção *just-in-time*, que reduz os desperdícios através da eliminação dos grandes estoques intermediários necessários à produção. Eles passam a ser supridos no tempo certo e na quantidade exata à produção, através de sistemas visuais de comunicação dentro da linha produtiva, também denominado *kanban*. Esse sistema surgiu na fábrica da toyota (daí a designação *toyotismo*, também usada para tratar do modelo japonês) e consiste num conjunto de cartões que indicam a quantidade necessária de matéria prima ou peças intermediárias a serem produzidas para suprir a célula seguinte. O objetivo é, através do estabelecimento de comunicação interna às ilhas de produção (e não mais linha de produção, característica do fordismo) chegar a estoques zero, evitando ao máximo o desperdício e otimizando os lucros. Além disso, o modelo japonês inovou no tocante à relação capital-trabalho, enfatizando um clima de “cooperação” na empresa, procurando substituir o caráter conflitivo que caracterizou o fordismo. O trabalhador é “integrado” à empresa com um sentimento de identificação, compromisso e pertencimento a ela. Este mecanismo, também conhecido como estratégias organizacionais, procura interferir na própria subjetividade do trabalhador.

O modelo italiano está ligado às formas de organização produtiva estabelecidas primeiramente na região conhecida como “terceira Itália”. Este modelo consiste na integração da produção entre pequenas unidades produtivas em áreas tradicionalmente artesanais ou de economia familiar. Este modelo caracteriza-se pela recorrência constante às relações de trabalho “flexíveis”, com contratos temporários e jornadas em tempo parcial.

Características típicas dessas e outras inovações foram adotadas por toda parte, em maior ou menor grau. Os resultados desta reestruturação capitalista traduzem-se hoje na ampliação sem precedentes dos níveis de desemprego e de precarização do trabalho. Como aponta Antunes, o que aconteceu foi

...a flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção e a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e envolvimento da força de trabalho com os círculos de controle de qualidade implementados no Japão, em realidade uma apropriação do fazer e saber do trabalho sob o comando

manipulatório do capital dos nossos dias, levando o estranhamento do trabalho ao seu limite. Tudo isso feito sob o inquestionável domínio da produtividade e da modernidade acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril tradicional. A classe-que-vive-do-trabalho metamorfoseou-se (ANTUNES, 2002: 149).

Por conta dessas transformações, a questão do trabalho, atualmente, não pode ser interpretada como se fosse idêntica ao que era há quarenta anos atrás. Junto aos novos mecanismos de produção, de que falamos anteriormente, observa-se a ampliação sem precedentes (desde a década de 1980) do número de trabalhadores no setor de serviços (públicos e privados) combinada com a retração no emprego fabril. No Brasil, conforme estudo de Pochmann (2002), este setor, juntamente com o comércio, foi o responsável pela abertura de 81,8% do total de postos de trabalho no meio urbano entre 1980 e 2000. Nos últimos vinte anos também o trabalho precário superou em muito a geração de postos tanto nas fábricas com nas demais empresas “organizadas³”, conforme o autor. Antes disso no Brasil, entre 1940 e 1980, ampliava-se o número de trabalhadores nas fábricas e a geração de empregos apresentava um crescimento constante.

Neste movimento, um grande número de ocupações perdeu espaço, sendo substituídas por outras e por inovações tecnológicas. Embora a extinção de profissões não seja um fenômeno novo, tendo acompanhado todo o processo de desenvolvimentos de novas tecnologias e reorganização das estruturas sociais, como lembra Aued (1997), este fenômeno parece ganhar mais velocidade nas últimas décadas.

Ao mesmo tempo, devido à retração no emprego em áreas que tradicionalmente apresentavam índices expressivos de organização sindical e o crescimento das ocupações precarizadas, “flexíveis”, observa-se que os sindicatos e demais organizações classistas encontram dificuldades para obter conquistas nos movimentos reivindicatórios e, o que é mais dramático, perdem adesões a cada ano.

³ Márcio Pochmann utiliza, no estudo citado, a distinção entre ocupações de setores econômicos *organizados* e *não-organizados*: “O segmento organizado diz respeito aos postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, que se fundamentam nos empregos regulares assalariados, o não-organizado compreende formas de ocupações mais heterogêneas, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista (...). Além de as ocupações não-organizadas operarem de maneira dependente e subordinada à dinâmica capitalista, elas podem atuar, muitas vezes, conjuntamente com as ocupações organizadas” (POCHMANN, 2002: 07).

Por conta dos efeitos destas modificações no mundo do trabalho (de que é exemplo o momento difícil por que passa o sindicalismo), cresceu o descrédito nos movimentos baseados na questão do trabalho, desde o próprio sindicalismo até a idéia mais geral de luta de classes. Porém, os movimentos contestatórios “de questão única” (de que são exemplos os partidos e movimentos ambientalistas, dentre outros), que se multiplicaram durante os anos de “bem-estar social” nos países centrais e, mais recentemente, na América Latina, também não têm conseguido resultados expressivos, salvo em questões pontuais. Com relação aos movimentos “verdes”, por exemplo, todas as suas ações mais radicais esbarram nos limites impostos pela permanência da lógica do capital. Conforme Mészáros:

O sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo (...). Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão” (MÉSZÁROS, 2002: 95).

Os movimentos de questão única, por esbarrarem sempre nos limites inerentes à própria lógica do capital, acabam esvaziados de sentido, na medida em que não conseguem apresentar uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como “modo de produção sociometabólico e sistema de reprodução social” (idem:96). É neste sentido que a questão do trabalho se mantém como alternativa emancipadora. Pois, segundo novamente Mészáros:

O trabalho não é apenas não-integrável. Mas, - precisamente como a única alternativa estrutural viável para o capital - pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2002: 96).

Uma vez que o processo de sujeição do trabalho ao capital, que assume a forma de divisão da sociedade em classes sociais opostas entre si, não está superado - pelo

contrário, inova-se para garantir sua reprodução -, não está também superado o antagonismo fundamental entre as classes.

Contudo, retomar o debate das classes sociais – e, conseqüentemente, da luta de classes e suas perspectivas – requer discutir o que há de novo no cenário, já que houve uma série de mutações na esfera do trabalho, conforme tratamos acima. Autores como Hardt e Negri (2005), afirmam que a noção marxiana de classes é hoje representada pela *Multidão*:

A classe operária industrial já não desempenha um papel hegemônico na economia global, embora quantitativamente não tenha diminuído em escala planetária; por outro lado, hoje em dia a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida. A multidão, assim, compõe-se potencialmente de todas as diferentes configurações da produção social (HARDT e NEGRI, 2005: 13 e 14).

O desejo de democracia, encarado pelos autores como valor universal, é conduzido por estas redes de movimentos reivindicatórios atuando em escala planetária. O trabalho destes autores traz considerações importantes sobre a necessidade de se repensar a noção de proletariado que abarcava apenas os trabalhadores das fábricas, ampliando-a. Mas é em certa medida “exagerado”, ao conferir à classe dimensões tais que abarca setores que não têm qualquer afinidade estrutural.

Antunes (2003) apresenta o entendimento de que é preciso ampliar o conceito de classe trabalhadora, levando-se em conta a nova morfologia social que emerge a partir desse universo multifacetado do trabalho (ANTUNES, 2003: 214). Mas diferentemente de Hardt e Negri, seu entendimento é que a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, dos que vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho e são despossuídos dos meios de produção, o que inclui o enorme contingente de desempregados. Assim, *ampliar* o conceito de classe trabalhadora significa recusar a restrição, feita por autores como Nicos Poulantzas -que prefere a denominação “classe operária” -, aos operários fabris. Esta ampliação parece fundamental para a compreensão

da sociedade contemporânea e para dar conta das profundas mudanças ocorridas na esfera da relação entre capital e trabalho.

Considerando a teoria das classes sociais como uma ferramenta adequada ao estudo da sociedade contemporânea e que a luta de classes constitui-se como importante fator catalisador das transformações sociais, pareceu-nos ser importante produzir um estudo das características principais da classe mais numerosa, cujos interesses se contrapõem diretamente ao capital: a classe trabalhadora. Entender como se configura esta classe é o primeiro passo para se elaborar novas teorias a respeito de sua ação como classe, entender por que as lutas sociais hoje aparecem sob o véu da fragmentação e quais são as possibilidades organizativas e políticas desta classe.

A delimitação das classes sociais é trabalho de grande complexidade e exige largo conhecimento da realidade social, em suas dimensões econômicas, históricas e sociológicas. Não temos condições de realizar uma tarefa de tamanha amplitude nos limites de uma dissertação de mestrado. Aliás, este seria um esforço para toda uma vida de pesquisas e, ainda assim, certamente restaria muito a ser feito. Não é por acaso que há tão extensa bibliografia sobre o tema e, ao mesmo tempo, nenhum estudo conclusivo.

A presente dissertação parte uma grande questão principal: como delimitar a noção de “classe trabalhadora” no Brasil contemporâneo? Frente à abrangência do objeto, partimos para o estudo de uma das dimensões deste tema: a delimitação da classe a partir de sua posição na divisão do trabalho, mais especificamente, o estudo com base nas estatísticas oficiais sobre a força de trabalho assalariada. Assim, nossa pesquisa foi feita com base em duas frentes de trabalho:

- a) Uma discussão teórica, realizada com base em revisão bibliográfica, com vistas a delimitar melhor os conceitos de *classes sociais* e *classe trabalhadora* e sua aplicação à realidade nacional;
- b) Diante do entendimento de que a classe trabalhadora define-se principalmente pela relação de assalariamento, uma pesquisa com base em levantamento de dados, que procurou responder a duas perguntas: Em que setores da economia o

assalariamento cresce e onde se retrai? O assalariamento mantém ou está perdendo centralidade na sociedade brasileira?

A hipótese principal que orientou esta pesquisa é a de que a classe trabalhadora hoje encontra-se, em sua maior parte, ligada ao setor de serviços e ao trabalho precário, o que confere uma *aparência* de redução drástica do seu contingente e de perda de seu protagonismo nas lutas sociais. Em nosso entendimento, a insistência em restringir o conceito de classe trabalhadora como aquela ligada diretamente à linha de produção prejudica o entendimento desta categoria e dá margem às interpretações que identificam uma ordem social pulverizada em que as classes já não cumprem papel central.

Nosso critério aqui não foi o da *renda* auferida, como é usual em grande parte dos estudos sobre estratificação social, mas a *relação* dos grupos sociais com o trabalho e o capital. Para tanto, recorreremos aos instrumentos metodológicos elaborados por um autor contemporâneo: Eric Olin Wright. Tratamos de seu “mapa de classes” e pressupostos teóricos no primeiro capítulo. Também neste capítulo exploramos algumas das teorias mais importantes sobre o estudo das classes sociais, e buscamos elaborar um modelo para análise, apoiado em algumas dessas contribuições teóricas.

O segundo capítulo é o mais extenso e está dividido em três partes. Na primeira, fazemos uma breve discussão da aplicação da noção de classes sociais à realidade brasileira; na segunda, um estudo histórico – feito a partir de revisão bibliográfica - da formação da sociedade de classes brasileira, como subsídio ao debate contemporâneo. A terceira parte consta da análise de dados dos censos do IBGE, onde procuramos entender:

- a) as principais mudanças ocorridas nos últimos 20 anos no tocante à distribuição da força de trabalho e as suas tendências;
- b) se há de fato uma tendência à dissolução do sistema de assalariamento, como afirma, por exemplo, Rifkin (1995) ou se ele se amplia por novas formas.

Trabalhamos com a hipótese de que queda no assalariamento está ligada ao incremento no nível de desemprego. Porém entendemos que o desempregado não deixa de ter a condição de trabalhador: está em busca de um emprego e é esta a sua *posição objetiva* na sociedade. Excetuando-se casos excepcionais, o desempregado não vai se tornar

“empregador”. Pode, no máximo, encontrar uma forma de sobreviver por conta-própria. Por isso entendemos que o *assalariamento* segue sendo *a relação fundamental*.

No terceiro capítulo, menos extenso, discutimos algumas implicações, no que se refere à constituição da classe trabalhadora, da expansão do trabalho precário e do maior crescimento do assalariamento no setor de serviços em relação à indústria. Por fim, nossa conclusão retoma o debate da centralidade histórica do trabalho e da classe trabalhadora.

Capítulo I – Teorias das Classes Sociais

I.1 – A abordagem dos clássicos

O pressuposto iluminista de que, em virtude de sua humanidade, os homens nascem iguais, trouxe o questionamento, presente nas modernas teorias sociais, sobre as origens da estratificação social e da desigualdade de distribuição das riquezas e produtos sociais. Até então, as disparidades eram vistas como naturais ou divinas e a rigidez dos sistemas de estratificação tradicionais estava diretamente relacionada ao seu estancamento econômico.

Na Europa da Idade Média o modo de organização social predominante, o feudalismo, manteve-se por vários séculos baseado em uma estrutura de estratificação rígida, controlada por uma minoria que detinha o acesso à terra - nobres -, principal fundamento da ordem social. A condição de servidão era entendida como natural, uma vez que, de acordo com a moral da Igreja, a pobreza e o trabalho sem o objetivo de riqueza eram divinos. Porém, as verdades religiosas e tradicionais universais acabaram suplantadas pelo desenvolvimento de uma nova ordem econômica, advinda da industrialização capitalista. A burguesia ascendente procurou em novos pressupostos a legitimação da nova ordem.

Contrariamente ao preconizado nos séculos anteriores, as teorias sociais iluministas trouxeram o pressuposto da igualdade natural entre os homens e da existência de direitos naturais. Uma vez que os homens nascem iguais, o que poderia explicar as diferenças sociais? Primeiramente surgiram as teorias contratualistas, que viam no Estado o mediador fundamental para garantir a paz e acabar com a guerra de todos contra todos do estado de natureza, no caso de Hobbes, como meio de manutenção da ordem e de assegurar a liberdade e a igualdade, no caso de Locke ou como assegurador das liberdades individuais, no caso de um Estado democrático, conforme Rousseau. De acordo com este último, o que assegurava a igualdade entre os cidadãos era a presença de direitos políticos, como o sufrágio universal e as demais instituições democráticas. Também as teorias liberais pensaram a igualdade entre os homens como “igualdade de

oportunidades” e explicaram as estratificações sociais como resultado do maior e menor sucesso individual.

O desenvolvimento capitalista trouxe consigo a expansão dos centros urbanos, resultado da industrialização e simultânea expulsão de grandes contingentes humanos do campo, os quais se dirigiram para as cidades. A riqueza produzida pela nova indústria contrastava com a miséria vivida pelos trabalhadores amontoados nos bairros mais pobres e o debate sobre as desigualdades ganhou fôlego com o surgimento dos movimentos operários, primeiramente com os ludistas, que viam no avanço tecnológico o seu principal adversário e, logo em seguida, com os primeiros movimentos socialistas, que identificavam nas péssimas condições de trabalho (jornadas extenuantes, acidentes constantes etc.) e na injusta distribuição da riqueza (materializada nos baixíssimos salários) o seu maior inimigo.

Com o florescimento da sociologia, no século XIX, surgiram novos enfoques sobre a estratificação da sociedade. A teoria social mais importante da nascente escola sociológica francesa, a de Émile Durkheim, enfatizou as diferenciações sociais resultantes da divisão do trabalho. Conforme Aron (1987:306) a diferenciação social, para Durkheim, é a solução pacífica da luta pela vida, pois ao invés de lutarem entre si para sobreviver, como os animais, os homens diferenciam-se. Cada um deixa de estar em conflito com todos, preenchendo uma função específica para o bem comum. A divisão do trabalho gera, assim, solidariedade orgânica (baseada nas diferenças).

A consciência coletiva que nasce da divisão do trabalho exerce sobre os indivíduos uma ação coercitiva que garante a coesão social. Desta forma, a posição objetiva de cada um é atribuída pela ordem social, não dependendo, portanto, do indivíduo sua inclusão nesta ou naquela posição social, pois esta é objetiva e atribuída, estruturalmente, pela sociedade. A teoria de Durkheim sobre a divisão do trabalho pode ser criticada por enxergar a desigualdade social como funcional para a coesão da sociedade. Já que é através da diferenciação que se estabelece a solidariedade.

Ainda assim, de acordo com Fernandes (1975), a teoria de Durkheim tem grande valor para o estudo contemporâneo das classes sociais, uma vez que propôs requisitos

estruturais e dinâmicos capazes de evidenciar o aparecimento, a diferenciação e a evolução da ordem social competitiva (o capitalismo) que servem como critério do reconhecimento e explicação da realidade pelo investigador. Esses critérios foram formulados ao nível da interdependência moral e da integração dos estados coletivos de ciência social (através da teoria da divisão do trabalho) (FERNANDES, 1975:48).

Com diferente abordagem, outros autores apontaram pressupostos estruturais para a identificação da ordem capitalista, os quais estavam definidos em requisitos estruturais e dinâmicos ao nível sócio-econômico - através da teoria da acumulação originária (FERNANDES, 1975:48): Karl Marx e Friedrich Engels.

A teoria de Marx e Engels surgiu como marco no pensamento social moderno, tanto na nascente sociologia como na economia, na história e na filosofia. Demonstrou, conforme afirma Fernandes, que a organização capitalista das relações de produção condiciona, morfológica, funcional e geneticamente, tanto os processos de estratificação social, que geram a moderna sociedade de classes, quanto a formação de um novo tipo de mercado, que tem por função servir de elo entre ambas, convertendo a apropriação privada dos meios de produção e a mercantilização do trabalho nas duas faces da mesma moeda (FERNANDES, 1975: 31).

O texto mais difundido destes autores, o *Manifesto Comunista*, afirma que toda a história da sociedade humana é de luta entre classes antagônicas.

Nas épocas históricas mais remotas, encontramos, em quase toda parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma múltipla gradação de posições sociais. Na Roma Antiga, temos patrícios, guerreiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, aprendizes, servos; e, em cada uma destas classes, gradações particulares. A sociedade burguesa moderna, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das velhas (MARX & ENGELS, 1987a: 102 e 103).

Porém, não há uma obra específica em que Marx e Engels tratem da *definição* de classe social⁴. O tema é tratado ao longo da obra dos dois pensadores, e há diferentes abordagens. Contudo, é possível deduzir dos escritos deixados pelos autores que a base da constituição das classes sociais é a *relação* com os meios de produção - afinal as classes sociais são históricas e diretamente ligadas ao modo de produção vigente.

Segundo Bottomore (1988), em certo sentido a descoberta do *proletariado* como a “*idéia no próprio real*, [ou seja], uma nova força política engajada em uma luta pela emancipação”, foi o que fez com que Marx se interessasse diretamente pela análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento (BOTTOMORE, 1988: 61). Na mesma época em que Marx fazia esta descoberta, Engels também se aproximou da mesma formulação, externando-a nos *Anais Franco Alemães*, de 1844 e no estudo sobre *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845. Posteriormente, os dois pensadores elaboraram a concepção de *luta de classes* como força motriz da história, que aparece mais claramente no Manifesto Comunista, especialmente no trecho que destacamos na página anterior.

A teoria de Marx e Engels enfatiza a divisão da sociedade capitalista em duas classes antagônicas e fundamentais, a saber, a burguesia e o proletariado (ou classe trabalhadora). De forma mais detalhada, no prefácio à edição inglesa de 1888 do Manifesto Comunista, Engels assim definiu:

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (ENGELS, F. In: MARX & ENGELS, 1987a:102).

Porém essa distinção de *duas* classes principais, que aparece com maior ênfase em alguns textos, não é definitiva na obra de Marx. Nos manuscritos reunidos como último tomo de

⁴ Os manuscritos de Marx, organizados no terceiro volume da obra *O Capital*, interrompem-se justamente na parte onde parecia querer sintetizar uma definição de classe!

O Capital, último trabalho de Marx, estão destacadas não duas, mas *três* classes fundamentais: os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários.

Em outros trabalhos, aparecem ainda outras classes, conforme podemos observar, por exemplo, na obra de Marx *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, onde aparecem os proprietários de terras (latifundiários), a pequena burguesia e o campesinato, além das várias frações de classe (que muitas vezes se opõem na luta política), como a burguesia industrial e a financeira, o proletariado industrial, a “classe média” e o lumpenproletariado. Conforme demonstra Bottomore (1988), ao mesmo tempo em que afirma a polarização entre duas classes na sociedade capitalista, Marx observou no texto publicado como *Teorias da Mais-Valia*, que deixou de lado, para os objetivos de sua análise preliminar, entre outras coisas, “a constituição real da sociedade que, de maneira alguma, consiste unicamente da classe dos trabalhadores e da classe dos capitalistas industriais” (citado em BOTTOMORE, 1988:62).

Além das alusões recorrentes às classes e frações de classe que citamos acima, encontramos ainda referência a uma “classe média”, ou camadas intermediárias, termo que em Marx alude à camada social existente “entre” a burguesia e o proletariado, algo semelhante à pequena burguesia. Em *O Capital*, temos que:

A Inglaterra é a sociedade moderna que conheceu, quanto a sua estrutura econômica, o desenvolvimento mais rico e clássico. Mas mesmo nela a estrutura de classes não se apresenta em toda a sua pureza. Também ali camadas médias e intermediárias tornam geralmente pouco nítidas as linhas de demarcação (...). Contudo, este fato é secundário para a nossa análise. Vimos que o modo de produção capitalista tende sempre – é a lei de sua evolução – a separar cada vez mais os meios de produção e o trabalho e a concentrar cada vez mais os dispersos em grandes grupos, transformando assim o trabalho em trabalho assalariado, e os meios de produção em capital. Paralelamente, prossegue a separação da propriedade fundiária, do capital e do trabalho, em outras palavras, a transformação de toda propriedade fundiária numa forma adequada ao modo de produção capitalista (MARX, 2002 (livro III): 397).

Assim, ainda que existam outras classes na sociedade (mesmo outra “grande classe”, como é o caso da classe dos proprietários de terra), a tendência é que com o desenvolvimento do capitalismo e a generalização da relação capitalista em todas as áreas, a estrutura social torne-se cada vez mais polarizada em duas grandes classes.

Essa definição das duas classes antagônicas fundamentais refere-se ao que Marx considerava como a *contradição principal* do modo de produção capitalista, o conflito irreconciliável entre capital e trabalho. Esta é, segundo Engels, a formulação mais importante de Marx: a teoria do valor-trabalho, segundo a qual o trabalho humano torna-se mercadoria sob a égide do capitalismo e é, assim, a única mercadoria capaz de criar valor novo (mais-valia). O trabalhador é desprovido dos meios de produção e, portanto, obrigado a “vender” sua capacidade de trabalho ao capitalista, que possui os meios e a matéria prima para a produção de novas mercadorias. Uma vez que o capitalista “compra” a força de trabalho, é dono do seu produto, exceto da parte que utiliza para pagar os salários. Desta forma, o interesse da classe trabalhadora é oposto ao da classe burguesa, pois a alteração desta ordem de coisas depende da extinção da relação de produção capitalista (a apropriação privada dos meios e produtos do trabalho) e, portanto, da forma de organização societária que dela resulta.

Decorre daí a formulação de que a nova sociedade, nascida das contradições do próprio capitalismo, virá dos processos sociais advindos da luta política entre as classes (como todas as sociedades até este momento):

Só numa ordem de coisas na qual já não haja classes e antagonismos de classes deixarão as evoluções sociais de ser revoluções políticas (MARX, 2001: 152)

Assim, de acordo com Marx (e Engels), as transformações sociais estão diretamente associadas às disputas e lutas políticas travadas entre as classes. Se, por um lado, as transformações econômicas determinam as transformações sociais *em última instância*, essas transformações estão diretamente ligadas às lutas políticas reais, travadas no seio da sociedade pelas classes sociais. Estas são os agentes históricos fundamentais e é por isso que, no dizer do Manifesto Comunista, toda a história da sociedade humana é uma história de lutas entre as classes.

Apesar dessa formulação, não há nas obras de Marx e Engels nenhum estudo sistemático sobre as principais classes e relações de classes em outras formações sociais, anteriores ao capitalismo. Bottomore aponta para o fato de que em *A Ideologia Alemã* aparece a idéia de que “a própria classe é um produto da burguesia” (BOTTOMORE, 1988:61). Também Kautsky, em sua discussão sobre classe, ocupação e *status*, argumenta que Marx e Engels apresentaram a divisão em duas grandes classes como uma característica distintiva da sociedade burguesa e que na verdade as lutas de classes mencionadas no *Manifesto Comunista* eram, na verdade, conflitos entre grupos de *status* (KAUTSKY, 1927. Citado em BOTTOMORE, 1988:62). No entanto, Bottomore admite que há, claramente, um sentido em que Marx quis afirmar a existência de uma divisão fundamental de classes em todas as formas de sociedade que sucederam as formas de comunidades tribais, quando ele afirma que:

...é sempre a relação direta entre os proprietários das condições de produção e dos produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto, de todo o edifício social (MARX, K. *O Capital*, tomo III, cap. XLVIII. Citado em BOTTOMORE, 1988:62).

Da teoria do valor-trabalho derivam as demais formulações importantes da teoria de Marx e Engels como, por exemplo, sua noção de Estado, segundo a qual ele é um instrumento da classe que está no poder, e não uma instituição independente ou mediadora de conflitos, como formularam os pensadores burgueses. Assim,

...a burguesia, finalmente, desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si, no moderno Estado representativo, o predomínio político exclusivo. A direção do Estado moderno é apenas um comitê de administração dos interesses comuns de toda a Burguesia (MARX & ENGELS, 1987a: 104).

Até mesmo os valores morais de cada sociedade estão baseados nas relações de classe. Predominam, em cada época, os valores da classe dominante, conforme podemos ler em *A Ideologia Alemã*:

As idéias da classe dominantes são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual*⁵ dominante (MARX & ENGELS, 1987b: 72).

Ainda em relação à delimitação das classes, na obra *Miséria da Filosofia*, Marx faz ainda uma distinção fundamental, a de *classe em si* e *classe para si*. A primeira refere-se à existência da classe pelas condições de produção, a segunda refere-se à classe consciente, organizada e orientada para seus próprios interesses de classe. Assim, diferentemente do que afirmam algumas correntes de pensamento marxista⁶, na teoria de Marx, *as classes são objetivas e existem independentemente da consciência de classe*:

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, *essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma*⁷. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se *interesses de classe*⁸ (MARX, 2001:151).

A questão da existência objetiva das classes ou da impossibilidade de se entender a existência de classes sociais independentemente de uma consciência de classe gerou intensos debates dentro da chamada “tradição marxista”. Mas o maior objeto de pesquisas e discussões dentro da tradição marxista é, até hoje, a questão colocada pelo próprio Marx, a qual ele mesmo não teve tempo de responder: “*que constitui uma classe? Como os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários constituem as grandes classes da sociedade?*”.

Abordaremos algumas das tentativas teóricas de solucionar esta questão mais adiante. Antes, vamos tratar de um terceiro marco para o estudo sociológico das estratificações sociais, a teoria de Max Weber.

⁵ Grifos os autores.

⁶ É o caso, por exemplo, do historiador marxista E.P. Thompson, para quem não se pode identificar as classes independentemente da consciência de classe.

⁷ Grifo nosso.

⁸ Grifo nosso.

Se em Marx as classes apareciam como os agentes históricos fundamentais, na teoria de Weber a ação de classe é apenas mais uma base possível e freqüente da ação comunal. Outras variáveis podem ser mais importantes que as disputas classistas, como, por exemplo, a expansão de novos valores religiosos, para lembrar um dos trabalhos mais importantes de Weber, *A ética protestante e o espírito do Capitalismo*, onde ele apresenta a idéia de que a difusão dos valores do protestantismo foi a principal (embora não a única) força de propulsão da organização da sociedade capitalista.

Para Weber, as distinções sociais podem estar fundadas em diferentes pressupostos, como o acesso a bens, status e tradições. Estas distinções são fenômenos ligados à distribuição de poder, seja econômico ou social. Diretamente conectadas à ordem econômica estão as *classes*, assim como os grupos de *status* estão relacionados com o poder social.

O Status é um mecanismo de hierarquização social que se dá no plano simbólico. Os grupos de status constituem comunidades, ligadas à posse de bens (materiais e/ou simbólicos), com determinados “estilos de vida” que criam restrições à entrada de indivíduos estranhos ao grupo e determinam as relações com outros grupos de status. Os grupos de status são um mecanismo de hierarquização social com baixa possibilidade de ascensão. Neste sentido pode-se falar nas castas como grupos de status levados ao extremo.

No que se refere às classes, Weber apresentou o conceito de *situação de classe*, cuja ênfase está posta na existência do mercado e na posição nele ocupada, no que se refere à propriedade de bens e serviços, condições de acesso a esses e poder de distribuir e utilizar recursos econômicos. Assim, o que caracteriza a classe é a existência de indivíduos vivendo na mesma situação de mercado.

Podemos falar de “classe” quando 1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado exclusivamente por interesses econômicos na posse de bens e oportunidades de ingresso, e 3) está representado sob as condições de mercado de produtos ou de trabalho (GERTH & MILLS, 1999).

As “situações de mercado” podem variar quase infinitamente, daí a dificuldade de se distinguir as classes sociais no modelo weberiano. Contudo em *Economia e Sociedade* Weber apresenta uma “lista” com variadas posições de classe, mas agrupa-as em “conjuntos”, por assim dizer, baseados na propriedade e na possibilidade de aquisição de bens. Assim, temos⁹ “Classes proprietárias positivamente privilegiadas” (rentistas e credores) e “Classes proprietárias negativamente privilegiadas” (endividados, pobres, desclassificados - *proletarii* no sentido clássico-, dependentes – objetos de propriedade), bem como “Classes aquisitivas positivamente privilegiadas” (empresários em geral, sejam comerciantes, industriais, banqueiros etc.) e “Classes aquisitivas negativamente privilegiadas” (trabalhadores em suas diversas categorias). Dentro deste último grupo encontram-se também as “classes médias”, os camponeses e artesãos autônomos, além de funcionários públicos e privados, profissionais liberais (estes podem estar também entre os positivamente privilegiados). Weber distingue ainda, como “*classes sociais*”:

- a) os trabalhadores em seu conjunto, e isto tanto quanto mais automatizado se torna o processo de trabalho,
- b) a pequena burguesia,
- c) os intelectuais sem propriedade e os especialistas profissionais (técnicos, “empregados” comerciais e outros, funcionários públicos, eventualmente com separação muito rigorosa entre eles, segundo o *custo* da educação),
- d) as classes dos proprietários e privilegiados por educação (WEBER, 1999: 201).

A mobilidade entre as classes pode apresentar-se em maior ou menor grau e as situações de classe são, em geral, inconstantes. Por isso a unidade de classe é também variável, assim como a possibilidade de ação de classe. As lutas entre as classes, quando ocorrem, dificilmente têm a intenção de mudar a constituição econômica geral da sociedade; em geral a ação comunal provinda do interesse de classe tem por objetivo a obtenção de acesso à propriedade ou a distribuição desta.

⁹ Todos os conceitos apresentados neste parágrafo encontram-se em WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. Volume 1, páginas 200 e 201.

Weber entendia que os fenômenos sociais só poderiam ser compreendidos quando reduzidos aos seus componentes individuais. Deste entendimento decorre também o de que as ações coletivas originam-se de uma soma de interesses individuais, orientados para um fim semelhante. O sentimento de pertencimento a uma classe só acontece quando de uma ação comunal orientada por interesses comuns advindos de uma mesma situação de classe. A ação de classe pode acontecer mais facilmente:

- a) contra os portadores *imediatos* de interesses opostos (trabalhadores contra empresários e não contra acionistas, os quais de fato obtêm renda sem trabalhar; tampouco: camponeses contra proprietários de terra);
- b) somente em situações de classe tipicamente semelhantes para *massas* de pessoas;
- c) em caso de possibilidade técnica de fácil reunião, especialmente nas comunidades de trabalho localmente concentradas (comunidades de oficina),
- d) somente em casos de *condução* para fins evidentes, os quais regularmente são impostos e interpretados por pessoas não pertencentes à classe (os intelectuais) (idem: 202).

Referindo-se a diretamente a Marx, Weber apresenta a idéia, da qual compartilha - apesar de suas diferenças na conceituação de classes -, de que a presença crescente do trabalho treinado e mecanizado nas fábricas pode ter efeitos sobre a unidade de classe no caso do proletariado.

Mas as diferenças entre os dois autores são claras (embora não necessariamente opostas): enquanto para Marx as classes têm papel definitivo na evolução histórica, Weber desconfia deste potencial, vendo a ação de classe como algo mais conjuntural e necessariamente ligado aos interesses econômicos imediatos. Enquanto este último entende as classes como ligadas exclusivamente à dimensão econômica, aquele as enxerga ligadas a todos os fenômenos da vida social, seja na esfera econômica ou agindo de forma preponderante nos processos políticos, sociais e culturais.

Em relação a Durkheim, pode-se afirmar que seu entendimento das diferenciações sociais é oposto ao de Weber, embora estes dois se aproximem, de certa forma, no tocante à concepção da ciência social (o rigor teórico e metodológico como oposto ao

envolvimento político). Enquanto em Durkheim as posições sociais são estruturalmente determinantes, em Weber as classes aparecem como externas ao indivíduo e só existem relativamente a outras posições de classe.

A partir das teorias destes autores, a teoria social do século XX ocupou-se do tema das estratificações sociais com variadas abordagens. O período que se inicia após a Segunda Guerra Mundial é o mais rico em produções sobre este tema, como veremos a seguir.

I.2 – Em busca das “estruturas de classes”: o moderno debate sobre a aplicabilidade do conceito de classes sociais e a solução teórica de Erik Olin Wright

A separação da sociedade moderna em classes sociais não foi consenso para os autores clássicos e menos ainda para a sociologia moderna. Diferentes enfoques surgiram, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Seria necessário dedicar algumas centenas de páginas para tratar de todas essas abordagens. Não é este o objetivo aqui, inclusive porque outros autores¹⁰ já realizaram excelentes análises sobre a sociologia das estratificações sociais. Vamos nos ater apenas em alguns debates que consideramos mais relevantes para o estudo que pretendemos desenvolver mais adiante.

Nos anos 1950 já estava difundida na ciência social dos EUA uma tradição “empirista” e funcionalista e, assim, a maior parte dos estudos sobre estratificação social seguiam também essa tendência. Um teórico destacado na sociologia estrutural e funcionalista norte-americana deste período, Talcott Parsons, preocupou-se em formular esquemas de investigação empírica das estratificações sociais dando atenção à questão da mobilidade e às diferenças ocupacionais. A sociologia de Parsons tendia sempre a dar mais atenção à ordem do que ao conflito, e por isso seus estudos não foram empreendidos no sentido de captar as relações de classe conforme a noção marxiana de “luta de classes”.

Na Inglaterra da metade do século Glass publicou um estudo que utiliza uma escala de ocupações em análises estatísticas da “mobilidade social”, denominado *Social Mobility in*

¹⁰ A socióloga britânica Rosemary Crompton, por exemplo, apresentou em seu livro *Class and Stratification* uma eficiente síntese dos principais debates sobre classes e estratificações. O apanhado que se segue foi elaborado com o apoio desse livro, além de algumas obras dos próprios autores citados. Utilizamos aqui a edição em espanhol CROMPTON, Rosemary. *Clase y Estratificación*. Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1997.

Britain. Com outro enfoque, misturando influências da teoria de Weber e de Marx, os norte-americanos Bendix e Lipset publicaram *Class, Status and Power*, numa franca alusão ao texto de Weber *Classe, Status e Partido*. No estudo, apresentaram com destaque a distinção weberiana de classes econômicas e escalas de status. Em estudo posterior, esses autores debateram a teoria de Marx sobre a ação das classes sociais, considerando-a ambígua, já que de um lado Marx demonstrava segurança de que as contradições próprias do capitalismo conduziriam a um proletariado consciente de sua condição de classe ao mesmo tempo em que apostava na consciência de classe, na ação política e na teoria científica como potencializadores da ação de classe. Seria então inevitável a consciência de classe e o conflito? Para Bendix e Lipset, a resposta era clara: o fenômeno da consciência de classe é contingente, e não inevitável (conforme se pode ler também em Weber).

Se a consciência de classe não é inexorável, torna-se ela mesma objeto de investigação científica. É o que sugeriu Lockwood também na década de 50, em *The Blackcoated Worker: A Study in Class Consciousness*:

Uma vez despojado de seus pressupostos deterministas, o problema marxiano da relação entre posição de classe e consciência de classe pode converter-se em um tema de investigação sociológica sistemática de grande alcance (LOCKWOOD, 1958:217. Citado em CROMPTON, 1997: 55).

Uma vez iniciado o debate sobre classe e consciência de classe, abriu-se a perspectiva da separação analítica entre estruturas de classe e consciência, entre as dimensões ‘objetiva’ e ‘subjetiva’ da classe. Surgiu aí uma nova perspectiva de análise sociológica, a da identificação de “estruturas de classe”, que poderiam ou não preparar terreno para a ação consciente. A obra de Dahrendorf apresentou a estrutura de emprego como a chave para esse objetivo. Segundo ele, a teoria geral das classes constitui-se de dois elementos analiticamente cindíveis: a teoria da constituição das classes e a teoria da ação e do conflito de classes. Também Lockwood, no estudo citado acima, faz uso desta “separação analítica”, procurando entender a situação dos trabalhadores de “colarinho branco”. Para ele, a identificação da “situação de classe” deveria levar em conta três fatores: a situação de mercado, a situação de trabalho e a situação de status. A primeira refere-se à situação

econômica do indivíduo, como a fonte e o volume de rendimentos, grau de segurança no emprego, mobilidade profissional ascendente etc. A segunda trata da posição do indivíduo na divisão do trabalho e a terceira é a classificação do indivíduo na hierarquia de prestígio do conjunto da sociedade. A consciência de classe estaria ligada às experiências vividas em cada um desses três níveis.

Afora o debate sobre consciência de classe, a maioria dos estudos que se desenvolveram na segunda metade do século XX encararam classe como sinônimo de *ocupação*. Assim, no âmbito da sociologia, foram produzidos e ainda hoje se produzem estudos que dividem a estrutura ocupacional em agregados que se pretendem correspondentes com os distintos níveis de desigualdades materiais e sociais. São exemplos os trabalhos de Reid, que entende “a classe como um agrupamento de pessoas dentro de categorias que se constituem com base na ocupação” (REID, 1981: 6 – Citado em CROMPTON, 1997: 74) e Parkin, para quem “a coluna dorsal da estrutura de classes, e, com efeito, do sistema de recompensas na sociedade ocidental, é a ordem ocupacional” (PARKIN, 1972: 18 - Citado em CROMPTON, op.cit.: 75).

Apesar de a ocupação ser reconhecidamente um importante indicador social, seu uso como medida de classe implica numa série de dificuldades, conforme o entendimento de Crompton. Segundo ela, pode-se destacar dois problemas principais: o primeiro é que as classificações ocupacionais e de emprego não incorporam de maneira adequada as variadas dimensões das desigualdades da sociedade moderna. Até porque, apenas uma parte das pessoas é “economicamente ativa” e está, portanto, classificada nas divisões ocupacionais - neste caso, algumas estratégias foram criadas para solucionar o impasse, como por exemplo, estudar as unidades familiares, cuja posição está, assim, determinada pela posição do “chefe de família”. Demasiado limitados pelas estatísticas de emprego, esses estudos não captam questões relevantes tais como raça e gênero ou mesmo faixa etária. O fato de mulheres ou minorias raciais ocuparem determinadas ocupações (de tempo parcial, mal remuneradas, super-exploradas etc.) precisa ser explorado como problema e não apenas “citado” como característica da distribuição das ocupações na sociedade. Por que determinados trabalhos são realizados preferencialmente por mulheres e outros por homens? Quais os fatores históricos e sociais que levaram a que

determinados grupos étnicos ocupem certas posições na divisão ocupacional? De que maneira a juventude é incorporada na divisão social do trabalho e como isso se reflete nas desigualdades sociais? De modo geral, os estudos que apenas consideram as estatísticas de ocupação pouco têm a contribuir com essas questões para além de demonstrar, numericamente, a existência desses cortes na estrutura social.

A segunda dificuldade é que esses agregados não podem captar as realidades das *relações de classe*, nem no sentido de Weber nem no sentido marxista. Afinal, a simples nomeação da categoria profissional não dá indicação da posse de capital e riquezas. Conforme destacou Nichols, nas classes sociais dos censos não figuram os proprietários de capital (NICHOLS, 1979:159 Citado em CROMPTON, op.cit.:75). No caso dos censos brasileiros, por exemplo, temos contabilizados os “empregadores”, independentemente da propriedade de capital.

As *ocupações* referem-se a tarefas, à divisão técnica do trabalho, enquanto que o conceito de *classes* está mais relacionado à posição na divisão social do trabalho, conforme aponta Eric Olin Wright, autor marxista que baseou seu modelo de estrutura de classes nessa divisão conceitual. Com outro enfoque, Weber já havia considerado que as classes estão formadas pelas situações em que há mobilidade individual e de gerações, o que inspirou os estudos neoweberianos de que já tratamos anteriormente, e também os de Goldthorpe, que elaborou estudos de classe considerando os limites da mobilidade social. Tanto Wright quanto Goldthorpe desenvolveram estudos preocupados com as relações entre as classes e, apesar de também fazerem uso das estatísticas de emprego e ocupação, apresentaram novos elementos para o estudo das estratificações da sociedade moderna.

John Goldthorpe teve como ponto de partida o esquema weberiano de Lockwood, que preocupou-se tanto com a identificação de estruturas de classe como com a questão da consciência, considerando-as como duas dimensões distintas da questão das classes. Goldthorpe se utilizou de dois dos três conceitos-chave de Lockwood: situação de mercado e situação de trabalho.

... dentro das classes que distinguimos, agrupamos as ocupações cujos componentes compartilham, em termos gerais, situações de *mercado* e de *trabalho* (...). Ou seja, combinamos

as categorias ocupacionais cujos membros parecem tipicamente comparáveis à luz das evidências disponíveis, por um lado, por suas fontes e níveis de ingresso e outras condições de emprego, por seu grau de seguridade econômica e suas oportunidades de progresso econômico; e, por outro lado, por sua posição dentro dos sistemas de autoridade e controle que regem os processos produtivos em que estão implicados (GOLDTHORPE, PAYNE & LLEWELLYN, 1987:40).

O esquema teórico de classes sociais de John Goldthorpe também considera diferenças de “status” nos empregos e apresenta-se com três categorias principais (de serviços, intermediárias e trabalhadoras), subdivididas em sete níveis. Assim, temos:

Categorias de Serviços	1 – Profissionais administrativos e funcionários com funções de comando; diretores de grandes empreendimentos industriais; grandes proprietários.
	2 – Profissionais administrativos e funcionários de posições inferiores; técnicos em postos de alta responsabilidade; diretores de pequenos negócios e pequenas empresas; supervisores de empregados não manuais.
Categorias Intermediárias	3 – Empregados não manuais de trabalhos rotineiros – fundamentalmente administrativos – na administração e no comércio; empregados em serviços.
	4 – Pequenos proprietários e artesãos autônomos.
	5 – Técnicos de baixa graduação, supervisores de trabalhos manuais.
Categorias Trabalhadoras	6 – Trabalhadores manuais qualificados.
	7 – Trabalhadores manuais semi-qualificados e sem qualificação.

Fonte: CROMPTON, 1997: 84 (traduzido diretamente da edição em espanhol e reorganizado em forma de quadro).

Esta classificação de Goldthorpe é bastante semelhante a alguns estudos hierárquicos produzidos por estudiosos do mercado, com base em escalas de prestígio e “estilos de

vida”. Mas o autor afirma que seu esquema não está focado em hierarquias e sim em relações entre as classes. Para ele, a construção de um esquema de classes é apenas um ponto de partida para uma análise mais geral da questão das estratificações sociais. Assim, o importante é definir graus em que se possa supor que existe maior proximidade, ou nas palavras do próprio autor, “*identidade demográfica*”. Significa buscar situações em que determinados grupos estão ligados a certos conjuntos de posições ao longo do tempo, com maiores ou menores chances de se movimentarem de um nível para outro. O grau de mobilidade é que determina se uma classe é “completa” ou se ainda não está madura para uma possível ação comum. Na Inglaterra, por exemplo, o alto grau de mobilidade das classes 3 e 5 (ver quadro, na página anterior) indica que é pouco provável uma ação sociopolítica baseada na posição de classe. O contrário se dá com a Classe Trabalhadora (6 e 7, no quadro), cujo “amadurecimento demográfico” indica possibilidades de conversão desta em uma importante força social (CROMPTON, 1997: 85).

Os estudos de Goldthorpe, rapidamente tratados aqui, receberam críticas por variadas razões. Dentre as quais destacam-se sua adesão à distinção entre trabalho manual e não manual como critérios distintivos para classes e as dificuldades de análise das questões referentes ao emprego feminino a partir do modelo proposto. Quanto a isto, Goldthorpe afirma que sua unidade de análise é a família, assim a situação de classe feminina pode ser entendida a partir da situação do seu cônjuge, ou do principal provedor econômico do núcleo familiar. A natureza “relacional” de seu modelo também foi posta em questão por alguns autores, bem como sua classificação das classes sociais. Apesar das críticas, o esquema de Goldthorpe é considerado um marco nos estudos sobre estratificação social, em especial nas investigações sobre mobilidade social. Aliás, a análise das classes sociais para ele está diretamente ligada ao estudo sobre mobilidade, que aparece como critério de coesão e possibilidade de ação comunal, conforme exemplificado no parágrafo anterior.

A partir da década de 1960, mas principalmente nos anos 80, os estudos sobre mobilidade social, em seus variados enfoques, dominaram a cena dos debates sobre estratificação social. Em parte pela repercussão dos trabalhos de Goldthorpe, mas também por conta do desenvolvimento de novos métodos de análise estatística e pela generalização do

descrédito em relação à noção marxista de classes sociais. Este ligado à redução nos contingentes de trabalhadores diretamente implicados na produção fabril, ao crescimento do desemprego e à absorção da força de trabalho por setores como os serviços e o comércio.

De acordo com Ianni, os resultados produzidos por essas correntes de pensamento, de que tratamos até aqui, não foram convincentes nem produziram um conceito novo – e aceitável – de classe social e nem foram solucionados os dilemas que se criaram neste debate. De maneira geral, a análise desses autores não se preocupou com a posição das pessoas, grupos e coletividades de acordo com as estruturas de apropriação (econômicas) e dominação (políticas). Por conta disso não puderam recuperar ou reformular o conteúdo dialético do conceito clássico de classe social (IANNI, 1987: 287-88).

Contudo, nem toda a produção sociológica ligada ao tema concentrou-se nos debates sobre mobilidade ou nos marcos da teoria funcionalista (que encarava os conflitos de classe como disfunções institucionais). Para alguns autores o conceito de classes no sentido atribuído por Marx persistiu como ferramenta fundamental para o entendimento da sociedade moderna, e os estudos sobre mobilidade social não são capazes de refletir a realidade objetiva das classes sociais. Conforme Rodolfo Stavenhagen

... os estudos sobre mobilidade social têm por objeto, geralmente, a mobilidade ascendente, e ignoram a mobilidade descendente. Isso contribui para uma visão falsa da realidade. [Os estudos sobre mobilidade pouco contribuem para o estudo das estruturas sociais por terem uma] tendência nitidamente psicológica, ao tratar da motivação, das atitudes, da consciência de classe etc. Pretende-se, em geral, que a (falsa) crescente mobilidade da sociedade industrial ocidental, a partir do século XIX, é causa do desaparecimento dos antagonismos de classes nessas sociedades e que, portanto, deixaram de ter validade os velhos conceitos de classe (isto é, a teoria marxista). Desde que Max Weber distinguiu as dimensões econômica, política e social, certos autores só reconhecem no conceito de classe uma base econômica, e esta é a posição que se atribui, equivocadamente, ao marxismo (STAVENHAGEN, 2000: 227).

Apresentando a explicação dada por Marx sobre o modo de produção capitalista como a mais completa e aplicável à realidade contemporânea, o norte americano Erik Olin

Wright dedicou grande esforço para construir um “mapa” das estruturas de classe nos marcos desta teoria.

Os trabalhos de Wright sobre classes foram precedidos pela publicação *Trabalho e Capital Monopolista (Labor and Monopoly Capital)* de Harry Braverman, em 1974, do qual sofreu grande influência. Braverman partiu da explicação de Marx sobre o processo de trabalho, presente no primeiro volume de *O Capital* e argumentou que o desenvolvimento da produção em massa, com a rotinização do trabalho, provocou a contínua ampliação do processo de proletarização da força de trabalho. Tanto o trabalho em escritório como em serviços tornaram-se ocupações tipicamente subordinadas ao capital, na medida em que este passou a fazer uso dessas atividades para sua ampliação e reprodução. Assim, a classe trabalhadora estaria definida como:

...a classe que, nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força ao capital em troca da sua subsistência. Isto, como veremos, como todas as definições, está limitado por sua qualidade estática. Mas em si está perfeitamente correto e constitui o único ponto de partida adequado a qualquer pretensão de encarar a classe trabalhadora na sociedade moderna (BRAVERMAN, 1980:320).

Como assinala Crompton (1997), Braverman centrou inteiramente sua análise nos desenvolvimentos produzidos no processo de trabalho, mas não estudou a possibilidade de resistência ou ação de classe:

Não cuidarei do estudo da moderna classe trabalhadora no nível de sua consciência, organização ou atividades. Este livro trata da classe trabalhadora como classe *em si mesma*, e não como classe *para si mesma* (BRAVERMAN, op.cit. páginas 33 e 34).

Erik Olin Wright também procurou identificar conjuntos de classe, porém aproximando-se mais do enfoque de Braverman, que criticou os estudos sobre classe média e “White Collar” (Colarinhos Brancos) de autores como por exemplo Lockwood e Wright Mills. Seu esquema, que experimentou uma série de transformações em mais de vinte anos de pesquisas sobre a temática, também se utilizou de uma separação analítica entre classe e ação de classe. Porém esta separação não é total, uma e outra estão dialeticamente conectadas. Apenas, a ação depende da posição e dos interesses de classe, bem como dos movimentos políticos e sociais que daí derivam.

Conforme informa Crompton, Wright desenvolveu sua teoria em constante diálogo com outros teóricos marxistas. Grande parte do material empírico de seus trabalhos saiu de um projeto internacional de investigação denominado *Comparative Project of Class Structure and Class Consciousness*, do qual foi coordenador. Ele mesmo reconhece que ainda não alcançou seu objetivo de traçar um mapa adequado das classes sociais no sentido marxiano, mas chegou a traçar alguns “mapas de classe” que, apesar de deixarem lacunas, representam importantes avanços nos estudos sobre o tema.

O trabalho de Wright se diferencia dos apresentados pelos weberianos (como Goldthorpe, por exemplo) por colocar as noções de controle e exploração nas relações sociais de produção em uma posição central de sua análise, enquanto para o modelo neoweberiano o fundamental no estudo das classes são as relações de mercado.

Wright criticou os esquemas que não atentam para as *relações de classe* e estabeleceu uma distinção clara entre o que é “classe” e o que é “ocupação”. Afirma que as ocupações devem ser entendidas como posições definidas dentro das relações *técnicas* de produção, enquanto as classes caracterizam-se pelas relações *sociais* de produção (CROMPTON, 1997: 98):

...um carpinteiro converte a madeira em construções, um médico transforma o doente em são (...). Por outro lado, as classes só podem definir-se em termos de suas relações sociais com outras classes, ou em termos mais precisos, por sua posição dentro das relações sociais de produção (WRIGHT, 1980:177. Citado em CROMPTON, op. Cit.).

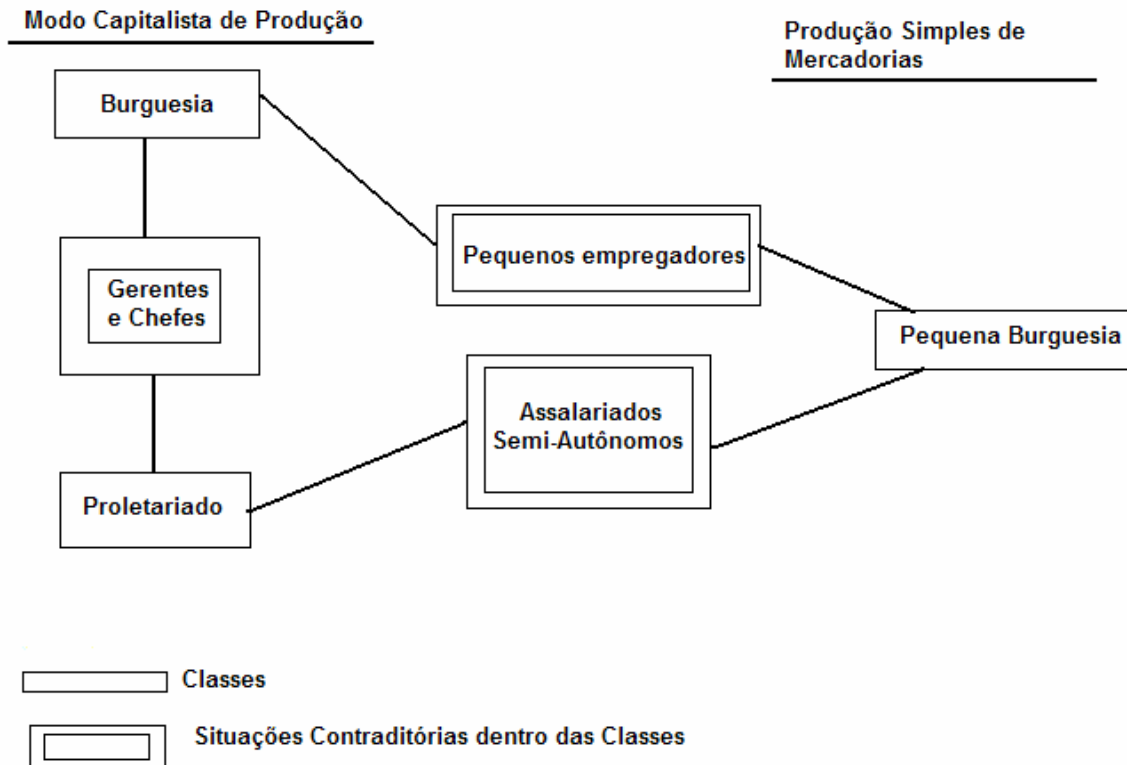
Desta forma, os agregados ocupacionais em si mesmos pouco têm a contribuir com o estudo das classes sociais, e Wright preferiu trabalhar com dados especialmente coletados para este tipo de pesquisa, os quais priorizam o entendimento de como as relações de classe se manifestam em postos de trabalho específicos, uma vez que esses postos são os lugares essenciais ocupados pelos indivíduos no sistema produtivo.

As noções de controle e exploração são centrais nos estudos de Wright, e são diretamente derivadas da teoria de Marx. A classificação em classes sociais está ligada ao papel desempenhado por cada tipo de “posto de trabalho” do processo global de produção. Ao mesmo tempo, o entendimento das condições históricas de formação de cada classe ocupa

papel central na análise, afinal - Wright faz questão de sublinhar - não se trata de um modelo a-histórico. É necessário entender, por exemplo, como a industrialização e o processo de desqualificação do trabalho influem na formação do proletariado no capitalismo, de que maneira se dá a exploração da força de trabalho na produção, quem se beneficia dela, qual o papel dos gerentes neste processo etc.

Para apreender plenamente a natureza da estrutura de classe das sociedades capitalistas, portanto, precisamos primeiro compreender os vários processos que constituem as relações de classe, analisar a sua transformação histórica no curso da evolução capitalista, e depois examinar os modos pelos quais a diferenciação desses vários processos gerou situações contraditórias dentro das relações de classe das sociedades capitalistas avançadas (WRIGHT, 1981:58).

As classes sociais não são um conglomerado homogêneo, e as contradições internas são um dado a ser considerado. Também alguns tipos de postos de trabalho não podem ser definidos diretamente como integrantes das classes “principais”, por cumprirem funções ambíguas no processo produtivo. Em um dos seus “mapas de classe”, Erik Olin Wright oferece uma solução para este problema, apresentando o que chamou de *situações contraditórias dentro das classes*, a saber, aqueles grupos que se situam *entre as classes* principais, não se adequando inteiramente a nenhuma delas (figura 1).



Fonte: WRIGHT, E.O. "Classe Crise e o Estado". Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. página 59.

Figura 1 - Esquema de Classes de Eric O. Wright: O relacionamento das Situações Contraditórias de Classe com Forças de Classe na Sociedade Capitalista

Por este esquema, as classes típicas do modo de produção capitalista são a burguesia e o proletariado, além da pequena burguesia, mais ligada à pequena produção de mercadorias. Entre estes três níveis, Wright interpõe três outros conglomerados que têm, por assim dizer, “um pé lá e outro cá”: não são totalmente proletarizados nem constituem a pequena burguesia típica, possuem níveis relativamente altos de controle sobre o processo imediato de trabalho (assalariados semi-autônomos); não são proprietários dos meios de produção, são assalariados, mas exercem, no processo produtivo, a opressão capitalista (gerentes e chefes); não são exatamente burgueses, pois empregam um número muito pequeno de pessoas e tampouco constituem a pequena burguesia (pequenos proprietários).

Os métodos de definição das posições dentro da divisão social do trabalho são complexos. Relacionam-se com a atividade realizada dentro da estrutura produtiva, com

as relações de posse, propriedade legal e econômica (critérios econômicos), dominação ou subordinação (critérios políticos e critérios ideológicos). Desta forma, são definidos três processos ligados às relações sociais de produção para a análise das classes sociais: controle da força de trabalho, controle dos meios físicos de produção e controle de investimentos e recursos. A tabela a seguir ilustra estes critérios:

Tabela 1 - Situações contraditórias e situações inequívocas dentro das relações de classe

	Processos sociais substantivos abrangendo relações de classe			Categorias Jurídicas das relações de Classe		
	Propriedade Econômica		Posse	Propriedade legal		Trabalho Assalariado
	Controle sobre investimentos, recursos	Controle sobre meios físicos da produção	Controle sobre a força de trabalho de outros	Propriedade legal (capital, ações, imóveis etc.)	Situação legal de empregador de força de trabalho	Venda da própria força de Trabalho
<i>Burguesia</i>						
Capitalista Tradicional	+	+	+	+	+	-
Altos executivos	+	+	+	Parcial	-	Mínimo
<i>Situação Contraditória entre proletariado e burguesia</i>						
Altos gerentes	Parcial	+	+	Mínimo	-	Parcial
Gerentes médios	Mínimo	Parcial	Parcial	-	-	+
Teocratas	Mínimo/-	Mínimo	Mínimo	-	-	+
Contramestres/chefes	-	-	Mínimo	-	-	+
<i>Proletariado</i>						
Empregados semi-autônomos	Mínimo	Mínimo	-	-	-	+
<i>Pequena Burguesia</i>						
Pequenos Empregadores	+	+	Mínimo	+	Mínimo	-
+ pleno controle	Parcial: controle atenuado	Mínimo: controle residual		- nenhum controle		

Fonte: WRIGHT, E.O. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Página 70.

Para o entendimento desse esquema, é fundamental a compreensão da distinção entre propriedade econômica e posse. O primeiro conceito refere-se ao controle sobre o fluxo de investimentos na produção, sobre *o que* é produzido. O segundo significa controle sobre o processo produtivo, sobre *como* as coisas são produzidas. Essa definição é que permite a Wright identificar os gerentes intermediários e chefes como posicionados em “situações contraditórias entre a burguesia e o proletariado”. Eles não têm a propriedade econômica, mas em alguns casos detêm a posse do processo de produção. Não podem ser

entendidos como parte da burguesia, uma vez que não controlam os investimentos e recursos e tampouco são eles próprios empregadores de força de trabalho. Além disso, na maioria dos casos são assalariados. Mas tampouco, somente por serem assalariados, podem ser classificados como proletários. Afinal, coordenar o processo produtivo ou mesmo as demais esferas onde o capital se realiza é tornar objetiva a relação capitalista. Como lembra Aued:

Comandar objetiva explorar um processo de trabalho social e por decorrência assume a característica de antagonismo inevitável entre o capitalista e o trabalhador (AUED, 1997: 23).

Da mesma forma, o esquema de Wright identifica *os altos executivos como parte da burguesia*. Apesar de não serem diretamente empregadores de força de trabalho, participam do controle dos investimentos, meios de produção e força de trabalho. O que os diferencia do burguês clássico é que não são exclusivamente “donos” do negócio. Na atual fase do capitalismo, onde prevalecem as grandes corporações e sociedades anônimas, a burguesia é composta em sua maioria por este tipo.

Ainda conforme o esquema se pode inferir que a pequena burguesia no modelo de Wright está definida por ter propriedade de meios, mas nenhum controle sobre a força de trabalho de outros, não havendo, portanto, relação de exploração e nem mais-valia. A produção realizada pela pequena burguesia não se dá em uma relação capitalista, sendo em geral realizada pelo próprio dono do negócio ou seu núcleo familiar. A situação se modifica quando o pequeno burguês passa a empregar outras pessoas em seu negócio, pois começa a apropriar-se da mais-valia por eles produzida. Contudo, a mais-valia de que um pequeno burguês passa a apropriar-se quando emprega um ou uns poucos funcionários é pouco significativa, às vezes até menor do que o produto do trabalho familiar. Por isso é exagerado passar a classificá-lo como integrante da burguesia. Tampouco seria possível estabelecer qual é o número de empregados que o pequeno burguês deve ter para passar a constituir a outra classe. Assim, temos a situação contraditória entre a burguesia e a pequena burguesia: os pequenos empregadores.

Por fim, no esquema apresentado a condição do proletariado é inequívoca: *nenhum controle sobre qualquer das esferas e participação na produção pela venda da própria força de trabalho.*

Além dos critérios acima relacionados, construídos em diálogo crítico com a obra de outro marxista – Poulantzas - parte da distinção de classes de Eric Olin Wright tem inspiração no trabalho de John Roemer, que aplicou os princípios da teoria dos jogos à análise marxiana com a finalidade de explicar a exploração (CROMPTON, 1997: 101). Sobre a estratégia explicativa de Roemer, Wright diz que:

A idéia básica deste enfoque é comparar diferentes sistemas de exploração considerando a organização da produção como um “jogo”. Os atores deste jogo possuem vários tipos de bens produtivos (por exemplo, recursos tais como qualificação e capital) que introduzem na produção e dos quais se servem para gerar ingressos sobre a base de um conjunto específico de regras. A estratégia essencial adotada para a análise da exploração é supor se determinados aglomerados de jogadores estariam em melhores condições caso se retirassem deste jogo de acordo com certos procedimentos especificados com o fim de jogar outro jogo diferente (WRIGHT, 1985:68, Citado em CROMPTON, op. Cit.).

Em outras palavras, trata-se do “interesse de classe”. Os indivíduos pertencentes à mesma classe possuem interesses comuns, os quais podem ser imediatos ou fundamentais. Os imediatos são definidos dentro do modo de produção, ao passo que os fundamentais se dão entre modos de produção (WRIGHT, 1981: 84). No caso do proletariado, por exemplo, os interesse imediatos concretizam-se em lutas salariais, por melhores condições de vida, saúde, educação etc. Em geral, são estipulados por relações de mercado. Já os interesses fundamentais da classe operária opõem-se às premissas das relações capitalistas de produção, culminando no debate de outra formação social, o socialismo. Interesses fundamentais e imediatos não são opostos, mas ligados dialeticamente. Em geral as lutas travadas pelas classes se dão justamente pelas questões imediatas, mas sua radicalização pode culminar em uma luta por interesses fundamentais.

É por isto que o esquema dos weberianos, embora eficiente, é incompleto: ao tratar as classes como situações de mercado, considera exclusivamente os interesses imediatos.

Desaparece, desta forma, a possibilidade de ação histórica, que só pode se dar na luta pelos interesses fundamentais da classe.

Esta definição de interesse de classe contribui para o entendimento das posições ocupadas por aqueles grupos que não estão diretamente implicados nas relações de produção, como é o caso, por exemplo, dos estudantes, dos pensionistas e das donas-de-casa. Por esta lógica, as donas-de-casa devem ser classificadas de acordo com a classe a que pertence seu núcleo familiar, baseado no trabalho do provedor econômico da unidade familiar - solução semelhante à apresentada por Goldthorpe - pois seus interesses imediatos e fundamentais estão condicionados pela realidade sócio-econômica proveniente da posição ocupada pelo marido, por exemplo. Outro caso analisado com base no “interesse de classe” é o dos servidores públicos. A premissa principal, aqui, é o conceito marxiano de Estado como instrumento da classe dominante. No capitalismo o Estado é hegemônico pela burguesia e todo seu aparato burocrático, repressivo e ideológico está organizado no sentido de garantir essa hegemonia e impedir que outra classe tome o poder e desmonte a estrutura existente (para reconstruí-la em outros moldes, servindo aos seus interesses).

Wright definiu, assim, três categorias de funcionários do Estado, as quais, na prática, são definidas por critérios muito semelhantes aos usados para definição das classes com base na posição nas relações de produção (controle sobre recursos, meios físicos e força de trabalho):

- a) *Posições burguesas*, implicando controle sobre a criação das políticas estatais nos aparelhos políticos e a produção de ideologia nos aparelhos ideológicos. Seriam exemplo as altas posições burocráticas no Estado, nas igrejas, universidades e instituições afins.
- b) *Situações contraditórias*, implicando a execução das políticas do Estado e a disseminação de ideologia; por exemplo comandantes da polícia e professores universitários.
- c) *Posições proletárias*, implicando completa exclusão da criação de ideologia ou execução de políticas estatais. Exemplos disso seriam um funcionário de escritório ou servente num posto policial, uma datilógrafa numa escola etc.

Com base no que foi apresentado até aqui, Wright elaborou definições mais completas das classes dentro da sociedade capitalista, as quais reproduzimos no quadro abaixo:

<p>A classe operária pode ser definida como aquelas posições que:</p>	<p>a) ocupam a posição da classe operária dentro das relações sociais de produção, isto é, trabalho assalariado que é excluído do controle sobre o capital monetário, capital físico e força de trabalho; ou</p> <p>b) estão vinculadas diretamente à classe operária mediante imediatas trajetórias de família ou classe ou;</p> <p>c) ocupam posições da classe operária dentro dos aparelhos políticos e ideológicos, isto é, posições que estão excluídas da criação de ideologia ou execução de políticas estatais.</p>
<p>A classe burguesa pode ser definida como aquelas posições que:</p>	<p>a) ocupam posição burguesa dentro das relações sociais de produção, isto é, posições de controle sobre capital monetário, capital físico e força de trabalho; ou</p> <p>b) estão vinculadas à burguesia mediante trajetórias de famílias ou classes; ou</p> <p>c) ocupam posições burguesas dentro dos aparelhos políticos e ideológicos, isto é, posições que implicam controle sobre a criação da política estatal e a produção de ideologia.</p>
<p>Situações contraditórias de classe entre a burguesia e o proletariado podem ser definidas como aquelas posições que:</p>	<p>a) ocupam uma situação contraditória dentro das relações sociais de produção, isto é, posições que implicam uma não-coincidência de relações de controle sobre capital monetário, capital físico e força de trabalho; ou</p>

	b) estejam diretamente vinculadas a situações contraditórias mediante trajetórias de famílias ou classes; ou
	c) ocupem uma situação contraditória dentro dos aparelhos políticos ou ideológicos, isto é, executem mas não criem política estatal, ou divulguem mas não controlem a produção de ideologia burguesa.

Fonte: WRIGHT, E.O. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Página 90.

O esquema de Wright sofreu inúmeras críticas, muitas das quais semelhantes às dirigidas a John Goldthorpe. Em resposta às afirmações de que seu esquema não considerava, de fato, a noção marxista de exploração mas apenas estava pautado na dominação, Wright modificou alguns aspectos de sua classificação original, chegando a um número maior de posições de classe dentro da estrutura capitalista, o qual está resumido na figura abaixo:

Figura 2 – Segundo Mapa de Classes de Eric Olin Wright (WRIGHT, 1985:88)

Bens de produção		Não Proprietários (assalariados)				
Proprietários de meios de produção						
Possuem suficiente capital para contratar trabalhadores e não trabalhar.	1 Burguesia	4 Diretores especializados	7 Diretores semi-qualificados	10 Diretores não qualificados	+	Bens de Organização
Possuem suficiente capital para contratar trabalhadores mas devem trabalhar.	2 pequenos empregadores	5 Supervisores especializados	8 Supervisores semi-qualificados	11 Supervisores não qualificados	0	
Possuem suficiente capital para trabalhar autonomamente, mas não para contratar trabalhadores.	3 pequena burguesia	6 Especialistas sem atribuições diretivas	9 Operários semi-qualificados	12 Proletariado	-	
		+	0	-		Bens de Qualificação

Com os resultados obtidos nos estudos com base nesse novo esquema, Wright colocou em dúvida a tese de Braverman (da qual compartilhava no princípio) de que o desenvolvimento do capitalismo leva à crescente desqualificação do trabalho e à

ampliação do processo de proletarização da força de trabalho. Seus últimos estudos apontam para a conclusão de que o processo de mundialização de capitais está levando a uma ampliação dos postos de trabalho do tipo “gerenciais” (e, portanto, não-proletários) nos países centrais, combinada à *expansão da proletarização nos países do chamado terceiro mundo* (CROMPTON, 1997: 103).

I.3 – Critérios teóricos e metodológicos para uma análise das estruturas de classe no Brasil contemporâneo

Será possível utilizar o “mapa de classes” de Wright para um estudo da realidade brasileira? Qual o dado necessário para o estudo das classes sociais? Essas questões são fundamentais para darmos prosseguimento ao nosso trabalho.

Nosso primeiro esforço deve ser o da adequação das teorias à realidade nacional. Aliás, o esforço de adaptação da teoria não serve apenas às modernas ferramentas teóricas. Coloca-se também no tocante às teorias clássicas, de Durkheim, Weber e Marx. Como aponta Fernandes, é preciso adequá-las aos fatos do capitalismo dependente e às transformações sofridas pelo capitalismo nos tempos atuais.

Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Fernandes tece várias considerações importantes a esse respeito¹¹. Demonstra, por exemplo, que no tocante à teoria weberiana, o fundamental são suas formulações sobre o poder e as formas de dominação. Elas permitem entender como em economias subdesenvolvidas a ordem social capitalista firmou-se principalmente sobre pressupostos políticos e jurídicos, o que permitiu a permanência de uma aristocracia rural no controle do nascente Estado Burguês. Também seus conceitos sobre patrimonialismo e burocracia podem ajudar a compreender como certos estamentos e classes exerceram (e exercem) dominação autoritária em nome da coletividade e como se utilizam do aparato de Estado para fins privados.

No que toca à teoria de Marx, Fernandes destaca três pontos essenciais que permitem explicar as conexões entre capitalismo e classes sociais nas sociedades subdesenvolvidas.

¹¹ Os parágrafos que se seguem, tratando das considerações de Fernandes sobre a adequação das teorias de Weber, Marx e Durkheim à realidade brasileira têm como base FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. Páginas 26 a 48.

Primeiramente, lançando mão da teoria da acumulação capitalista, é possível perceber que as formações sociais subdesenvolvidas não dispuseram de uma acumulação primitiva forte o suficiente para sustentar um desenvolvimento autônomo e de longa duração, capaz de lançar as bases para um capitalismo competitivo no cenário mundial. A transição de uma economia colonial para uma economia capitalista se deu pela inclusão compulsória no mercado mundial, em condições de absoluta desvantagem e dependente do fluxo de capitais externos.

Em segundo lugar, a teoria marxiana da mercantilização do trabalho - que demonstra ser fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em qualquer situação a oferta de força de trabalho livre - aplicada à realidade brasileira mostra que, também neste aspecto, o desenvolvimento capitalista foi específico. Tanto o fim da economia colonial quanto a emancipação nacional pouco contribuíram para a universalização do trabalho livre. As condições que prendem entre si assalariados e donos de meios de produção, verdadeira condição de existência da produção capitalista demoraram muito para se estabelecer. A mercantilização do trabalho desenvolveu-se lentamente, bem como o estabelecimento de um mercado interno. Sobreviveram por largos períodos grande número de indivíduos ligados à economia de subsistência e formas não-capitalistas de produção. Esses fatores contribuem para que o trabalho assalariado, ainda hoje, apareça como “objeto de desejo” de amplos setores, fator que dificulta, inclusive, a organização de classe proletária contra o capital. Ao contrário, a situação compromete um grande número de pessoas com a defesa do capitalismo e do trabalho assalariado, que aparece como seu horizonte e sua possibilidade de ascensão social.

Por fim, o último ponto importante da teoria de Marx apontado por Florestan Fernandes diz respeito às contradições entre as forças produtivas e as formas de organização da produção capitalista. Estas contradições, na teoria marxiana, são a chave para a compreensão do contínuo desenvolvimento do capitalismo e de sua ruína. Nos marcos do capitalismo subdesenvolvido, o montante de capitais nacionais é insuficiente para promover seu crescimento continuado, engessando a capacidade expansiva do próprio modo de produção. Neste quadro as insatisfações que emergem são mais identificadas com a própria condição de subdesenvolvimento, com a situação de miséria e com a

ausência de oportunidades de participação no mercado – inclusive no mercado de força de trabalho – do que contra a ordem capitalista propriamente dita. São contradições que tendem a solucionar-se nos marcos de um capitalismo desenvolvido e dificilmente as lutas que despontam se encaminham para a negação das relações predominantes e o desejo de uma sociedade socialista. Daí a enorme dificuldade de organização das estruturas de luta típicas da classe trabalhadora, como por exemplo, os sindicatos e partidos classistas. Seu trabalho precisa ser combinado com interesses imediatos de elevação do nível de vida das massas, através do desenvolvimento autônomo nacional e de debates sobre os limites dessas conquistas. Tarefa que engendra enormes dificuldades, nem sempre enfrentadas com sucesso.

Referindo-se a Durkheim, Fernandes aponta que com base nas sugestões metodológicas desse autor é possível inferir que as sociedades subdesenvolvidas não são reduções patológicas do tipo social capitalista, sendo que suas deficiências (seus “requisitos anômicos”) explicam-se pela ausência ou debilidade de pré-requisitos estruturais e funcionais essenciais para a integração e evolução dessas formações sociais. Assim, resolvidas essas inconsistências, as sociedades subdesenvolvidas teriam totais condições de apresentar-se como sociedades capitalistas típicas. Afora isso, Fernandes aponta que a contribuição mais importante do autor francês está na teoria sobre as causas e funções da solidariedade orgânica. Pelos mecanismos de análise de Durkheim é possível identificar a ocorrência de “fusões e composições” entre formas arcaicas e modernas de organização societária no capitalismo brasileiro. Vários elementos da ordem colonial, como a existência de estamentos privilegiados e a dominação patrimonialista (que se burocratizou), por exemplo, permaneceram sob formas metamorfoseadas no estado nacional independente e integrado ao modo de produção capitalista. Assim, formas sociais intermediárias se estabeleceram, havendo a difusão dos interesses econômicos e o surgimento de uma divisão do trabalho diferenciada, sem contudo haver desagregação de estruturas consolidadas de consenso e solidariedade.

Essas considerações metodológicas de Florestan Fernandes auxiliam o esforço de encontrar um mecanismo adequado ao estudo das classes sociais no Brasil. Há outros

estudos importantes produzidos pela sociologia brasileira a este respeito¹², em especial entre as décadas de 1960 e 1980. Nos últimos anos este tema tem rendido poucos estudos detalhados, apesar das importantes transformações sofridas pela sociedade brasileira.

É preciso ressaltar, por exemplo, que embora a condição de “país subdesenvolvido” não tenha sido completamente superada, o Brasil hoje insere-se numa realidade em que o capitalismo monopolista alterou rapidamente o quadro de interdependência entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. As alterações que ocorreram de forma rápida na estrutura produtiva tiveram reflexos importantes tanto nas economias centrais como na periferia do sistema. A chamada “reestruturação produtiva”, que modificou sensivelmente as formas de organização da produção na esfera fabril e estendeu para outros ramos de atividades (como o de serviços) as diretrizes típicas da produção de mercadorias, deu-se também nas economias periféricas como o Brasil.

No contexto da divisão mundial do trabalho, o Brasil ocupa a posição de país fornecedor de força de trabalho barata e de baixa qualificação. Está, assim, dentre o rol de países que, segundo as conclusões já apresentadas de Olin Wright, concentram o *processo de ampliação do contingente ligado ao proletariado*. Nos limites desta pesquisa, não

¹² Dentre outros, ver: Octavio Ianni: *Estado e Capitalismo – Estrutura Social e Industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. *Classe e Nação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986; *Raças e Classes no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. Florestan Fernandes, principalmente *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960; *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira Editora, 1967; *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972; *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975; *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973; *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006. Costa Pinto: *As Classes Sociais no Brasil*. In: *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Fernando Henrique Cardoso: *Hegemonia Burguesa e Interdependência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira*. In: FURTADO, Celso. (org.) *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968; *Situação e comportamento social do proletariado*. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Helga Hoffmann: *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo: Ática, 1980.

disponemos de dados suficientes para avaliar com profundidade a conclusão de Wright a respeito do que se passa com as classes nos países centrais embora, de antemão, consideremos seus argumentos bastante consistentes. Contudo entendemos que certos elementos, como a crescente importância da força de trabalho imigrante (em sua maioria com baixa qualificação) nas economias centrais, podem dificultar a comprovação de sua afirmação acerca da “desproletarização” das economias desenvolvidas.

Porém, suas afirmações corroboram com nossa tese de que *no Brasil há um processo crescente de proletarização*, resultado da generalização do trabalho rotinizado em todos os setores (da indústria aos serviços) e do papel que desempenha na divisão internacional do trabalho. Comprovar esta hipótese exige o exame das *formas* pelas quais se dá a relação de assalariamento em cada setor da produção e da prestação de serviços. Tarefa que demandaria fontes de dados alternativas às oficiais, uma vez que as pesquisas de abrangência nacional existentes não estão organizadas no sentido de captar as informações relacionadas com a classificação em classes sociais. Porém, organizar uma pesquisa como essa exige um montante de recursos dos quais não dispomos no momento. O que nos propomos a fazer, por hora, é uma pesquisa inicial, que lance bases e fixe conhecimentos para investigações futuras.

Embora não estejam, conforme apontamos, organizados no sentido de captar as relações de classe¹³, os dados censitários do IBGE fornecem informações que podem ser analisadas a partir dos pressupostos do esquema de classes elaborado por Wright. Ainda que o próprio autor reconheça que seu primeiro modelo (ver figura 1, página 32) dá mais ênfase às relações de dominação do que às de exploração, este nos parece um instrumento suficiente para uma *análise preliminar* da situação da classe trabalhadora no Brasil contemporâneo. No entanto, conforme veremos com maiores detalhes do capítulo seguinte, as relações de classe em países de capitalismo tardio, como é o caso brasileiro, estão em grande parte constituídas sobre bases herdadas da antiga ordem colonial, que se perpetuam combinadas a relações tipicamente capitalistas. Assim, seria preciso identificar aquilo que é “típico” do modo de produção capitalista e o que é peculiar ao caso nacional,

¹³ Classes no sentido atribuído pela tradição marxista, de que é exemplo o estudo já apresentado de Olin Wright.

as formas tradicionais que persistem combinadas ao modo de produção dominante – capitalista.

Nossa classificação, que tem caráter inicial e não definitivo, considera como critério fundamental para a separação em classes a posição ocupada na divisão do trabalho. Conforme aponta também Menezes, o critério mais adequado para a observação das classes sociais é a relação com os meios de produção, embora muitos autores prefiram utilizar como critério de estratificação social os rendimentos auferidos e, portanto, o padrão de vida, utilizando-se de escalas que enquadram os indivíduos em classes baixa, média e alta, por exemplo (MENEZES, 2002: 32). Segundo ele, esse tipo de classificação refere-se, na verdade, a estratos ou camadas dentro das classes, e não às classes propriamente ditas.

Assim, nossa classificação considerará o *controle sobre o trabalho de outros* (empregadores, administradores e gerentes), a *venda de força de trabalho* (empregados) e o trabalho por conta própria. Procuraremos ver como o assalariamento se distribui nos setores de atividade, uma vez que trabalhamos com a hipótese de que está havendo um “deslocamento” do contingente de assalariados da indústria para o setor de serviços. Esse tipo de análise pode ser feito com base nos dados do CENSO do IBGE, que traz essas distinções. O esforço aqui será o de separar as categorias que nos interessam e agregá-las adequadamente ao modelo de análise. Para tanto, obedeceremos aos seguintes critérios:

- a) separação entre trabalho assalariado e autônomo;
- b) distinção entre empregados e empregadores;
- c) dentre os empregados, separação entre Administradores e Gerentes de Empresa, Diretores e Chefes na Administração Pública, Chefes e Encarregados de Seção, Ocupações Técnicas e Científicas, os demais serão agregados em grandes grupos de empregados da indústria (exceto encarregados e chefes), empregados do comércio, empregados dos serviços privados, serviços públicos e empregados em atividades agropecuárias, pesca e extração vegetal;

Essa é a classificação que os dados que utilizaremos nos permite fazer, uma vez que nosso critério não é a renda, conforme já ressaltamos. Vale destacar que as classes aqui são entendidas como realidades históricas e, portanto, não são estruturas rígidas. Mas obedecem às transformações sofridas pelo conjunto da sociedade, ao mesmo tempo em que são agentes dessas transformações. O estudo da realidade contemporânea não pode se dar, portanto, ignorando-se o processo histórico. Nossa escolha por estudar as últimas duas décadas do século XX se deu por considerarmos necessária a produção de conhecimento atual sobre a dimensão que tem a classe trabalhadora na sociedade brasileira, considerando-se as modificações por que passou sua estrutura econômica no período recente.

O capítulo que se segue inicia-se com uma apresentação preliminar das estruturas de classe no Brasil, baseado em estudos de outros autores. Em seguida passamos a um resgate histórico da constituição das classes no Brasil (também elaborado a partir de revisão de bibliografia) para, finalmente, fixados os conceitos fundamentais, estudar as características do contingente de assalariados nos últimos vinte anos do século XX a partir da análise dos dados censitários.

Nossa proposta é, ao final do estudo dos dados, retornar à teoria, discutindo a atualidade e a centralidade da noção de classe trabalhadora para o entendimento das possibilidades e limites da ação de classe, considerando as modificações observadas na esfera do assalariamento. Conforme afirma Dal Rosso (2006),

O tracejar e desenhar das relações presumidas, portanto, precisa ater-se numa atitude muito próxima com os achados empíricos da época. Já que raciocinar abstratamente não consiste em formalizar apenas, mas encontrar as relações corretas que permitam explicar a realidade, então a atenção aos achados empíricos é fundamental para não incorrer no abstracionismo vazio, freqüente nas ciências sociais e que tenta impor-se como são teorizar, tal como o ensaísmo, que não é pesquisa, e está tão ao gosto da sociologia brasileira de todos os tempos (DAL ROSSO, 2006: 43).

Capítulo II – Classes Sociais no Brasil Contemporâneo

II.1 -Padrões atípicos de constituição das classes

Na maior parte das análises sobre a constituição do regime de classes no Brasil afirma-se que o período que vai de 1920 até 1960/70 foi onde aconteceram as principais modificações estruturais que resultaram no desenvolvimento de uma sociedade de classes capitalista. Antes disso, as formações típicas do modo de produção capitalista eram incipientes e o que predominava eram os estamentos formados no período colonial-escravista.

Porém, o consenso sobre a questão das classes no Brasil termina aí. Variam as denominações para um mesmo grupo, variam os caracteres tidos como definidores das classes, varia a nomenclatura e mesmo o conceito de classe social. Para certos autores, classe define-se por padrões de comportamento social e renda, para outros por posição na divisão social do trabalho ou mesmo por capacidade de ação de classe. No primeiro caso encontramos, por exemplo, o recente estudo coordenado pelo economista Márcio Pochmann, que resultou no *Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil*, publicado recentemente em cinco volumes. Este estudo da estratificação da sociedade brasileira está baseado em variáveis como renda e ocupação e em conceitos como *status* ou *grupos de interesse*.

Outros autores como, por exemplo, os historiadores Edgar Carone e Caio Prado Jr., estudavam a sociedade brasileira com mais ou menos os mesmos aparatos metodológicos que encontramos nos estudos marxianos. Em seus livros encontramos a distinção de uma classe operária (assalariada), uma classe média urbana (liberal ou proprietária de pequenos negócios) e de uma burguesia dividida entre industrial, comercial e agrária.

Já nos estudos publicados pelos autores da chamada “escola paulista de sociologia”, dos quais são expoentes Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, as classes sociais são definidas tanto pela posição na divisão social do trabalho como pela ação de classe. Para Fernandes, que estudou o tema com mais profundidade, as classes sociais no Brasil não são diferentes das classes encontradas em outros países capitalistas, mas refletem as inconsistências do tipo de capitalismo que se instalou aqui. Florestan

combinou conceitos weberianos e marxistas para caracterizar a sociedade de classes, tratando-as como grupos estruturalmente determinados, porém determinados também por seus interesses e ação enquanto grupo:

A classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesses de classe e de situações de classe. Mas ela é, sobretudo, um grupo social, sujeito a variações de acordo com a intensidade dos contactos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares, etc. Por isso a comunidade de interesses e de situação de classe não impede, antes condiciona uma relativa diferenciação social dos indivíduos, de acordo com o modo pelo qual podem valorizar socialmente, criando destinos sociais relativamente comuns, suas probabilidades econômicas. Quando as classes surgem com esta conotação sociológica, elas são perceptíveis como realidade histórica aos próprios agentes e caem na esfera do consenso geral. Pode-se, pois, utilizar as elaborações perceptivas dos agentes humanos envolvidos, para caracterizá-las e descrevê-las (FERNANDES, 1972: 495).

Tanto para Fernandes como para Ianni, as relações de classe estão no plano de fundo das demais relações sociais. Conforme Ianni, as relações entre os homens são governadas por dois princípios básicos: o regime de propriedade privada dos meios de produção, ou seja, o modo de apropriação do produto do trabalho social e as relações de dominação e subordinação geradas pelas condições e tendências da divisão do trabalho social e fundadas nos tipos de apropriação dos produtos do trabalho coletivo (IANNI, 1966: 42). É o caso, por exemplo, da questão racial, estudada por Ianni. Conforme o autor, antes de ser um fenômeno étnico ou racial, demográfico ou cultural, a questão racial é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expansão dos mercados de força de trabalho, em escala regional ou nacional (idem: 44).

Voltando à questão da caracterização das classes sociais, encontramos nos trabalhos de Fernandes a seguinte descrição das classes sociais no Brasil:

... em regra os possuidores de bens são representados como classes “altas”, “ricas” ou “poderosas”. Sociologicamente, pode-se distinguir entre eles certas gradações como uma classe alta urbana, uma classe alta rural e uma classe média urbana (as duas

primeiras vinculam-se solidariamente como uma *burguesia*¹⁴, a segunda propende mais para o tipo de classe média da sociedade de massas, como é descrita por Wright Mills nos EUA, e seria impróprio chamá-la de *pequena burguesia*¹⁵). A classe alta urbana é formada por industriais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais especializados em serviços administrativos ou de elevada qualificação, etc. A classe média urbana compõe-se de dois estratos, um deles com propensão à perda de *status* e à proletarização. Um estrato tradicional, recrutado entre funcionários públicos, o grosso dos profissionais liberais, professores, jornalistas, assalariados de “colarinho e gravata”, operários altamente qualificados, etc. Um estrato moderno, nascido principalmente do pessoal do “tope” das grandes empresas (industriais, bancárias, comerciais ou de serviços), que dispõem de meios para valorizar suas ocupações por causa das posições estratégicas que ocupam na expansão do setor moderno. A classe alta rural é, sob muitos aspectos, uma formação compósita (uma combinação classe-estamento), abrangendo indivíduos e grupos com interesses e situações de interesses relativamente heterogêneos (em suma: as pessoas gradadas das cidades: o grande e médio proprietário, o pequeno industrial, o comerciante atacadista, o gerente de banco, o padre, o juiz de direito, o delegado, os profissionais liberais, eventualmente os professores e assalariados de “colarinho e gravata”, descendentes de famílias tradicionais das localidades etc.) (...) Sociologicamente, talvez se possa distinguir uma classe baixa urbana (constituída pelo setor indigente e flutuante das grandes cidades, com freqüência vivendo em estado de pauperismo e anomia). Com relação às zonas rurais, torna-se difícil escolher um termo aceitável. O Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito. Além disso, as condições de vida no campo antes conduzem à dispersão das famílias ou à constituição de pequenos aglomerados descontínuos e instáveis que a formações mais ou menos densas e estáveis. Embora o “homem do campo” brasileiro, trabalhador, assalariado ou não, apareça invariavelmente como *dependente*, não faria sentido falar numa “classe dependente rural”. O termo campesinato acaba sendo, pois, uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser.

¹⁴ Grifo do autor.

¹⁵ Grifo do autor.

No plano da ação política, as formas de consciência e de atuação das classes médias são condicionadas, na ordem econômica vigente, pela sua associação com aquilo que se poderia chamar de “interesses do capital”. Elas não possuem suficiente diferenciação para se imporem de outro modo, o que as vincula a um destino social contraditório: ao mesmo tempo em que apregoam a intensificação da ultra modernização, na qual poderá estar o elemento específico de seus interesses e atuação de classe, convertem-se nos puritanos do capitalismo dependente (...). A classe baixa urbana, a classe dependente urbana e o campesinato sofrem profundamente os efeitos perturbadores da maneira pela qual se objetivam, positiva ou negativamente, seus interesses e situações de classe na ordem inerente ao capitalismo dependente. A classe baixa urbana não se metamorfoseia no equivalente de algo como a “vanguarda consciente do proletariado”. Ao contrário, polarizada de modo positivo na ordem econômica vigente, compartilha, aceita e valoriza o privilegiamento do mundo urbano (FERNANDES, 1972: 495-499).

Esta classificação de Fernandes considera especificidades do caso nacional, mas em nossa visão privilegia demasiadamente a *ação de classe*, no plano político, em detrimento das relações de produção e de dominação / subordinação. Parece-nos mais adequado considerar as duas dimensões ao mesmo tempo. No entanto, é difícil encontrar recursos metodológicos para se prosseguir com uma caracterização sociológica que não privilegie nenhuma das esferas em detrimento da outra.

Com outra abordagem, temos os recentes trabalhos de Antunes, que considera a existência de uma “classe que vive do trabalho”, conforme já citado na Introdução. Este conceito de Antunes amplia a noção restrita de “proletariado” (como trabalhadores da esfera produtiva) para todos aqueles que, literalmente, dependem de vender sua força de trabalho, o que inclui, além dos assalariados em geral, os desempregados e trabalhadores precarizados (muitas vezes classificados como autônomos).

Para esta pesquisa, a saída que encontramos leva em conta esta noção ampliada formulada por Antunes, ao mesmo tempo em que procura retomar as considerações de Wright (que estudamos no capítulo anterior), no que poderia ser considerado um “mapa adaptado” do modelo de Wright à realidade brasileira, considerando-se a peculiaridade da sobrevivência de formas tradicionais de produção e, ainda, considerando as questões apontadas por Fernandes. Desta forma, em nosso “esquema” a burguesia está composta

pelos grandes empregadores, altos gerentes e administradores. Estes últimos não são proprietários dos meios de produção, mas cumprem o papel do capital, conforme já afirmamos anteriormente. Coordenar o processo produtivo ou mesmo as demais esferas onde o capital se realiza é tornar objetiva a relação capitalista. Pode-se afirmar, portanto, que estes indivíduos pertencem à burguesia, conforme também a formulação de Poulantzas.

O proletariado – que vamos preferir denominar “classe trabalhadora”, um termo que confere maior abrangência - agrega a ampla maioria dos empregados (assalariados), salvo gerentes e chefes, além do contingente desempregado. Os gerentes estão em posições contraditórias entre a burguesia e o proletariado. Os trabalhadores autônomos poderiam ser entendidos como ocupando posições contraditórias entre a pequena burguesia e a classe trabalhadora, embora pensemos que, neste caso, seja necessário estudo específico posterior. Pois os dados declaram como “autônomos” toda sorte de trabalhadores não assalariados, desde as clássicas profissões liberais até os trabalhadores precarizados, como por exemplo camelôs, ambulantes, biscateiros etc. Retomaremos essa discussão mais adiante, considerando ainda uma outra novidade no cenário brasileiro: a flexibilização das formas de trabalho assalariado, que dá a alguns tipos de trabalhadores o status de “autônomos” ou donos do próprio negócio (“pessoa jurídica”), quando na verdade prestam serviço unicamente para uma empresa e dependem dessa relação exclusiva. Esta condição traduz-se na polêmica “emenda três” vetada pelo presidente Lula (quando da unificação da Receita Federal com a Previdência Social) e objeto de intensos debates entre centrais sindicais - que encaram isto como desregulamentação trabalhista - e o patronato, que anseia pela legalização deste tipo de relação, que os isenta dos encargos trabalhistas. Por hora, deixaremos como está, mas retomaremos este debate no próximo capítulo.

À chamada “pequena burguesia” poderíamos somar os pequenos empregadores. No esquema de Wright, os pequenos empregadores aparecem em posições intermediárias, entre a burguesia e a pequena burguesia, que tem um caráter mais ligado à pequena produção não capitalista de mercadorias. Consideramos a linha que separa essas duas categorias excessivamente tênue. A pequena burguesia, entendemos como os donos de

pequenos negócios, que podem utilizar exclusivamente o próprio trabalho e o da família ou mesmo empregar um pequeno número de funcionários. A título de ilustração, poderíamos citar o dono de uma pequena padaria ou um pequeno comerciante ou lojista.

Também seria preciso considerar classes que se constituem por relações tradicionais, não típicas do modo de produção capitalista, como os camponeses e os latifundiários. No Brasil, nem toda grande propriedade rural emprega força de trabalho assalariada nos moldes das relações capitalista. Em grande parte das fazendas o trabalho é feito por meeiros, que vivem nas terras da fazenda produzindo para subsistência e realizando trabalhos para o proprietário, sem relação formal de assalariamento. Também as pequenas propriedades rurais, onde vivem famílias que produzem para o próprio sustento não se inserem nas relações típicas do capitalismo.

Em pesquisa recente, onde apresenta uma rica e instigante discussão sobre o caráter de classe assumido por importantes movimentos sociais, Zen (2007) critica a classificação de Antunes como excessivamente apegada à estrutura de pensamento que procurava explicar o movimento sindical clássico e, portanto, insuficiente para explicar a dinâmica da luta de classes nos dias de hoje, dada a emergência de novos movimentos sociais de caráter anti-capitalista e de cunho emancipatório. Sua crítica baseia-se no fato de que os assalariados ou setores em proletarização, não se constituem como protagonistas exclusivos dos movimentos sociais “combativos” atuais. Ao mesmo tempo, Zen também não corrobora com a caracterização apresentada por Hardt e Negri no trabalho que citamos anteriormente (na Introdução), “*Multidão*”. A amplitude do conceito criado pelos autores, que engloba o conjunto e a diversidade social, é classificada como exagerada.

Zen argumenta, apoiado em Thompson, que somente o processo de luta é capaz de evidenciar as classes sociais como elas estão colocadas num determinado momento histórico:

As classes sociais não são objetos estáticos, são processos. Através do desenvolvimento das contradições é que se constroem e se definem as classes sociais e se delinea a sua ação. Não é possível observar as classes sociais à priori, no entanto, os elementos materiais que

possibilitam o próprio processo de luta que as evidenciará, estão já colocados e são essenciais para delinear os contornos das classes que se constituem. Conforme afirma Thompson, classe é uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação, reação, mudança e conflito (ZEN, 2007: 44).

No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, Zen enxerga um redesenho das classes sociais e de seus conflitos, muito mais amplo do que simplesmente o originado nos locais de trabalho. Assim, estaríamos diante de uma realidade dual:

De um lado, aqueles indivíduos que de alguma forma são explorados pelo capital - com todas as suas especificidades e heterogeneidade – seja na produção, na distribuição ou no consumo, sejam trabalhadores assalariados da indústria, do campo ou do setor de serviços, desempregados, autônomos, excluídos do sistema de todas as ordens, camponeses sem terra e pequenos proprietários agrícolas que vivem do trabalho familiar, pequenos comerciantes formais ou informais, imigrantes, populações quilombolas, grupos indígenas, comunidades tradicionais diversas etc. e, de outro lado, aqueles indivíduos que operam no sentido de expropriação e acumulação capitalista universal (idem: 47).

O argumento de Zen está baseado nos estudos de Holloway sobre o movimento zapatista, para quem o conflito – que é para ele o principal definidor das classes - não começa depois que a subordinação objetiva foi estabelecida. A constituição dessa subordinação é em si a luta de classes, que se desenvolve no sentido dos sujeitos serem classificados e contra serem classificados na ordem do capital, ao mesmo tempo em que é também, a luta entre as classes constituídas (ibidem). Dessa forma, os grupos organizados contra o capital constituem também a classe trabalhadora, não necessariamente por sua posição objetiva na divisão do trabalho, mas por sua situação de contradição com o capital.

O argumento busca apoio na caracterização de Mészáros, para quem:

O sujeito da emancipação não pode ser arbitrariamente e voluntaristicamente predefinido. Ele só estará apto para criar as condições de sucesso se abranger a totalidade dos grupos sociológicos capazes de aglutinar em uma força transformadora efetiva no âmbito de um quadro de orientação estratégica adequado. O denominador comum ou o núcleo estratégico de todos esses grupos não pode ser o 'trabalho industrial', tenha ele colarinho branco ou azul, mas o trabalho como antagonista estrutural do capital. Isto é o que combina objetivamente os interesses variados e historicamente produzidos da grande multiplicidade de grupos sociais que estão do lado emancipador da linha divisória das classes no interesse comum da alternativa do trabalho à ordem do capital. Pois todos esses grupos devem desempenhar seu importante papel ativo na garantia da transição para uma ordem qualitativamente diferente (MÉSZÁROS, 2004: 51).

Assim, por viverem de seu próprio trabalho e por estarem, em alguma medida, em situação de oposição com o capital, na medida em que a viabilidade de sua forma de subsistência é ameaçada pela expansão capitalista no campo e pela apropriação em larga escala do produto do trabalho social, os pequenos proprietários rurais e outros grupos “tradicionais” estariam, por definição, entendidos como participantes do conjunto da classe trabalhadora¹⁶.

Porém, conforme, novamente, Mézáros, “por mais amplas que sejam suas bases, a classe é, por definição, uma força social *exclusiva*¹⁷, visto que não pode abranger outros indivíduos além de seus próprios membros” (idem: 330). Se, por um lado, a ação consciente é por onde evidencia-se a possibilidade de passagem da classe em si mesma para a classe para si mesma, por outro lado, como já argumentamos anteriormente, as estruturas sociais originadas pela divisão do trabalho é que possibilitam sua existência enquanto formação social histórico-típica.

¹⁶ De certa forma, a formulação de Zen considera o que Neves (1981) já havia demonstrado em estudo sobre lavradores e pequenos produtores de cana: a subordinação do trabalho em pequena propriedade rural ao capital, pelo meio da qual a produção familiar insere-se na totalidade do *trabalho social*.

¹⁷ Grifo do autor.

Os próprios argumentos desenvolvidos por Zen no seu trabalho sobre o “Movimento dos Atingidos por Barragens” demonstram que esses grupos opõem-se ao capital *na medida em que este os expropria dos seus meios de trabalho ou subsistência*, ou então, subordina sua produção à lógica capitalista, de que é exemplo o processo observado no caso dos agricultores “integrados”, que produzem em propriedade familiar em regime de “consórcio” com grandes indústrias de alimentos.

Enquanto permanecem na pequena propriedade rural, no trabalho exclusivo de pequena produção agrícola ou de subsistência, esses grupos não se organizam contra o capital. Mas, na medida em que são expropriados de seus meios e, assim, atirados à condição de desempregados, favelados, marginalizados etc., ou que têm sua sobrevivência ameaçada pela expansão capitalista, é que passam a organizar-se e, não raras vezes, opor-se de forma consciente à organização social capitalista. Além disso, a atuação do campesinato identificado com os interesses da classe trabalhadora é possível em determinadas condições históricas, da mesma forma que se observam as oposições de frações de uma mesma classe ou alianças entre classes distintas (veja-se a história da Revolução Russa, que nos oferece inúmeros exemplos disso).

Nesse sentido é que entendemos ser mais adequado manter o entendimento de que os pequenos proprietários rurais aproximam-se mais de uma formação social como o “campesinato” do que ampliar ainda mais a noção de classe trabalhadora envolvendo esse contingente. Apesar de insuficiente, manteremos essa classificação, por considerarmos um erro maior incluir o que chamamos “camponeses” no contingente do proletariado.

Outra situação não tipicamente capitalista, mas ocupando uma posição intermediária entre formas tradicionais e capitalistas é a de trabalhadores como pescadores, lenhadores, seringueiros, catadores etc. Em geral seu trabalho é realizado aparentemente por “conta própria”, porém seu produto é, regra geral, apropriado por um terceiro, que pode ser o dono da terra, o dono do barco ou mesmo um comprador que tem exclusividade sobre o produto do trabalho destes indivíduos. Não é possível, portanto, adequá-los como “autônomos” no sentido estrito do termo, estão mais próximos do proletariado e dos trabalhadores em regime familiar.

A “classe média”, de maneira aproximada, pode ser entendida como um agregado que aproxima a pequena burguesia e os indivíduos em “situação contraditória entre a burguesia e o proletariado”, considerando-se seu comportamento político e seus interesses comuns. Não se trata, pois, apenas dos “white collar” de Wright Mills (como aponta Fernandes), mas de um amálgama um pouco mais amplo e muitas vezes contraditório.

Fernandes apontou ainda uma classe “dependente” urbana - excluídos do sistema, que não poderiam ser considerados como um exército industrial de reserva, pertencente à classe trabalhadora. Também outros autores como, por exemplo, Oliveira (1996), não entendem os trabalhadores que estão “fora do mercado”, desempregados há muito tempo, ocupados precariamente, como participantes da “classe trabalhadora”. Ele sugere uma nova interpretação do conceito marxiano de Exército Industrial de Reserva, considerando-se a ampliação do assalariamento e do tempo de trabalho total, resultado do movimento causado pelo próprio avanço do processo de acumulação de capital¹⁸. Segundo Oliveira,

...praticamente todos os trabalhadores converteram-se em membros intermitentes/latentes pela permanente desqualificação e pela informatização. A fração propriamente ativa tornou-se minoritária, enquanto a fração estagnada ou lumpem tende a crescer. A fração ativa, tornando-se minoritária, perde em influência, pelo seu número reduzido, e em radicalidade, porque os fundos públicos que se originam da relação contratual, que se reitera como estruturante da reprodução do capital, transformam-na numa espécie de ‘sujeitos monetários’. A fração lumpem de reserva, *fora da reserva*¹⁹, que cresce exponencialmente sob todas as formas degeneradas, é criada e reproduzida pelo fato de ser excluída: ela é excluída pela descartabilidade permanente, a qual se transforma numa ausência de formas” (OLIVEIRA, 1996: 18 e 19).

Oliveira refere-se, nesta passagem, à expansão do *lumpem*, do contingente de pessoas atiradas à mendicância ou à criminalidade pela impossibilidade de voltar à condição de assalariado. Para ele, o contingente de “excluídos” tende a superar numericamente os

¹⁸ Para saber mais, ver OLIVEIRA, Francisco de. *Passagem na Neblina*. In: OLIVEIRA; STEDILE & GENOÍNO. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo, Perseu Abramo, 1996.

¹⁹ Grifo nosso.

trabalhadores assalariados, ao mesmo tempo em que enfraquece as possibilidades de ações de classe baseadas na identidade de *trabalhador*.

Nos marcos da teoria da “marginalidade social”, Paoli (1974) apresenta elementos que podem ser contrapostos ao argumento de Oliveira. Segundo ela, o trabalho assalariado é o *referencial* da maioria da população, que dele retira o seu sustento. O desempregado sofre com sua condição porque é afastado, involuntariamente, do seu principal meio de vida. Ele continua identificado como trabalhador assalariado, apesar de não encontrar forma de realizar-se enquanto tal.

A consciência do marginalizado estabelece solidamente a própria identificação como trabalhador assalariado. Esta é a primeira e a principal categoria introduzida em seu discurso, em torno do qual se estrutura o seu mundo e definem as inconsistências e tensões geradas pela realidade objetiva em que está lançado. *Subjetiva e objetivamente ele se sabe possuidor de força de trabalho que deve ser vendida no mercado, cuja venda lhe permite adquirir os meios necessários à sua subsistência*²⁰. Este é o seu mundo “natural”, por onde ele se apresenta e depõe sobre sua experiência de vida. A efetivação da condição ‘normal’ do trabalho assalariado fundamenta seu presente, enquanto aspiração, e constitui o horizonte histórico possível, enquanto projeto (PAOLI, 1974: 76).

É certo que há um aumento importante dos níveis de criminalidade, relacionado à ausência de oportunidades de emprego e de expectativas de melhoria das condições de vida, especialmente entre a população mais pobre. Porém não há elementos para se afirmar que o contingente de pessoas que irá compor essa “fração lumpen”, para usar o termo de Oliveira, irá suplantar o contingente de desempregados que irá permanecer, de alguma forma, procurando retornar à condição de assalariado, ou então buscando alternativa de sobrevivência no trabalho precário e por conta-própria. É por isso que seguimos incluindo os desempregados na classe trabalhadora e não consideraremos a ressalva de Oliveira nem a classificação alternativa de Fernandes, de uma “classe dependente urbana”. O argumento de Fernandes, de que não há possibilidade de ação desses setores orientada contra a ordem capitalista, mas sim um entendimento do

²⁰ Grifo nosso.

enquadramento na relação de assalariamento como uma “conquista”, e portanto uma tendência de adequação ao sistema, revela mais uma dificuldade de organização e ação política da classe em torno de seus interesses imediatos e fundamentais do que a impossibilidade de se considerar, estruturalmente, esse contingente como parte da classe trabalhadora.

Todas essas classificações são temporárias e requerem, em estudos posteriores, maior adequação. Conforme tratamos anteriormente, os estudos baseados nos dados sobre distribuição da força de trabalho engendram uma série de problemas – aparentemente insolúveis. Mas não são totalmente desprovidos de validade se tivermos o cuidado de considerar as mediações existentes entre o tipo de ocupação e as relações sociais que se estabelecem a partir da posição na estrutura ocupacional. Certamente o modelo pensado está longe de ser o mais adequado, porém estamos certos de que com as delimitações feitas a partir dele temos um ponto de partida para a tarefa a que nos propomos: um perfil aproximado da classe trabalhadora.

Nas secções seguintes, trataremos deste perfil. Primeiramente, faremos um breve estudo histórico da formação da classe (em relação com as demais). Tendo claro que a estrutura social não se organiza apenas no nível econômico, mas também no plano do poder político, procuraremos mostrar, nas próximas páginas, como as modificações estruturais da sociedade brasileira se deram diretamente influenciadas pela ação política das classes e frações de classe, cada qual na defesa de seus interesses econômicos.

Conforme nosso entendimento de que as classes devem ser entendidas simultaneamente em sua dimensão econômica e política, apresentaremos sua evolução histórica considerando as duas faces do processo de forma interconectada. Em seguida, passaremos a um estudo das características gerais atuais da classe que é nosso objeto principal, com base nos dados sobre assalariamento.

II.2 – Elementos históricos da constituição da estrutura de classes no Brasil

A superação da economia escravista e a instituição do trabalho assalariado

Embora amplamente inserida no mercado capitalista global, a estrutura sócio-econômica brasileira difere das economias capitalistas “típicas”, tanto por sua constituição histórica *sui generis*, derivada da ordem colonial, como pelas peculiaridades que sobreviveram à transição neocolonial para o “capitalismo moderno”. A ordem capitalista no Brasil consolidou-se e desenvolveu-se de forma original, e o resultado disto é um tipo de capitalismo “dependente” do capital externo, que combina formas de produção modernas com formas arcaicas, que conservam muitas características do período colonial.

Muitos autores tendem a considerar, por isso, a existência de “dois Brasis”, um moderno e dinâmico, e outro atrasado, estático. No entanto, essas duas realidades, aparentemente antagônicas, constituem a forma social peculiar que é a sociedade brasileira. E a maneira como se estruturam as classes sociais reflete essas particularidades. Seja pela permanente participação dos setores agrários no poder central, pelas inconsistências da burguesia industrial, pelo conservadorismo da classe média ou mesmo pelas inconsistências e dificuldades políticas da massa proletarizada. Um breve retrospecto pode fornecer a chave para o entendimento dessas características:

Como demonstrou Fernandes em seus estudos²¹, a transição da ordem colonial para a capitalista se deu já de forma atípica: não houve aqui um “estamento burguês revolucionário” que se opôs aos estamentos dominantes para fixar as bases de uma nova ordem social, como nas revoluções burguesas clássicas. Os próprios estamentos senhoriais - ligados ao grande latifúndio monocultor - buscaram a ampliação do seu poder libertando-se do jugo colonial e apressando-se em forjar instituições próprias de poder social.

A velha aristocracia agrária modernizou-se ao mesmo tempo em que criou condições de manter o controle da economia e do Estado, promovendo a integração horizontal da estrutura de poder estamental (FERNANDES, 1975: 91). Com o fim da escravidão,

²¹ Ver os textos listados na nota 12.

buscaram a substituição do trabalho escravo pela força de trabalho assalariada, sem, no entanto, modificar radicalmente a estrutura econômica existente.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. As próprias “associações de classe”, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão e influências sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares. Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível (FERNANDES,1976: 204).

A burguesia nascente não tinha interesse em estender a modernização a todas as esferas da nação, de forma a revolucioná-la por completo. Mantinha o que era possível manter; tanto no plano econômico quanto no plano político, comprometia-se com tudo o que lhe fosse vantajoso. A própria burguesia nascente fez fracassar, por exemplo, a primeira tentativa de industrialização, promovida por Mauá no período do segundo reinado. É certo que o fracasso se deu em parte pela ausência de contingente para o assalariamento, mas foram fundamentais as investidas em contrário da aristocracia agrária. Herdeira dos procedimentos autocráticos do passado colonial, a nascente classe burguesa não se preocupou com a difusão dos procedimentos democráticos típicos das revoluções burguesas, e aceitou conviver com as velhas formas de poder herdadas do passado colonial – inclusive com a escravidão e o absolutismo.

A abolição do trabalho escravo deu-se apenas um ano antes da instauração da República. A quase simultaneidade desses dois acontecimentos não foi mera coincidência. Ambos constituíram, na verdade, duas faces de um mesmo processo, resultantes de pressões internas e externas pela modernização das estruturas sociais. A abolição da escravidão obrigou os setores produtivos a se adequarem rapidamente aos moldes do regime de trabalho assalariado. Já a República cumpriu o papel de aplacar os perigosos anseios dos setores médios insatisfeitos, mas, neste caso, as concessões da aristocracia agrária estavam apenas na forma - o conteúdo permaneceu o mesmo.

Aparentemente súbita, a abolição da escravidão e a conseqüente instituição do trabalho assalariado foi um processo gradual, sem a desintegração completa das formas tradicionais de produção. Em parte porque, na condição de país agroexportador, o Brasil importava praticamente tudo que consumia, utilizando as divisas geradas pela produção de café e, por isso, não desenvolveu imediatamente uma indústria para atender às demandas do mercado interno. Ao mesmo tempo, os padrões de comportamento social estavam profundamente marcados pelo regime escravista (HOFFMANN, 1980: 17). Desde a colonização, praticamente todo o trabalho era realizado com base na escravidão, e por isso, grande parte da população livre encontrava-se sem ocupação, com exceção de uns poucos ofícios que não se identificavam com “trabalho de escravo”. Conforme estudo de Caio Prado Jr. (2004), em uma economia marcada pela escravidão,

...não é de se admirar que tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre. Se não é ou não pode ser proprietário ou fazendeiro, senhor de engenho ou lavrador, não lhe sobrarão senão algumas raras ocupações rurais – feitor, mestre dos engenhos, etc.; algum ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torna indigno dele pela brancura excessiva de sua pele; as funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o comércio, negociante propriamente ou caixeiro. Nesta última profissão, ainda esbarra com outra restrição: o comércio é privilégio dos “reinóis”, os nascidos no Reino (PRADO JR., 2004:279).

Mesmo a abolição do trabalho escravo não significou a imediata formação de um contingente de trabalhadores livres, visto que grande parte dos ex-escravos saiu a buscar o trabalho autônomo nas terras não ocupadas ou então permaneceu nas fazendas (ou à sua volta) trabalhando por conta própria e assalariando-se eventualmente na lavoura de café.

Da abolição até a década de 1920, o aumento da força de trabalho livre baseou-se fundamentalmente na imigração estrangeira. As razões para isto são várias. Em primeiro lugar, havia reservas dos empregadores – basicamente cafeicultores e outros grandes proprietários rurais – quanto à qualidade e a disciplina da força de trabalho interna, aliada à necessidade de qualificação da lavoura cafeeira e às concepções racistas dos proprietários de terras, que demonstravam também a preocupação de “embranquecer” a população brasileira (GRAHAM, 1971: 40 a 43).

Paralelamente às restrições dos fazendeiros de café, houve resistência dos proprietários de terra em geral à completa proletarização da força de trabalho nacional, pois estavam interessados em ter o máximo de “parceiros” por perto, disponíveis para qualquer eventualidade. Uma vez dispensados do trabalho nas fazendas, os trabalhadores podiam retornar às suas roças de subsistência (FURTADO, 2001) e não traziam maiores custos aos fazendeiros. Simultaneamente, como aponta Furtado, o “efeito de expulsão” que surgiu com o enorme desemprego e a pauperização no Sul da Itália possibilitou um excesso de oferta de força de trabalho, disposta a aceitar condições bastante adversas. Sem isso, teria sido impossível a imigração européia nas proporções em que se deu.

Assim, para além das preocupações raciais, parte dos fazendeiros não tinha interesse em tentar persuadir a força de trabalho local a aceitar um trabalho através do oferecimento de salários mais elevados, pois saía mais barato conseguir do governo a importação de força de trabalho européia, já treinada e acostumada ao regime de assalariamento. O enorme poder político dos proprietários de terra levou a que o governo aceitasse subsidiar a imigração estrangeira, que não lhes custou, por isso, nem um centavo (MYRDALL, 1968: 970. Citado em HOFFMANN, 1980: 17).

Grande parte da força de trabalho nacional disponível estava concentrada na região Nordeste e foi amplamente recrutada para o trabalho nos seringais da Amazônia, deixando aos fazendeiros do sudeste uma parcela ínfima de potenciais trabalhadores recrutáveis (GRAHAM, 1971: 44). A isto se somou que os custos de deslocamento interno, do Nordeste para o Sudeste, eram praticamente iguais aos custos de se trazer trabalhadores europeus - muitos dos quais já acostumados ao sistema de assalariamento. Conforme Furtado, foi justamente o favorecimento da imigração estrangeira em grande escala que deixou disponível a força de trabalho nordestina para sua aventura (e desgraça) na Amazônia.

A política de imigração nos primeiros anos do século XX fez da escassez de mão de obra – que impediu a industrialização no período do Império - um problema superado. Concomitantemente, cessava o crescimento vertical da produção do café e a euforia da borracha na Amazônia. Ao mesmo tempo, ocorreu o processo que pode ser comparado ao dos “cercamentos” na Inglaterra: o fechamento das possibilidades de acesso às melhores

terras, negando aos ex-escravos e aos sitiantes livres (imigrantes ou não) a possibilidade de pequena e média exploração agrícola. A disposição para o trabalho assalariado deste contingente estava também garantida.

Um seguimento expressivo dos imigrantes europeus, que foram destinados inicialmente à lavoura de café, estabeleceu-se nos núcleos urbanos, iniciando alguns tipos de manufaturas ou mesmo exercendo ofícios ligados ao artesanato. Parte dos imigrantes vinha de áreas rurais da Europa, e preferiram manter-se no campo, como assalariados, outros formaram colônias no sul do país, onde passou a predominar a pequena propriedade rural, baseada no trabalho familiar. Outros, contudo, vinham de centros urbanos, e traziam larga experiência no trabalho artesanal e industrial. A proliferação de oficinas e pequenas indústrias contribuiu para a abertura de novas frentes de trabalho assalariado nas cidades.

Porém, mesmo a instituição do trabalho assalariado não modificou imediatamente as estruturas sociais, pois aconteceu adequada ao esquema político e econômico da grande propriedade rural. Sem a formação de uma forte economia industrial urbana, a condição “proletária” ficou subordinada aos moldes de uma organização social baseada na agricultura. De forma semelhante, a adequação de alguns extratos de “senhores de terras” à condição burguesa após a independência do país foi apenas o resultado de uma evolução dentro da ordem.

Em suma, em um primeiro momento, a organização capitalista apenas reproduzia de forma ampliada os próprios estamentos de origem colonial, adicionados de representantes de firmas estrangeiras e comerciantes nativos, ambos grupos em ascensão. Com a progressiva mercantilização do trabalho, desencadeou-se um processo que poderia ser uma verdadeira revolução social, mas cujos efeitos foram retardados pelo forte controle oligárquico das estruturas sociais. Nesse momento, a aristocracia ganhou ares burgueses, ao mesmo tempo em que a burguesia se adequou às maneiras da aristocracia rural, um processo que dissimulou a realidade e ocultou a identificação de uma burguesia nascente, já diretamente ligada a interesses externos, associada ao capital estrangeiro. Por último, num terceiro momento, a ordem capitalista passou a “incluir” outros setores, fazendo funcionar suas funções estratificadoras, classificando positivamente como “dentro da

ordem” todos aqueles que se adequaram ao mercado e tornando marginalizados, “condenados do sistema” os que não se adequaram a ele. As novas relações de trabalho assalariado fizeram da “*proletarização* um fator de classificação social, iniciando-se aí concomitantemente a revolução urbana e a crise da agricultura” (FERNANDES, 1976: 63).

Como não poderia deixar de ser, a eclosão do regime de classes, produto da ordem capitalista nascente, criou fissuras entre a própria classe dominante e oposições latentes dos setores médios. Ainda durante o período do império, a classe média urbana, que crescia exercendo atividades de comércio, profissões liberais ou mesmo trabalhando na estrutura estatal, encontrava seu espaço (já reduzido) ainda mais limitado. O “desemprego” dessa parcela da população urbana poderia ter sido resolvido com a industrialização. Mas como as iniciativas nesse sentido não foram à frente, o exército apareceu como alternativa de sobrevivência para uma grande parte desse setor. Com a Guerra do Paraguai as forças armadas absorveram um grande número de pessoas, resolvendo temporariamente o problema da ociosidade das camadas médias. Passada a guerra, manteve-se a hipertrofia do exército, ditada pela necessidade de empregar a classe média. Conforme Jaguaribe, esse mesmo exército de classe média, impregnado pelas idéias do positivismo e constituindo, de certa forma, um corpo estranho ao organismo do Estado Imperial, terminou por derrubá-lo.

Já nos primeiros anos da República, os mesmos setores da pequena burguesia e da classe média urbana “insistiram” em participar da vida política do país: o primeiro governo republicano, de Deodoro, voltou-se rapidamente contra a Constituinte e provocou a reação dos chamados “legalistas”, com Floriano Peixoto à frente, que restabeleceu a assembléia dissolvida por Deodoro e o forçou a renunciar. Este foi um ensaio de radicalização de uma revolução pequeno-burguesa, patrocinada pela elite da classe média, formada de militares e bacharéis - na análise de Jaguaribe (1972), esse movimento pode ser considerado um “jacobinismo republicano”. Mas o movimento legalista naufragou rapidamente.

A pequena burguesia jacobina, no Brasil, só era radical em suas expectativas político jurídicas. Tratava-se, para ela, de instaurar certas fórmulas – como a república e o

federalismo – que lhe pareciam providenciais e de, quando possível, manter-se no poder com essas fórmulas (JAGUARIBE, 1972: 410).

O sucesso da investida ao poder dos setores médios e da incipiente burguesia industrial num país de economia semicolonial e especializado na monocultura para exportação, só poderia se confirmar com profundas mudanças na estrutura econômica e social, como por exemplo, a reforma agrária - para criar uma pequena burguesia no campo e para a diversificação da produção - e a industrialização. Como nada disso foi à frente e a classe média manteve seu apego à propriedade privada e aos princípios liberais da economia, deu-se o inevitável: a burguesia rural retomou as rédeas da situação. Foi neste “entrechoque de conflitos de interesses da mesma natureza” (FERNANDES, 1976: 209) que se deu o que Fernandes denominou *consolidação conservadora da dominação burguesa*. A oligarquia retomou as rédeas do processo e determinou como se daria a dominação burguesa, independentemente dos outros setores, como a pequena burguesia e as nascentes (e incipientes) burguesias comercial e industrial. E assumiu uma maquinaria político-jurídica mais eficiente, construída no breve momento de radicalização dos setores médios. Com o governo seguinte, de Prudente de Moraes, o patriciado rural retomou totalmente seu domínio da vida política e econômica, o que perdurou por todo o período da chamada República Velha.

O próprio federalismo, instaurado pela pequena burguesia, se por um lado resolveu parte do problema do desemprego dos setores médios urbanos, uma vez que ampliou a oferta de empregos públicos com as administrações e legislativos estaduais e municipais, por outro lado fortaleceu o domínio oligárquico – ao invés de enfraquecê-lo. Os governadores assumiram o papel que antes era dos presidentes de Província, passando a controlar as eleições nos Estados por meio de atas falsas e pela sujeição dos eleitos ao reconhecimento pelo Congresso.

As primeiras décadas do século XX assistiram a um aumento considerável da força de trabalho assalariada (principalmente na lavoura de café) e a um razoável incremento dos centros urbanos. Porém, devido ao domínio dos setores agroexportadores, o crescimento da indústria – e a conseqüente formação de um “proletariado urbano” nos moldes das economias capitalistas “típicas” – foi incipiente. Os discretos aumentos da capacidade

manufatureira do país no período do governo de Rodrigues Alves (1902 a 1906) e nos governos de Wencelslau Brás (1914-18) e Epitácio Pessoa (1919-22) – durante e após a Primeira Guerra Mundial – aconteceram basicamente no setor de têxteis e alimentos. Esse crescimento da indústria não chegou a alterar a estrutura econômica até a década de 20. Dois terços da população permanecia no campo e somente após a década de 30 é que as taxas de crescimento da indústria passaram a superar as da agricultura. A partir daí, o ritmo de crescimento do produto industrial foi sempre superior ao do produto agrícola.

A crise de 1929: a derrocada da economia do café e a política de substituição de importações

Com a crise econômica causada pela quebra das bolsas de Nova Iorque em 1929, a economia cafeeira entrou em uma crise irreversível. Nascia a possibilidade de se proceder a mudanças profundas na estrutura econômica do país, dado o enfraquecimento da burguesia rural. Os reflexos dessa crise tiveram como desenlace político a chamada “Revolução de 1930”, a qual,

precedida pelas tentativas abortadas que se sucederam nos anos 20 e precipitada pela crise econômica, é uma segunda investida ao poder da classe média (JAGUARIBE, 1972: 411).

Porém, o conteúdo modernizador (e em alguns pontos trabalhista), surgido das necessidades próprias da época, acabou suplantado por um corporativismo fascistóide, mais agradável à classe média conservadora e aos setores agrários que permaneciam representados nos vários patamares do Estado (apesar da crise que atravessavam), o que conduziu ao Estado Novo. Assim, mais uma vez,

...e desta feita de modo exemplarmente significativo, a classe média se negou a aprofundar a revolução para os planos econômico e social. Manteve-a no nível político e em suas correlações jurídicas e administrativas (...) O Estado Novo foi, nas linhas mestras de sua ação, fiel ao liberalismo. O problema do desemprego da classe média não foi resolvido pela iniciativa, de parte do Estado, de proceder à industrialização reclamada pela demanda de manufaturas para a qual não se tinha mais divisas para importar. Tampouco se ensaiou quebrar, com a reforma agrária, o predomínio conservado pelo patriciado rural (JAGUARIBE, 1972: 411-412).

O Estado Novo não só não procedeu à industrialização necessária à superação da crise causada pela quebra nas exportações de café – que geravam as divisas necessárias à importação de bens de consumo - como preferiu criar uma estrutura de favorecimento através do emprego público, o chamado “Cartorialismo”. Através dessa política de emprego em troca de votos, comprou-se o apoio da classe média e inaugurou-se uma política de barganha que subsistiu por muito tempo depois do Estado Novo. Resolveu-se dessa forma o problema do desemprego das camadas médias, ao mesmo tempo em que o patriciado rural, que poderia ter sido banido da cena política, manteve-se nas estruturas de poder.

No plano econômico, a crise de 1929 precipitou um pequeno surto industrial. A política de “substituição de importações”, adotada em resposta à crise, foi a forma encontrada pela sociedade capitalista brasileira, então sufocada pelos acontecimentos internacionais, para sua própria defesa. Pretendia-se superar a crise econômica por meio da expansão interna e pela revitalização da economia.

Para tanto buscando dotar-se de um sistema de produção com grande margem de auto-suficiência e orientado para a exploração do consumo interno (PEREIRA, 1972: 419).

O país dependia das importações para suprir suas necessidades de consumo, uma vez que quase toda a economia estava voltada para a monocultura de exportação. Com a falta de divisas, gerada pela crise do café, era necessário construir rapidamente uma indústria substitutiva das importações. Mas esta empresa foi, na verdade, levada à frente por um setor da burguesia, sem significativa participação estatal.

Se o surto industrial do ciclo Mauá foi abortado pela insuficiente oferta de força de trabalho livre, pelo fraco mercado interno e pela facilidade em obter produtos por meio de importações, as condições agora eram completamente distintas. Não havia mais dinheiro para importar, o mercado interno era amplo e consistente e não faltavam trabalhadores. Agora era preciso produzir quase tudo, o que impulsionou a diversificação da indústria. A Segunda Guerra mundial, ao mesmo tempo em que praticamente paralisou a importação de equipamentos necessários à indústria, aumentou ainda mais a necessidade de auto-abastecimento do mercado nacional, pois se começou a produzir internamente também equipamentos industriais.

Contudo, apesar dos avanços obtidos, não se pode afirmar que o período compreendido entre 1930 e o final da Segunda Guerra Mundial assistiu a uma completa industrialização brasileira. Conforme estudo de Pereira (1972), não se conseguiu atender plenamente à estrutura das necessidades crescentes de consumo da sociedade brasileira. Os retrocessos democráticos do período do Estado Novo combinaram-se à insuficiência de políticas estatais que garantissem a plena industrialização. O conservadorismo dos setores aos quais o governo de Vargas aliou-se para garantir o poder impediu o pleno desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para completar, o governo que se seguiu, o de Dutra (1946 – 1951), esgotou os saldos acumulados durante a Segunda Guerra em importações de artigos pouco essenciais.

Assim, o segundo governo de Vargas iniciou-se (em 1951) com a tarefa de organizar uma nova programação econômica do país. Eleito desta vez por sufrágio, Vargas estava livre de buscar algumas das alianças de que necessitou para se manter no poder durante o Estado Novo. Desfez-se, assim, da parceria com a velha aristocracia rural e com a pequena burguesia avessa às transformações estruturais da economia.

Dessa vez, Vargas procedeu a um amplo planejamento econômico, utilizando o Estado, ao mesmo tempo, como agente programador e como investidor e empresário (JAGUARIBE, 1972: 414). Empreendeu-se um planejamento amplo, orientado para a “superação de pontos de estrangulamento da economia nacional nos setores de infraestrutura e de base” (idem). Sem recursos suficientes, o governo Vargas buscou financiamento com nos EUA, então sob a administração Truman. Planejou-se uma política de desenvolvimento energético, com o plano do petróleo, do qual nasceu a Petrobrás, o plano do carvão nacional e o plano de eletrificação. Porém o governo Vargas não chegou a realizar a totalidade desse planejamento, à exceção da criação da Petrobrás. Isto pela combinação de dois fatores: a derrota eleitoral dos democratas, nos EUA, com a substituição de Truman pelo republicano Eisenhower, que negou-se a proceder com o acordo financeiro firmado por seu antecessor e o golpe de agosto de 1954, capitaneado pelos setores mais conservadores da classe média e pelo exército. O chamado “lacerdismo” foi, uma vez mais, a repetição da velha prática golpista de setores da burguesia (em especial a ligada à grande propriedade rural) e da classe média aliada ao militares. Como motor das manifestações, o pânico causado pelo que “se lhes afigurava,

equivocadamente, como a gradual implantação por Vargas de um regime socialista-sindicalista” (JAGUARIBE, 1972: 415). Essa idéia provinha da manutenção das antigas ligações de Vargas com o proletariado, por conta da legislação social promulgada no Estado Novo e por haver ele tentado, no final do Estado Novo, uma mudança de alianças, da classe média para o proletariado, visando manter-se no poder.

Neste golpe,

...coligaram-se as forças mais retrógradas do país: a burguesia latifundiária, o setor mercantil da burguesia urbana e a pequena burguesia radical, esta última, como sempre, inserida nas forças armadas. A guerra de nervos e de boatos que as forças latifundio-mercantis financiaram e que a imprensa reacionária pôs em circulação acabaram lançando as forças armadas contra Vargas (idem: 416).

A solução trágica do presidente (o suicídio) fez com que os golpistas perdessem subitamente o controle da situação, pois insuflou as massas contra os autores do golpe. Assim, ao contrário do que planejaram os setores golpistas, o candidato que se propunha a continuar os planos de Vargas, Juscelino Kubitschek, venceu as eleições presidenciais que se seguiram e o exército teve de recuar, assegurando a posse do candidato vencedor.

O governo de Juscelino, com seu Plano de Metas, possibilitou a realização de um amplo plano de desenvolvimento econômico, com a expansão da indústria pesada e o crescimento da oferta de bens e serviços de infra-estrutura e de base (transportes e energia). O governo de JK alcançou extraordinário êxito no desenvolvimento econômico do país - apesar de todas as previsões contrárias feitas pelos organismos internacionais, que criticavam sua ausência de “ortodoxia econômica”.

Inserção do Brasil no sistema capitalista mundial: um “sócio-menor” repleto de inconsistências e conflitos de classe

Embora repleto de inconsistências e descontinuidades, o desenvolvimento capitalista (que combinou o crescimento industrial com a crise da economia rural) empreendido entre as décadas de 1930 e 1960 ampliou o contingente de assalariados e acelerou o processo de “urbanização” da população brasileira. Já na década de 1930 esse ritmo de urbanização começou a aumentar. Segundo dados apresentados por Hoffmann (1980), em 1920, por exemplo, a população urbana era de pouco mais de 10%, número que cresceu para 31,8% em 1940. O ritmo de absorção de força de trabalho pela indústria nessas duas décadas superou pela primeira vez o da agricultura.

Com a intensa migração para determinadas regiões brasileiras, mais industrializadas (ou as de “fronteira agrícola”), o Brasil foi deixando rapidamente de ser um país predominantemente rural para ter a maior parte de sua população concentrada nas cidades. A perspectiva de assalariamento certamente foi o principal atrativo, sendo este compreendido como um salto de qualidade na vida dessas pessoas. De acordo com o estudo de Accioly Borges, citado em artigo de Lopes (1972),

... nos municípios onde ocorreu entrada apreciável de trabalhadores o pagamento mais freqüente era feito só em dinheiro, comprovando-se, destarte, que o salariado puro – tipo de remuneração por excelência da economia capitalista – constitui, quando outras condições favoráveis também existem, um motivo especial de atração para as massas emigrantes (BORGES, Accioly. Citado em LOPES, 1972: 446).

Para Cardoso, as migrações internas foram propiciadas pela crise no mundo rural e pela miséria que predominava em certas regiões:

No geral, foi menos a vontade de ascensão social e de integração à vida urbano-industrial que levou as populações a deslocarem-se para as cidades do que o acicate da miséria. Isto as torna mais ou menos conformadas diante do ‘destino’ e, até certo ponto, melhor dispostas para aceitar as condições de vida e trabalho imperantes no sistema industrial de produção (CARDOSO, 1972: 481).

Na década de 50, seguiu-se um ritmo acelerado de industrialização e urbanização, combinado ao esgotamento gradativo das oportunidades de expansão da fronteira agrícola. Na década de 1960 esse crescimento contínuo diminuiu, mas continuou a haver migração da força de trabalho do campo para os trabalhos urbanos. Contudo, apesar do crescimento da indústria, já não foi mais possível absorver a totalidade da força de trabalho que migrou para as cidades, formando-se um contingente importante de desempregados e ocasionando o “inchaço” dos centros urbanos. Como argumenta Lopes:

Nas várias fases do processo, a ampliação do mercado nacional, parte integrante do sistema industrial em constituição, destrói oportunidades de trabalho no mundo rural e semi-rural, sem criar outras tantas na mesma proporção nas cidades, para onde aflui a população excedente. O crescimento ‘excessivo’ dos centros urbanos das regiões menos desenvolvidas do Brasil adquire sentido dentro desse quadro (...) Além disso, intensificam-se as migrações internas no país e altera-se sua natureza (LOPES, 1972: 440).

As tensões geradas nesse processo tornaram a presença do trabalhador “comum” (em geral, assalariado) mais constante na cena nacional e, portanto, mais ameaçadora ao *status quo*. As novas condições de inserção do operariado na sociedade e o novo tipo de organização e ação sindical surgidos ou fortalecidos nesse processo, redefiniram as modalidades e o grau de intensidade dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores. Assim, a continuidade e intensidade do processo de crescimento industrial permitiram, pela primeira vez, a definição de uma perspectiva de “condição operária” (CARDOSO, 1972: 480-81). A legislação trabalhista do período do Estado Novo, o crescimento do sindicalismo (ainda que controlado pelo Ministério do Trabalho) e o fortalecimento de organizações como o PCB e outros movimentos de trabalhadores do campo e da cidade, bem como os tensionamentos que se seguiram nas décadas de 50 e 60 foram o resultado direto desse processo de ampliação da presença do proletariado como força social.

O golpe militar de 1964, uma aliança entre os militares e setores conservadores da burguesia e da classe média (novamente) foi o desfecho do processo de disputa que se iniciou em 1930 e acirrou-se no segundo governo Vargas, na década de 1950. A batalha perdida em 1954, com o suicídio de Vargas e a eleição de JK em seguida, não encerrou a guerra dos setores conservadores contra os setores que apostavam no desenvolvimento

nacional e, para tanto, apoiavam-se nas massas trabalhadoras. Seguiu-se uma nova investida: a derrubada do presidente João Goulart em 31 de março de 1964.

Como desfecho de uma *singular luta de classes*²², com uma composição diversa da envolvida na Revolução de 30, realiza-se a Revolução de 31 de março de 1964, em verdade uma contra-revolução a uma pré-revolução senão “popular”, ao menos “populista”. Os diversos escalões da oficialidade das forças armadas, associadas aos setores majoritários das classes dominantes em coalizão, por sua vez conjugados com o setor das ‘massas urbanas’ por estes politicamente manipulado e pelos mesmos identificados como “classes médias”, fazem a Revolução em nome de si próprios, em nome do “povo” que entendem ‘enganado pelos esquerdistas’ e em nome da “democracia contra a ameaça comuno-socialista”. Negando de uma só vez os possíveis capitalismo “autônomo” e socialismo, essa “contra-revolução” identifica-se, em seu momento de afirmação de um projeto, com o possível histórico consistente numa continuação do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, implicando o ultrapassamento dos obstáculos internos e externos a esse processo, porém numa inequívoca orientação conducente à constituição como “sócio menor” economicamente próspero dos subsistemas dominantes do sistema capitalista internacional (PEREIRA, 1972: 426).

A orientação econômica do regime iniciado em 1964 foi claramente voltada à busca de capitais externos e à inserção numa nova divisão internacional do trabalho. Foi na política externa, de rompimento imediato de relações com Cuba e de formulação de uma lei de remessa de lucros mais favorável ao capital estrangeiro, que o novo governo mostrou a que veio. Também emblemático foi o discurso do novo presidente da república no Itamaraty em 31 de julho de 1964, na cerimônia de diplomação dos alunos em ingresso na carreira diplomática:

A expressão “política de independência” tem sido deturpada e perdeu utilidade descritiva (...) o conceito de independência só é operacional dentro de determinadas condicionantes práticas (...) a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência quer no campo militar, quer no econômico, quer no

²² Grifo nosso.

político (...). (citado em PEREIRA, L. p. 428. Íntegra do discurso no jornal *O Estado de São Paulo* de 01 de agosto de 1964).

Os militares promoveram uma política de reaproximação dependente com os EUA, combinada a um plano de comércio entre os países do continente, onde o Brasil especializou-se em algumas poucas áreas da indústria e manteve seu histórico papel de produtor de artigos no setor primário.

Os planos de crescimento econômico do regime militar tiveram como pano de fundo a preocupação de amortecer a presença do trabalhador “comum” no cenário político. O crescimento econômico, que trouxe certa ampliação no nível de emprego (sem, contudo, resolver a crescente tendência ao desemprego estrutural), combinado à forte repressão política, manteve por algum tempo contida a possibilidade de agitação das massas. O ritmo de crescimento industrial manteve-se até o início da década de 1970.

Foi também na década de 1970 que a população urbana ultrapassou pela primeira vez a rural, perfazendo 56% do total, segundo dados do IBGE. O Brasil consolidou, nesse período, a condição de país capitalista, “sócio menor” no sistema internacional. A burguesia atingiu, nas décadas de 1960 e 1970, a consolidação de sua dominação política e econômica, sendo que a parcela mais fortalecida foi a ligada ao capital externo. Isto, porém, sem a eliminação dos setores mais atrasados. Manteve-se o latifúndio e sua presença na cena política do país.

Apesar da alta participação da indústria do PIB nacional nesta época, Hoffmann (1980) aponta para uma discrepância entre essa realidade e a taxa de emprego industrial. De fato, para um grau de industrialização entre 27% e 29% (dados do IBGE), o Brasil apresentava, em 1964, uma proporção de empregos na indústria de transformação entre 8 e 9% da PEA, enquanto outros países capitalistas apresentavam taxas de emprego industrial entre 23% e 29% para taxas de industrialização semelhantes à do Brasil. Proporção que se manteve por toda a década de 1970.

Desde essa época, observa-se uma tendência ao inchaço do chamado setor “terciário”, que representa o setor de comércio e o de serviços. Isto se deu por causa da baixa absorção de força de trabalho na indústria, conjugada à impossibilidade de se continuar retendo as populações nas áreas rurais. Dessa forma, o comércio e os serviços foram

“obrigados” a absorver o acréscimo à força de trabalho. Na década de 1960, de quase sete milhões de pessoas que se incorporaram à força de trabalho, metade buscaram oportunidades no setor terciário (HOFFMANN, 1980: 56). Esse movimento foi um pouco menor na década de 1970, quando a indústria apresentou novo (e breve) surto de crescimento. O quadro abaixo mostra a importância do setor terciário na absorção da força de trabalho durante as décadas de “industrialização” do Brasil:

Quadro 1 - Crescimento da População Economicamente Ativa por Setores de Atividade

Setor econômico	Taxas geométricas de crescimento anual		
	1940/1950	1950/1960	1960/1970
<i>Primário</i>	0,5	1,7	0,8
Agricultura, silvicultura e pecuária	0,5	1,7	0,7
Extração Vegetal	2,3	2,4	1,0
<i>Secundário</i>	4,4	2,4	6,0
Extração mineral	-0,8	-0,7	4,9
Indústria de transformação	4,2	2,2	4,9
Indústria de construção	7,5	3,0	8,1
Produção e distribuição de gás e energia elétrica	-0,7	5,3	9,4
<i>Terciário</i>	2,5	5,3	3,9
Comércio de mercadorias	2,5	4,7	4,1
Transportes, comunicações e armazenagem	3,4	4,6	1,3
Governo	2,4	2,6	5,7
Serviços	1,5	5,0	2,9
Atividades Sociais	7,8	4,9	7,7
Outros	0,9	13,0	3,8
TOTAL	1,5	2,8	2,7

Fonte: HOFFMANN, 1980: 46 (dados do IBGE).

A chamada “abertura política”, iniciada em fins da década de 1970 e durante a década de 1980, com o retorno gradual do sufrágio e dos partidos políticos, deu-se em um quadro mais ou menos consolidado de correlação das forças sociais. O Brasil já deixara de ser um país agrário, possuía um parque industrial importante, uma burguesia nacional fortalecida (embora fracionada e dependente do capital externo) e um operariado expressivo. O aparato estatal típico de uma sociedade capitalista “madura” consolidou-se com a Constituição de 1988, que garantiu as instituições democráticas burguesas.

Porém, esses ares de amadurecimento capitalista não conseguiram esconder as dificuldades permanentes da sociedade brasileira: o inchaço urbano e a incapacidade de absorção da força de trabalho, com um desemprego crônico e crescente, a miséria das

populações que permaneceram no campo e a expansão contínua do latifúndio sobre as pequenas propriedades rurais, além da enorme discrepância na divisão da riqueza social.

No plano internacional, a década de 1970 também assistiu a uma verdadeira reestruturação dos padrões produtivos e tecnológicos. O Brasil, diretamente inserido na ordem capitalista mundial, começou a apresentar os reflexos dessas mudanças a partir da década seguinte. Conforme Pochmann, em grande medida, as transformações em curso desde a década de 1970, no interior das grandes empresas capitalistas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho) impuseram o surgimento de novos relacionamentos diretos entre a unidade capitalista e as formas de ocupação não capitalista - trabalho irregular, parcial, a domicílio, *putting out*²³ etc. (POCHMANN, 2002: 07).

Após décadas de avanço na estruturação do mercado de trabalho, o Brasil ingressou, nos anos 1980, numa fase de grande instabilidade nas atividades produtivas, de estagnação da renda e de forte ampliação nos níveis de desemprego. Os avanços registrados nas décadas anteriores estavam diretamente ligados às políticas de Estado comprometidas com a expansão da produção nacional (substituição de importações, industrialização, regulamentação das relações de trabalho etc.). Porém, com o colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80 (financiamento este aplicado nos planos de crescimento apelidados de “milagre brasileiro”) e a chamada “crise da dívida externa”, que resultou em escassez de recursos financeiros internacionais para os países endividados, diminuiu consideravelmente a capacidade do governo de financiar o crescimento e incentivar as exportações.

Ainda assim, apesar do crescimento nas taxas de desemprego nos primeiros anos da década de 1980, este se manteve ainda sob certo controle quase até o final da década, graças à manutenção da prioridade às exportações e às políticas de proteção do mercado interno. Contudo, a adoção do modelo neoliberal a partir do governo de Fernando Collor em 1990, com abertura comercial, financeira e tecnológica, associada às políticas de altos juros e à valorização da moeda americana, abriu caminho para o declínio das exportações,

²³ *Putting Out* é a denominação dada ao processo pelo qual partes do processo produtivo pertencentes às grandes empresas passaram a ser realizadas de forma encadeada por microempresas, trabalhadores independentes, autônomos, conta-própria ou cooperativas.

a estagnação econômica e, conseqüentemente, para a ampliação do desemprego e de variadas formas de trabalho precário e “informal”.

Segundo Pochmann:

Sem a interrupção do ciclo de industrialização nacional, o País teria registrado, em 2000, por exemplo, mais de 90% do total da ocupação urbana assalariada com contrato formal (POCHMANN, 2002: 10).

Na seção seguinte trataremos com maior detalhe dos acontecimentos políticos e econômicos dessas últimas duas décadas e dos efeitos dessa mudança de orientação da economia brasileira (a adoção do neoliberalismo), combinada às transformações dos padrões produtivos e tecnológicos. A partir da análise de dados dos CENSOS de 1980 e 2000, observaremos as conseqüências dessas mudanças para os assalariados.

II.3 – A força de trabalho no Brasil contemporâneo: mudanças recentes a partir de uma análise sobre o assalariamento nos setores de atividade

Considerações metodológicas

O estudo das recentes modificações na estrutura de assalariamento e da distribuição da força de trabalho nos setores de atividade que faremos a seguir, como parte do nosso estudo sobre a classe trabalhadora, tem como base os dados publicados pelo IBGE dos Censos de 1980 e 2000.

O uso dos dados de censos anteriores ao de 1991 implica em algumas dificuldades. A primeira é a ausência de fontes digitais. O material referente ao censo de 1980 (e todos os anteriores) que está na internet encontra-se em formato PDF – uma vez que foi digitalizado a partir do uso de scanner sobre as publicações em livro – e por isso não pode ser modificado livremente pelo usuário. Já o material referente ao Censo de 2000 encontra-se inteiramente em meio digital, e o IBGE mantém um serviço de consulta *online* que possibilita ao pesquisador montar planilhas que contêm apenas os dados de que necessita, o SIDRA – Sistema de Recuperação de Dados. A base de dados do Censo, é claro, não está disponível, o estudante pode apenas manipular as variáveis divulgadas.

Para elaborar os quadros, planilhas e gráficos que apresentaremos, utilizamos as tabelas da seção “Mão de Obra”, que é parte do Censo de 1980 e trabalhamos as tabelas disponíveis no SIDRA referentes ao Censo de 2000 presentes na seção “Trabalho e Rendimentos”.

As classificações de 1980 e 2000 nem sempre coincidem. A partir do SIDRA buscamos organizar os dados de maneira compatível com a usada em 1980 para facilitar o trabalho de comparação, mas em muitos casos isso não foi possível. Isso se deu por causa de modificações na própria metodologia do CENSO.

Nosso estudo, que tem por foco o assalariamento, considera os dados referentes à *População Economicamente Ativa – PEA* e à *distribuição dos ocupados por setor de atividade*. Conforme lembra Hoffmann, o conceito de população economicamente ativa identifica-se, grosso modo, com o de *oferta de mão de obra* num dado momento. Abrange as pessoas de ambos os sexos que fornecem força de trabalho para a produção

de bens e serviços. A PEA inclui tanto as pessoas que exercem atividade lucrativa ou remunerada, em dinheiro ou espécie (empregadores, empregados e trabalhadores por conta própria), como os trabalhadores familiares não remunerados. A PEA exclui as donas de casa e inclui os que estão desempregados, desde que declarem estar procurando emprego. Exclui também os chamados *inativos*, que são os dependentes (como crianças, estudantes etc.), os aposentados e pensionistas, os que vivem de renda, os recolhidos a estabelecimentos por serem incapazes para o trabalho e os detentos (HOFFMANN, 1980: 43).

No que toca à distribuição dos ocupados por setores de atividade, optamos por analisar esses dados porque um dos principais argumentos dos autores que consideram que a classe trabalhadora já não ocupa posição central na sociedade contemporânea está baseado na redução dos contingentes de assalariados na *indústria*. Este argumento considera que a classe trabalhadora tem como núcleo o “proletariado produtivo”, fabril. Pensamos, porém, que o fundamental não é que tipo de tarefa o trabalhador realiza, mas em que *relação* está fundamentado o seu trabalho, se é de assalariamento (ou seja, venda de força de trabalho) ou não. Já apontamos anteriormente (ver páginas 35 e 39), que nosso critério repousa na questão da mercantilização da força de trabalho (como em Marx) e, portanto, o fundamental para a classificação na classe trabalhadora é a *venda de força de trabalho* e a ausência de controle sobre a totalidade do processo produtivo e sobre a força de trabalho de outros.

Portanto, precisamos entender como se comporta a distribuição da força de trabalho nos setores de atividade. Se há, de fato, uma retração no número de assalariados na indústria e se há, paralelamente, um incremento significativo de trabalhadores em outros setores, como o setor de Serviços e o Comércio. Se a força de trabalho se desloca de um setor de atividade para o outro, se há declínio no emprego industrial, mas expansão em outro tipo de atividade, poderemos argumentar contrariamente às teses que vêm na retração do emprego industrial um indicativo de perda de importância econômica e política do trabalho e, conseqüentemente, da noção de classe trabalhadora na sociedade contemporânea.

Sabemos, baseado no apresentado no primeiro capítulo, que é insuficiente trabalhar apenas com os dados referentes à PEA. Pois a noção de classe abrange também o contingente ignorado por esses dados, classificados pelas fontes de dados como “inativos”. Por exemplo, o conceito de classe abrange tanto o operário como sua família, que depende da condição operária para realizar-se, abrange tanto o proprietário da indústria como seus filhos e demais dependentes, que têm sua vida, costumes e posicionamentos delimitados pela condição de detentores de meios de produção, da mesma forma como uma família de operários relaciona-se com o mundo e molda sua percepção a partir de sua condição de trabalhador assalariado. Classe também se refere a outras dimensões da vida social e, embora a posição ocupada na divisão social do trabalho seja, em nossa opinião, a variável mais importante na caracterização estrutural das classes, ela não pode ser considerada separadamente sem fazer-se as devidas ressalvas.

O uso de fontes de dados como o CENSO nesse estudo limita a análise da estrutura de classes, uma vez que não é possível desagregar grande parte dos dados. Isto acontece por opção do IBGE, que utiliza as classificações da estrutura ocupacional conforme as definições da ONU. Porém ainda que tenha essas limitações, é possível desagregar uma parte dos dados e ter-se uma idéia aproximada das principais características sócio-econômicas da população ou, como optamos nesta pesquisa, de uma parte da população, a PEA.

Conforme já delimitamos no primeiro capítulo, nesse estudo focamos nossa análise nos agrupamentos de assalariados, classificados no censo como “empregados”. Os dados destacam os contingentes de *empregadores*, *empregados*, *trabalhadores autônomos*, *ocupados em trabalho familiar sem remuneração* e *trabalhadores para o próprio consumo* (esta última classificação só está presente para o censo de 2000). A partir de dados sobre a distribuição destas posições nos *setores de atividade*, observamos as principais tendências da economia brasileira em relação ao trabalho. Com isso foi possível observar as modificações na estrutura de assalariamento e entender seu peso real na sociedade brasileira. De acordo com os objetivos expostos na Introdução, nossa atenção fixou-se nos assalariados, e não nos preocupamos em desagregar, por exemplo, os dados referentes aos empregadores (para separá-los em pequenos empregadores e

burgueses, por exemplo), e aos trabalhadores autônomos, o que poderia, como já discutimos no primeiro capítulo, ser objeto de uma outra pesquisa.

Buscamos responder às seguintes questões:

1. Qual a proporção de assalariados (empregados) em relação à PEA?
2. Como se distribui a força de trabalho assalariada nos setores de atividade?
3. Qual é o peso da indústria, das atividades rurais, dos serviços e do comércio na absorção da força de trabalho?
4. Como evoluiu, nos 20 anos estudados, o trabalho assalariado, em comparação com o trabalho não remunerado, por conta própria e em relação ao número de empregadores?
5. Ampliou-se ou reduziu-se a importância do assalariamento?
6. Por último, qual o perfil geral dos assalariados (renda, jornada de trabalho, escolaridade) que se delineou para o princípio deste século?

Se, por um lado, o estudo exclusivo dos dados referentes à PEA e sua distribuição em setores de atividade não dá conta de certas questões fundamentais para o estudo das classes, como demonstramos no primeiro capítulo, por outro ele propicia um excelente *ponto de partida*. Não é possível discutir a importância analítica da noção de classe trabalhadora sem olhar para o peso que os assalariados e, portanto, a *relação de assalariamento*, têm na estrutura econômica geral.

Como aponta Ianni, a maneira pela qual se estratifica uma sociedade depende da maneira como os homens se reproduzem socialmente. E a maneira pela qual os homens se reproduzem socialmente está diretamente ligada ao modo como eles organizam a reprodução econômica e o poder político. As formas como os homens organizam o modo de produção e, em concomitância, a repartição do produto econômico, está na base da estrutura social (IANNI, 1978: 11).

A análise da dimensão econômica pode fornecer pistas importantes para o entendimento da estrutura social. O estudo que se segue, sobre as modificações no assalariamento, está motivado por esse entendimento, uma vez que as mudanças vividas pelo conjunto (ou

mesmo por algumas frações) dos trabalhadores assalariados têm conseqüências relevantes para sua constituição enquanto classe (“em si mesma”) e em suas *potencialidades* de organização e ação política.

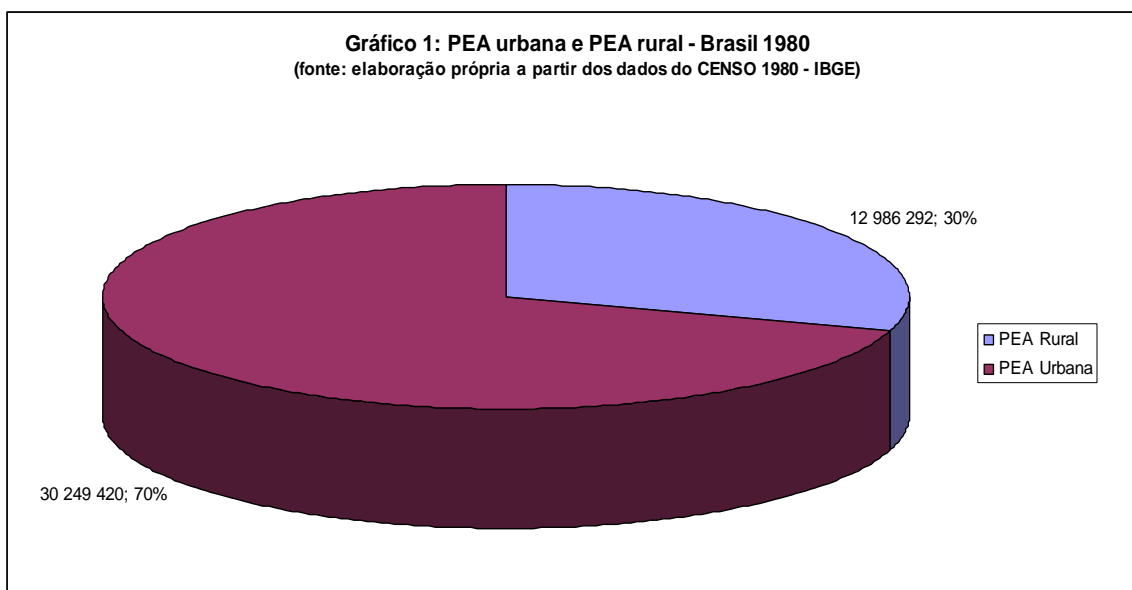
A moderna estrutura ocupacional brasileira

Em páginas anteriores, mostramos como se constituiu a sociedade de classes no Brasil a partir da transição da economia colonial para uma economia capitalista. Vimos ainda que o Brasil tornou-se de fato uma economia inserida na ordem capitalista mundial na segunda metade do século XX, quando finalmente consolidou uma indústria nacional expressiva (embora sempre com forte participação de capitais estrangeiros) e tornou-se um país predominantemente urbano. O período da ditadura militar consolidou a maior concentração do poder econômico nas mãos da burguesia atrelada ao capital financeiro internacional, ao mesmo tempo em que possibilitou a permanência de setores mais retrógrados, como os latifundiários (“ruralistas”), nos espaços de decisão política.

Assim, o Brasil adentrou a década de 1980 como um país de estruturas plenamente capitalistas, combinadas à existência de densos bolsões de exclusão e miséria, tanto nas cidades como no campo.

Apesar do crescimento industrial registrado na década de 1970, o aumento do emprego urbano não foi suficiente para absorver toda a força de trabalho que migrou do campo para as cidades, e a década de 1980 já se iniciou convivendo com sérios problemas de “inchaço” das cidades, desemprego e subemprego. A migração das áreas rurais para as áreas urbanas continuou em ritmo acelerado, facilitado pela ampliação da malha viária e incentivado pela permanente situação de miséria no campo. Afinal, as políticas estatais, que priorizaram sempre a produção para exportação, beneficiaram preferencialmente a grande propriedade rural (em geral monocultora), o que resultou sempre em grandes dificuldades econômicas para a pequena e média propriedade rural, maiores produtoras de alimentos para consumo interno.

Em 1980, quando encerrava-se o ciclo de acumulação gerido pelos militares, o Censo registrou que 70% da população já residia em áreas urbanas, como ilustra o gráfico abaixo:



A PEA em 1980 representava 36,3% da população total. Destes, 2,8% (tabela 01, página 82) não encontravam espaço no mercado de trabalho e estavam desempregados. Esta taxa de desemprego apresentada pelo IBGE em 1980 era baixa se comparada a outros países. Porém, já na época, o DIEESE, contestou esse número, alegando que ele não condizia com a situação real. De acordo com o economista e técnico do DIEESE em Santa Catarina, Daniel Passos²⁴, uma taxa tão baixa de desemprego chamou a atenção da equipe do DIEESE, que resolveu fazer uma outra pesquisa, baseada em padrões diferentes do adotado pelo IBGE (pesquisa esta que deu origem à Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – do DIEESE). A diferença entre o índice apurado pelo DIEESE e o IBGE foi bastante considerável, e deveu-se às diferenças de metodologia. Para Passos, os métodos aplicados pelo IBGE na época estavam de acordo com padrões internacionais que não tinham relação com a realidade brasileira. As principais divergências estavam na *definição da População Economicamente Ativa*, no *período da pesquisa* e na *conceituação do desemprego*. Na época, o IBGE considerava como desempregados apenas aqueles indivíduos que respondiam “sim” à questão de se estavam procurando trabalho na semana da pesquisa. Se não estivesse procurando naquela semana, mesmo

²⁴ Em entrevista gravada concedida no dia 12 de agosto de 2003. Ver COITINHO, Rita M. *Os sentidos do desemprego*. Monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais. Florianópolis, UFSC, 2003. Página 25.

que houvesse buscado em todas as outras, o indivíduo era classificado como inativo. Daí a aparente desimportância do desemprego nessa época.

Em 1980, do total da PEA, os dados registraram que 2,5% eram empregadores e 24,4% declaravam trabalhar autonomamente. O contingente mais importante dentre os ocupados era o de trabalhadores assalariados (64,9%), o que demonstra que o Brasil já era então um país com estrutura social marcada pela preponderância da relação de assalariamento. Dentre os assalariados, a maioria tinha carteira de trabalho assinada. A tabela 01 (abaixo) resume a distribuição por posição na ocupação, a condição dos assalariados e também o desemprego no período:

Tabela 1 - Evolução da População Total, População em Idade Ativa e Economicamente Ativa (valores absolutos), Percentual de Ocupados por Posição na Ocupação e Desempregados - 1980 e 2000

Itens	1980	2000
População Total	119.002.300	1.697.999.200
PIA	87.811.196	136.910.358
PEA	43.235.712	77.467.473
% Ocupados	97,8	84,7
% Empregadores	2,5	2,4
% Assalariados	64,9	57,2
%Com registro	49,2	36,3
%Sem Registro	13,6	20,9
%Trabalhadores por Conta Própria	22,1	19,1
%Trabalhadores não remunerados	9,2	6,3
%Desempregados	2,8	15,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 - IBGE

Não é por acaso que, apesar da forte repressão política levada adiante pela ditadura militar, a década de 1980 iniciou-se com um cenário de grandes greves. É neste período que o movimento sindical de esquerda funda a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que nasce o Partido dos Trabalhadores (que expressava na época a reorganização política de setores da esquerda operária, da esquerda católica e de movimentos do campo) e o mais importante movimento de trabalhadores rurais do país, o MST. Este último fato merece atenção, pois apesar de ser um movimento do campo, não se tratou do surgimento de mais um movimento de cunho *camponês*, e sim de *trabalhadores rurais*, expulsos do campo pela expansão da lavoura mecanizada ou pelas dificuldades de se manterem na

pequena propriedade familiar. A mudança no nome reflete uma profunda mudança de identidade. Os homens e mulheres que se organizaram no MST reivindicando a reforma agrária, o fizeram marcando nova identidade de classe, que já não refletia uma visão de mundo “camponesa”, apesar de a principal bandeira de luta expressar o desejo de regresso à pequena propriedade rural. A oposição ao latifúndio ganhou novos e modernos contornos, de oposição também à ordem capitalista e aos privilégios e subsídios governamentais do *agrobusiness*.

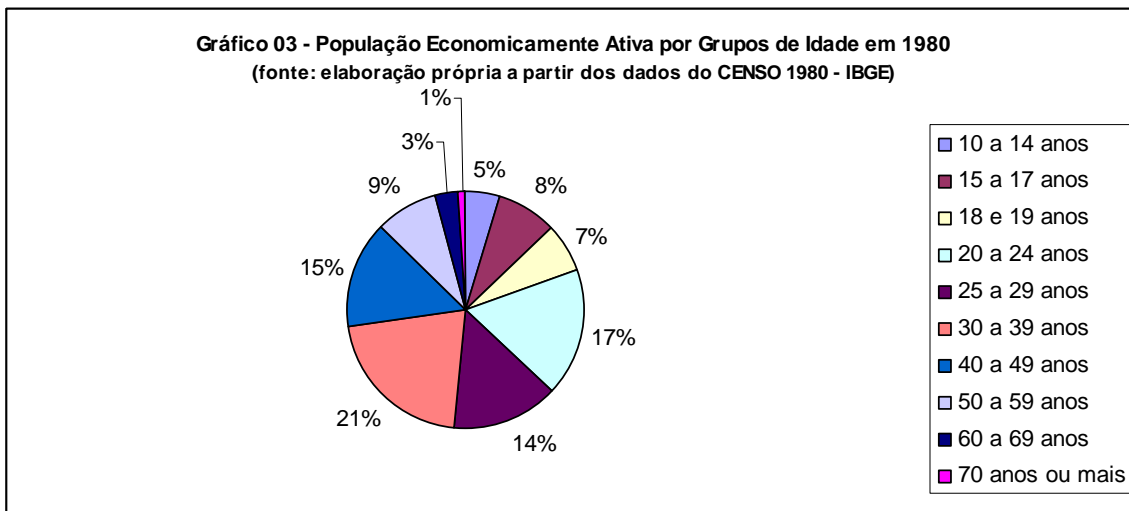
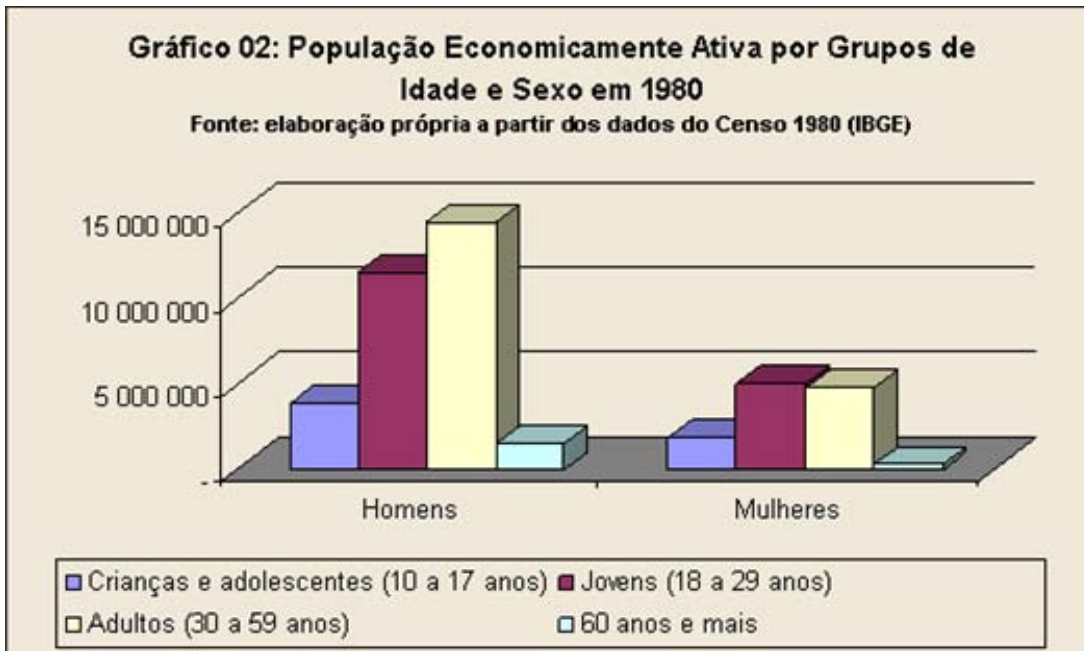
Os dados referentes a 1980 mostram discrepâncias importantes em relação a outras características além da posição na ocupação. Saltam aos olhos, por exemplo, as distâncias entre homens e mulheres dentro da PEA. Basta ver (tabela 02, gráficos 02 e 03, na próxima página) que do total de indivíduos considerados economicamente ativos, 72,6% eram do sexo masculino. Essa discrepância entre a participação masculina e feminina na PEA é reveladora. Nas sociedades em que o emprego feminino se amplia e reduz-se o contingente de mulheres na condição de “inativas”, observa-se uma maior expansão das formas capitalistas de produção, que passa a exigir a participação de contingentes que antes jogavam papel indireto, na reprodução da força de trabalho. A ampliação do emprego feminino é indicativa tanto da modernização dos costumes quanto da expansão capitalista. Em 1980 a maior parte das mulheres ainda encontrava-se ocupada exclusivamente dos afazeres domésticos. Neste momento o aprofundamento dos debates sobre a questão feminina era uma realidade ainda muito recente no país.

Ainda em relação à PEA, Os jovens entre 15 e 29 anos constituíam 46% do total de pessoas economicamente ativas (Tabela 02, gráficos 02 e 03). O chavão em uso na época, “o Brasil é o país do futuro”, que de maneira ufanista buscava colocar como “uma questão de tempo” para que o país alcançasse uma situação de pleno desenvolvimento e justiça social, estava apoiado nessa característica da população. Porém a realidade evidenciada por este dado é outra: esta parcela da população, que poderia estar ocupada com sua formação nas escolas e universidades, já estava no mercado de trabalho, muitas vezes como responsável principal pelo sustento da família. Na tabela 02, a seguir, e nos gráficos 02 e 03, podemos observar a participação de cada faixa etária no mercado de trabalho:

Tabela 2- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade - Brasil

Situação do domicílio e grupos de idade	População Economicamente Ativa (10 anos ou mais)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total.....	43.235.712	77.467.473	31.392.986	46.546.419	11.842.726	30.921.054
Percentuais por faixa etária:...						
10 a 14 anos.....	4,8	2,1	4,6	2,2	5,2	1,9
15 a 17 anos.....	8,3	5,6	7,7	5,6	10,0	5,6
18 e 19 anos.....	6,7	5,9	6,2	5,7	8,1	6,1
20 a 24 anos.....	17,1	15,4	16,3	15,0	19,3	15,9
25 a 29 anos.....	14,3	13,8	14,2	13,5	14,6	14,2
30 a 39 anos.....	21,1	25,4	21,3	24,7	20,5	26,6
40 a 49 anos.....	14,7	18,3	15,3	18,1	13,2	18,7
50 a 59 anos.....	8,7	9,2	9,4	9,9	6,6	8,2
60 a 69 anos.....	3,4	3,3	4,0	4,1	2,0	2,2
70 anos ou mais.....	0,7	0,9	0,9	1,2	0,4	0,5
Urbana.....	30.249.420	64.391.285	20.602.752	37.398.277	9.646.668	26.993.009
% em relação ao total.....	70,0	83,1	65,6	80,3	81,5	87,3
% por faixa etária:						
10 a 14 anos.....	2,9	1,5	2,6	1,6	3,6	1,4
15 a 17 anos.....	7,5	5,2	6,7	5,2	9,3	5,3
18 e 19 anos.....	6,7	5,9	6,0	5,7	8,1	6,2
20 a 24 anos.....	18,3	15,7	17,3	15,3	20,3	16,3
25 a 29 anos.....	15,5	14,2	15,5	14,0	15,5	14,5
30 a 39 anos.....	22,3	26,2	22,7	25,5	21,3	27,1
40 a 49 anos.....	15,0	18,7	15,8	18,6	13,4	18,9
50 a 59 anos.....	8,3	8,9	9,2	9,6	6,4	7,9
60 a 69 anos.....	2,8	2,9	3,4	3,6	1,7	2,0
70 anos ou mais.....	0,5	0,7	0,6	0,9	0,3	0,5
Rural.....	12.986.292	13.076.188	10.790.234	9.148.143	2.196.058	3.928.045
% em relação ao total.....	30,0	16,9	34,4	19,7	18,5	12,7
% por faixa etária:						
10 a 14 anos.....	9,1	4,9	8,5	4,9	12,1	4,8
15 a 17 anos.....	10,1	7,3	9,5	7,3	13,4	7,2
18 e 19 anos.....	6,7	5,9	6,4	5,9	7,9	5,8
20 a 24 anos.....	14,4	13,7	14,4	13,8	14,7	13,6
25 a 29 anos.....	11,6	11,8	11,9	11,7	10,5	11,9
30 a 39 anos.....	18,4	21,9	18,6	21,3	17,1	23,4
40 a 49 anos.....	14,0	16,4	14,3	15,8	12,7	17,6
50 a 59 anos.....	9,5	11,0	9,9	11,1	7,6	10,7
60 a 69 anos.....	4,8	5,3	5,1	5,9	3,2	3,9
70 anos ou mais.....	1,2	1,9	1,3	2,2	0,7	1,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos Censos Demográficos 1980 e 2000 - IBGE



Dentre os assalariados (empregados), em 1980, os dados registraram que 31,1% eram mulheres, enquanto 68,9% eram homens. Quando se trata do contingente de

empregadores é ainda maior a diferença entre os sexos: 89,5% eram homens, contra 10,5% de mulheres. A tabela 03, abaixo, mostra que a força de trabalho empregada em 1980 era bastante jovem. Dentre os mais de 28 milhões de trabalhadores assalariados, a metade (cerca de 14 milhões) tinha idade entre 15 e 29 anos.

Tabela 3 - Ocupados por Posição na Ocupação e Sexo
Brasil

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos	
		Ano	
		1980	2000
Total	Total	42.271.526	65.629.892
	Homens	30.766.159	40.860.097
	Mulheres	11.505.367	24.769.796
Empregados	Total	28.069.477	43.694.129
	Homens	19.341.753	25.484.477
	Mulheres	8.727.724	18.209.652
Empregadores	Total	1.080.420	1.897.842
	Homens	967.417	1.409.936
	Mulheres	113.003	487.906
Conta própria	Total	10.545.970	15.396.247
	Homens	8.737.928	11.312.146
	Mulheres	1.808.042	4.084.100
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	2.231.508	2.608.533
	Homens	1.508.115	1.247.028
	Mulheres	723.393	1.361.505
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	2.033.141
	Homens	**	1.406.509
	Mulheres	**	626.632

** Dado não disponível

Fonte: Elaboração a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 2000

De acordo com os dados que apresentamos nas tabelas 03 (valores absolutos, acima) e 04 (percentuais, próxima página), o trabalho não remunerado, em ajuda a membro do domicílio, que é, em geral, o trabalho artesanal ou em pequeno negócio (comercial, agrícola, de serviços ou manufatura) representava, em 1980, 5,3% do total de ocupados (pouco mais de 2 milhões de indivíduos), ou 5,2% da PEA. Não é possível afirmar, com os dados de que dispomos, que os trabalhadores em domicílio estivessem todos ocupados em pequena empresa, mas pode-se ter uma idéia aproximada da pequena representatividade que tinha a pequena empresa familiar e, portanto, a chamada “pequena burguesia”, proprietária de seu negócio e não inserida na relação predominante de assalariamento ou emprego de força de trabalho remunerada. O censo de 1980 não divulgou o número de trabalhadores envolvidos na produção para consumo próprio e da

família, o que impossibilita qualquer afirmação em relação a esse tipo de atividade. A tabela 04 resume a representatividade de cada posição ocupacional:

Tabela 04 - Percentual de Ocupados por Posição na Ocupação

Posição na ocupação	% dos Ocupados		% da PEA	
	Ano		Ano	
	1980	2000	1980	2000
Total	100,0	100,0	97,8	84,7
Empregados	66,4	66,6	64,9	56,4
Empregadores	2,6	2,9	2,5	2,4
Conta própria	24,9	23,5	24,4	19,9
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	5,3	4,0	5,2	3,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	3,1	-	2,6

** Dado não disponível

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Desde o princípio do processo de industrialização e inserção do Brasil no sistema capitalista mundial, observou-se uma tendência ao crescimento superior do chamado setor “terciário”, que inclui comércio e todos os tipos de serviços, em relação à indústria²⁵. Em 1980 esse processo é ainda mais marcante. O setor de Serviços concentrava 31,3% da PEA²⁶, contra 29,3% de ocupados em atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca. O peso das atividades agrícolas diminuiu sensivelmente quando tratamos dos dados sobre assalariamento, pois grande parte da atividade rural ocorria na forma de trabalho não remunerado (familiar) e para o próprio consumo. Dentre os empregados, o setor de Serviços já dividia com a Indústria a posição de maior absorvedor da força de trabalho disponível. Enquanto o número de assalariados nesta totalizava 21,2% da PEA, aquele respondia por 24,5%. As atividades rurais (agropecuária, extração vegetal e pesca) mantinham como assalariados o equivalente 11,1% da PEA, e o comércio empregava 5,8% da PEA. No conjunto de informações sobre a Indústria, observava-se em 1980 um peso maior da Indústria de Transformação, seguida pela Construção Civil e depois por outros tipos de atividade industrial. A tabela 05, a seguir, mostra a distribuição (em percentuais) da força de trabalho nos setores de atividade:

²⁵ Na página 79 já apresentamos esta discussão, baseado no trabalho de Hoffmann (1980).

²⁶ Por razões de formatação, optamos por destacar um “anexo estatístico”, de forma a evitar tabelas muito grandes em meio ao texto. Para os percentuais de ocupados nos setores de atividade em relação à PEA, ver tabelas “A” a “H” no anexo.

Tabela 05: Ocupados por Posição na Ocupação e sexo, no Setor de Atividade (percentuais) - Brasil 1980

Posição na Ocupação	Sexo	Total	Indústria*	Comércio	Serviços***	Agropecuária****
Total (valores absolutos)	Total	42.271.526	10.772.463	4.037.917	13.525.753	12.661.017
	Homens%	72,8	83,4	72,5	51,2	87,3
% Empregados	Mulheres%	27,2	16,6	27,5	48,8	12,7
	Total	66,4	85,0	62,2	78,3	38,0
	Homens	45,8	69,8	42,3	38,1	33,8
% Empregadores	Mulheres	20,6	15,2	19,9	40,2	4,2
	Total	2,6	2,1	6,5	1,8	2,5
	Homens	2,3	1,9	5,5	1,5	2,5
% Conta própria	Mulheres	0,3	0,2	1,0	0,3	0,1
	Total	24,9	12,1	29,5	18,3	42,9
	Homens	20,7	11,0	23,7	11,0	39,5
% Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Mulheres	4,3	1,0	5,8	7,3	3,4
	Total	5,3	0,4	1,4	0,7	16,0
	Homens	3,6	0,3	0,7	0,3	11,1
% Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Mulheres	1,7	0,1	0,7	0,4	5,0
	Total	**	**	**	**	**
	Homens	**	**	**	**	**
	Mulheres	**	**	**	**	**

*Inclui Indústrias de Transformação, Extrativa, Construção Civil e Produção e Distribuição de eletricidade, gás e água.

** Dado não divulgado em 1980

***Inclui Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Administração pública, defesa e seguridade social, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Serviços domésticos

****Inclui Atividades Agropecuárias, de extração vegetal e pesca

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Censo de 1980 - IBGE

Os dados de 1980 indicaram longas jornadas de trabalho e, portanto, um processo de acumulação que requer muito trabalho humano. A jornada da ampla maioria dos assalariados em 1980 (60,3%) foi de 40 a 48 horas. As jornadas superiores a 48 horas ocuparam o segundo lugar (27,4%). Estes dados permitem reafirmar *o assalariamento como central* na vida de grande parte da população pois, além de depender quase sempre exclusivamente do assalariamento para sobreviver, grande parte dos trabalhadores gastou pelo menos um terço do seu dia no emprego. O trabalho em tempo parcial foi característico das mulheres. Dentre as assalariadas, 22,3% realizaram jornada inferior a 40 horas, enquanto apenas 7,6% dos homens trabalhou em tempo parcial. O que revela, mais uma vez, a presença dos afazeres domésticos como atividade exclusiva na vida de grande parte das mulheres adultas. Os dados relativos à jornada de trabalho encontram-se na tabela 06:

Tabela 06 - Percentual* de ocupados por Posição na Ocupação, Sexo e número de horas semanais trabalhadas no trabalho principal: Brasil 1980

Posição na Ocupação	Sexo	Menos de 15	15 a 29	30 a 39	40 a 48	49 ou mais
Empregados	Total	0,5	2,9	4,7	39,8	18,1
	Homens	0,2	0,8	2,4	28,1	13,9
	Mulheres	0,3	2,0	2,2	11,7	4,2
Autônomos	Total	0,5	1,3	3,1	11,9	7,9
	Homens	0,2	0,6	2,1	10,5	7,1
	Mulheres	0,3	0,7	1,1	1,4	0,7
Empregadores	Total	0,0	0,1	0,2	1,1	1,2
	Homens	0,0	0,0	0,1	1,0	1,1
	Mulheres	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Não Remunerados	Total	-	0,7	1,2	2,0	1,3
	Homens	-	0,4	0,7	1,4	0,9
	Mulheres	-	0,3	0,5	0,5	0,4
Trabalho para o próprio consumo	Total	**	**	**	**	**
	Homens	**	**	**	**	**
	Mulheres	**	**	**	**	**

* Percentual calculado em relação ao total de ocupados

** Não divulgado em 1980

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CENSO 1980 - IBGE

Conforme já vimos, o assalariamento teve grande peso na economia brasileira no princípio dos anos 80, já que ocupou a ampla maioria da população economicamente ativa. Se considerarmos que o restante da população (inativos) depende, em grande parte, dos que compõem a PEA, *é acertado afirmar que a maioria da população do país, em 1980 esteve de alguma forma dependendo economicamente da relação salarial.* Retomando as discussões que já apresentamos sobre a composição da “classe trabalhadora”, infere-se que esta era a classe mais numerosa na estrutura social brasileira, já que é composta principalmente pelos trabalhadores em regime de salariedade. É possível ainda somar a esse contingente os 2,8% de desempregados. Porém também é preciso subtrair uma pequena parte: aqueles assalariados que cumprem, em realidade, funções do capital e são, portanto, integrantes de outra classe, a dos capitalistas. No caso, 4,6% do total de empregados:

Tabela 07 - Membros Superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público, de empresas e gerentes - Brasil 1980 e 2000

Ano	Total	% do total de empregados
1980	1.289.586	4,6
2000	2.795.637	6,4

Fonte: Dados dos Censos de 1980 e 2000 (IBGE)

O contingente de empregados em funções de comando, tanto na Administração Pública como nas empresas privadas é bastante pequeno em comparação com o restante dos assalariados. Destacá-lo não invalida a afirmação anterior, de que no princípio da década de 1980 a ampla maioria da população pertencia à classe trabalhadora. Do total de assalariados, podemos afirmar que 95,6% estavam enquadrados no conceito que utilizamos aqui, ou, do total da PEA, 61,8%. Somando-se os desempregados, temos 64,6% do total dos economicamente ativos. Não podemos deduzir aqui *quantas* pessoas compunham a classe em questão, pois como afirmamos anteriormente, o conceito engloba tanto os assalariados diretos como as pessoas que dependem indiretamente do assalariamento: os familiares do trabalhador ou trabalhadora.

O Brasil constituiu-se historicamente com grandes diferenças regionais. E elas também se refletem intensamente na estrutura ocupacional. Em 1980 a região Sudeste foi a que mais concentrou seus ocupados na Indústria de Transformação (22,6%), seguida pela região Sul (16,2%). As atividades rurais mantinham grande peso nas regiões Nordeste (49,%) e Norte (43,7%), além das regiões Sul (34,3%) e Centro-Oeste (32,6%). O Sudeste também é a região onde o setor de Serviços apresentava maior relevância, embora a presença deste setor seja significativa em todas as regiões. A tabela 08 (abaixo) detalha melhor a importância dos setores de atividade nas grandes regiões do país²⁷:

Tabela 08 - Percentual de ocupados por Setor de Atividade - Grandes Regiões Geográficas - 1980 e 2000

Região Geográfica	Ano	Atividades Agropecuárias, de Extração Vegetal e Pesca	Indústria de de Transformação	Indústria da Construção Civil	Outras Atividades Industriais	Comércio	Transportes e Comunicações	Prestação de de Serviços*	Administração Pública	Outras
Norte	1980	43,7	10,2	5,8	2,2	9,4	3,9	17,7	5,0	2,1
	2000	28,0	9,9	5,7	1,0	16,1	4,2	26,0	7,4	1,5
Nordeste	1980	49,9	8,6	6,1	1,4	8,1	3,0	17,9	3,3	1,7
	2000	31,4	8,6	5,9	0,8	15,0	4,2	27,5	5,6	1,1
Sudeste	1980	15,9	22,6	8,7	1,6	10,3	5,1	27,7	4,2	3,8
	2000	9,8	15,6	7,7	0,9	17,5	5,8	36,5	4,8	1,4
Sul	1980	34,3	16,2	6,5	1,4	9,5	4,0	21,6	3,7	2,8
	2000	19,9	17,3	6,8	0,7	16,2	4,8	28,5	4,7	1,1
Centro-Oeste	1980	32,6	6,7	8,3	1,9	9,8	4,2	26,5	6,8	3,3
	2000	15,2	9,9	7,6	1,0	17,9	4,8	34,6	7,7	1,2

* Exclui Serviços Públicos e inclui Atividades Sociais

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 - IBGE

²⁷ Os mesmos dados, porém em valores absolutos, encontram-se na tabela I, em anexo.

As diferenças regionais não se reduziram com a industrialização. Pelo contrário, se aprofundaram. A região Sudeste passou a ser o principal pólo de atração dos fluxos migratórios campo-cidade. Ao mesmo tempo em que concentrou o maior contingente de pessoas implicadas na relação de assalariamento. Não é exagerado afirmar que o funcionamento pleno das relações capitalistas típicas encontrava-se na década de 80 mais consolidado nesta região, juntamente com o Sul, e que as demais regiões mantinham maior presença de relações de produção extra-capitalistas. Não que estivessem “fora” da ordem capitalista. Pelo contrário, o Nordeste cumpriu por muito tempo o papel de fornecedor de força de trabalho excedente e de produtos agrícolas para exportação, enquanto que o Centro-Oeste se expandiu como fronteira agrícola e fornecedor de insumos. O caso da Região Norte é outro: manteve certa estagnação econômica até a década de 1980, excetuando-se a região de Manaus, pela criação da Zona Franca.

Não é surpreendente, por isso, que os grandes movimentos de trabalhadores, as manifestações massivas pelo fim da ditadura e as grandes greves do final da década de 1970 e princípios de 1980 tenham acontecido em sua maior parte nas capitais dos Estados da região Sudeste, e em especial no “ABC paulista”. É certo que em praticamente todos os Estado do Brasil já se registrava uma maior concentração populacional nas cidades. Mas em nenhuma outra parte o ritmo de urbanização ultrapassou o do Sudeste.

Entre 1980 e 2000, o Brasil passou por mais uma série de mudanças importantes. No plano político, o regime militar foi substituído por um regime democrático e constitucional. A transição foi lenta e durou quase toda a década de 1980, quando se promulgou uma nova constituição e realizaram-se as primeiras eleições gerais. Essa “lentidão” no processo de democratização refletiu o forte controle das estruturas sociais pelas classes no poder. A burguesia financeira, fortalecida durante o regime militar, permaneceu com hegemonia no controle do Estado. A forma como se conduziu o processo de “abertura” conteve a explosão dos movimentos políticos oriundos dos meios operários. Se, por um lado, a ditadura já não conseguia conter a agitação das massas de trabalhadores (que eram, agora, a maioria incontestada da população), por outro o processo

de democratização gradual evitou que as classes oprimidas realizassem algum tipo de ofensiva pelo controle do Estado.

Os anos 80 foram marcados por uma série de mudanças e turbulências econômicas, como mostra o economista Márcio Pochmann (2006). Já no começo da década o país viveu a chamada “Crise da Dívida Externa”. As medidas restritivas adotadas reduziram bruscamente o ritmo de crescimento da economia, gerando recessão e ampliação do desemprego. No final da década, índices recordes de inflação mensal fizeram com que os governos aplicassem diversos planos de estabilização econômica, que fracassaram.

O primeiro governo eleito por sufrágio depois da ditadura militar, de Fernando Collor, aplicou medidas econômicas restritivas, buscando reduzir a inflação com base no controle de emissão de moeda, bloqueio de ativos financeiros etc. Ao mesmo tempo, o governo Collor abriu o mercado brasileiro, sob o argumento de incentivar a concorrência sem, contudo, realizar investimentos na infraestrutura e na produção nacional. O resultado das políticas (fracassadas) de ajuste financeiro, combinadas com o abandono das medidas de incentivo ao crescimento foi a estagnação econômica, o aumento dos juros e a continuidade dos altos índices de inflação. Com isso, ao invés de permanecer crescendo, a indústria brasileira sofreu retração. O Plano Real, implementado quando o ministério da fazenda estava sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, manteve a abertura ao mercado externo, para forçar a queda de preços e programou medidas para atrair capitais externos, a fim de financiar as importações e baratear o câmbio. O plano teve êxito no controle inflacionário, e rendeu a Fernando Henrique Cardoso a eleição (em 1994) e a reeleição (em 1998) para o cargo de presidente da República.

Os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso foram marcados pela aplicação de políticas neoliberais (todas iniciadas já no governo de Fernando Collor), tais como a venda de empresas públicas, tentativas de enxugamento da máquina estatal (em nome da “contenção de gastos”), regulamentação de formas de contrato temporário e precário - a “terceirização” de serviços -, dentre outras medidas. A estabilidade financeira a todo custo, com a manutenção de juros altos e ausência de políticas estatais de incentivo,

corroeu a já deficiente estrutura produtiva do país. Os resultados disso podem ser vistos nos dados sobre ocupação do Censo de 2000.

Se em princípios da década de 1980 o desemprego registrado era de 2,8% (apesar das ressalvas, feitas anteriormente, em relação à confiabilidade deste dado), em 2000 esse número deu um salto: 15,0% da PEA. À ampliação do desemprego, some-se o crescimento do trabalho precário, sem direitos trabalhistas assegurados (“sem registro”, ou “sem carteira assinada”). Enquanto em 1980 cerca de 97,2% da PEA encontrava-se ocupada, em 2000 este percentual caiu para 85,0%, como mostrou a tabela 01 (página 82).

Na tabela A, em anexo, temos outro dado que chama atenção: o percentual de empregados, em relação à PEA, caiu de 64,9% em 1980 para 56,4% em 2000. Como em comparação com o total de ocupados o percentual de empregados apresentou relativa estabilidade (passou de 66,4% para 66,6%), tendemos a atribuir essa diminuição do contingente de assalariados em relação à PEA ao expressivo crescimento do desemprego combinado à expansão do número de economicamente ativos. Para além de outras motivações, é certo que em grande parte o crescimento mais elevado da PEA se deu pelo ingresso sem precedentes da força de trabalho feminina no mercado de trabalho. Em 1980, os homens eram 72,6% da PEA. Em 2000, sua participação caiu para 60,1%. Dentre os assalariados é que se encontra a maioria das mulheres ocupadas: elas representaram, em 2000, 41,7% do total de assalariados. Houve crescimento da participação feminina em todas as posições ocupacionais (tabela 09, abaixo). Dado que revela algum avanço e modernização (embora insuficiente) das estruturas sociais brasileiras no tocante a essa questão. Um dado expressivo e que merece destaque foi o crescimento do percentual de mulheres “empregadoras”: de 10,5% para 25,7%.

**Tabela 09: Posição na Ocupação por sexo (%) -
Brasil: 1980 e 2000**

Posição	Sexo	Percentual	
		1980	2000
Empregados	Homens	68,9	58,3
	Mulheres	31,1	41,7
Empregadores	Homens	89,5	74,3
	Mulheres	10,5	25,7
Conta Própria	Homens	82,9	73,5
	Mulheres	17,1	26,5
Não remunerados	Homens	67,6	47,8
	Mulheres	32,4	52,2

Fonte: Elaboração própria a partir do censos demográficos de 1980 e 2000 (IBGE)

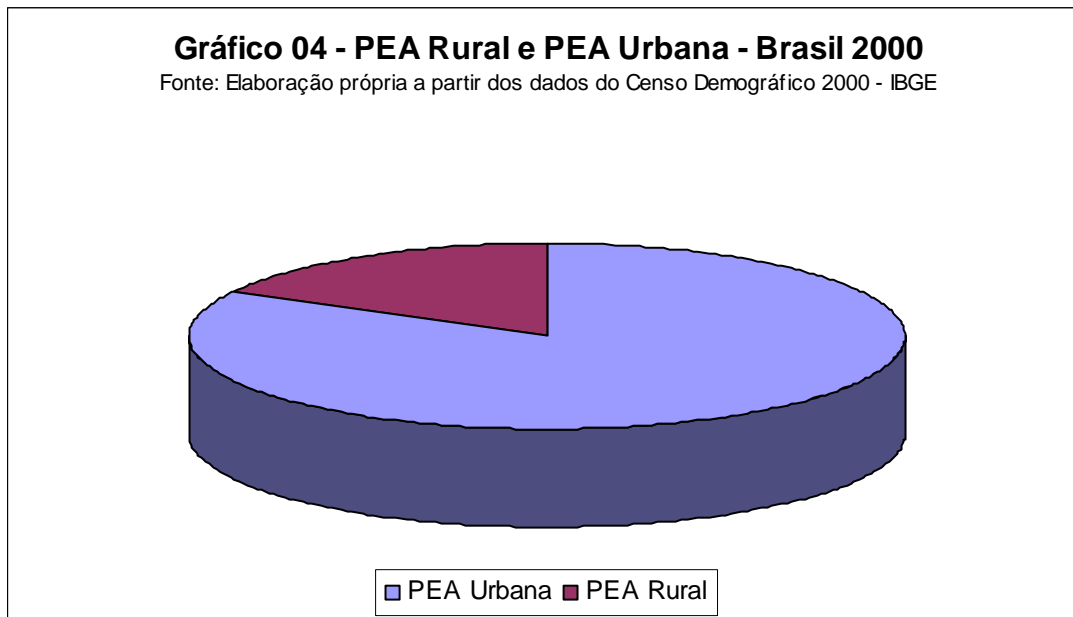
Concomitante à adoção de políticas governamentais que resultaram no desemprego e no enfraquecimento da produção nacional, alguns processos observados a nível mundial também tiveram repercussão na estrutura econômica e ocupacional brasileira. Processo típico da economia capitalista, o avanço tecnológico acontece permanentemente, tornando parte dos trabalhadores desnecessária, ao mesmo tempo em que surgem novos tipos de atividade. Particularmente, o período posterior à década de 1970 apresentou mudanças muito rápidas e intensas. Não só pela expansão da tecnologia – principalmente da informática – mas também pelas inovações nos padrões de gestão da produção (a “reestruturação produtiva”) e pelo avanço capitalista em áreas novas (como por exemplo no ramo da educação).

O Brasil terminou os anos 90 profundamente impactado por essas transformações, combinadas ao desmonte do Estado e o enfraquecimento da indústria nacional pela adoção de políticas neoliberais. Veja-se, por exemplo, a avassaladora taxa de desemprego, de que já falamos acima. A inserção sem estratégias de proteção na chamada “globalização” capitalista fortaleceu ainda mais os grupos vinculados ao capital estrangeiro, e grande parte das empresas nacionais foram absorvidas por grandes corporações multi ou transnacionais.

O crescimento do desemprego combinou-se à concentração urbana. Em 2000, a população economicamente ativa nas cidades representava 83% do total, conforme representamos no gráfico abaixo:

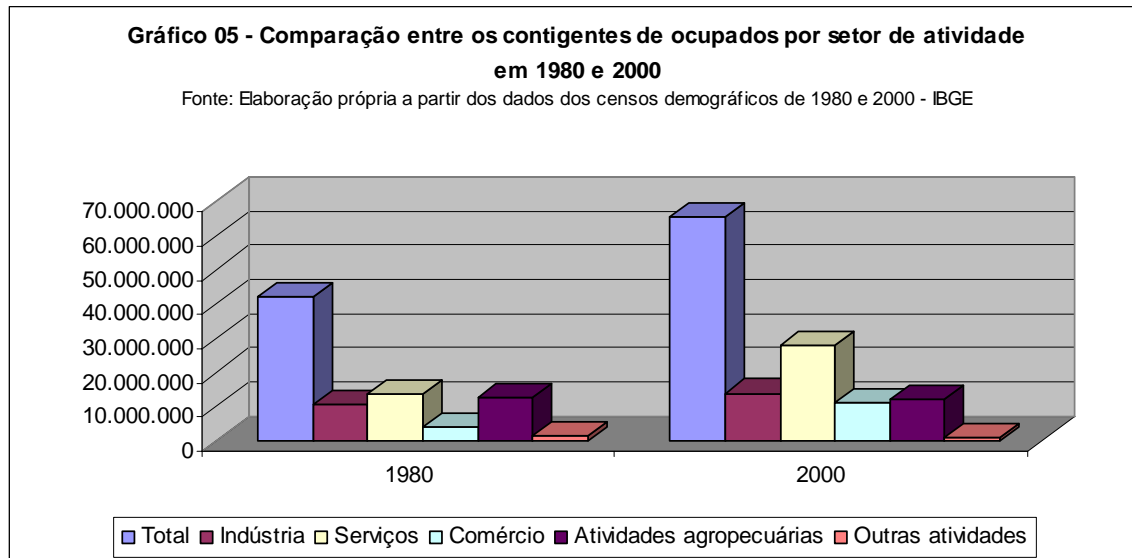
Gráfico 04 - PEA Rural e PEA Urbana - Brasil 2000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico 2000 - IBGE



As diferenças regionais persistiram. A novidade foi a prevalência do setor terciário (comércio e serviços) na ocupação em *todas* as regiões do país (ver tabelas 08 na página 97 e tabela I em anexo). A industrialização cresceu no Centro-Oeste, provavelmente pelo peso da Agroindústria, mas manteve-se mais ou menos com os mesmos índices ou então retraiu-se nas demais regiões. O Sudeste manteve sua posição de região mais industrializada. O Nordeste manteve-se como a região com maior peso de ocupados no setor primário, seguido pela região Norte. A diferença é que no Nordeste o que prevalece é a agricultura, enquanto que no Norte é grande a ocupação nas atividades de extração vegetal.

Com este crescimento da importância do setor de serviços em todas as regiões brasileiras, confirmou-se a tendência histórica (apontada anteriormente) de crescimento do setor terciário a índices bem mais altos que a indústria, como ilustra o gráfico:



O número de ocupados no setor de Serviços, que em 1980 representava 31,3% da PEA, passou para 36%. O Comércio foi o setor que deu o maior salto: de 9,3% da PEA, passou para 14,1%, enquanto a Indústria caiu de 24,9% para 17,9% e as atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca caíram ainda mais – de 29,3% para 15,6% do total da PEA (ver tabelas A a H, em anexo). Contudo, *o assalariamento não perdeu sua posição central na estrutura sócio-econômica brasileira*. O que sofreu retração foi, de fato, o emprego industrial e as atividades rurais – neste último caso, uma tendência histórica já observada desde 1950.

Em relação à jornada de trabalho, manteve-se a característica de longas jornadas e, portanto, a continuidade de um processo produtivo fundamentado no emprego de trabalho humano. A jornada de trabalho de 40 a 48 horas continuou, em 2000, sendo a realidade da maior parte (56,8%) dos assalariados, principalmente do sexo masculino. Desta forma, as jornadas de tempo parcial continuam sendo características das mulheres, o que mostra que, no plano das relações entre os gêneros, os afazeres domésticos e os cuidados familiares permanecem como “responsabilidade feminina”. Porém, é importante destacar que cresceu o contingente de mulheres ocupadas em horário integral (tabela 10, a seguir).

Tabela 10 - Percentual* de Ocupados por Posição na Ocupação, Sexo e número de horas semanais trabalhadas no trabalho principal: Brasil 2000

Posição na Ocupação	Sexo	Menos de 15	15 a 29	30 a 39	40 a 48	49 ou mais
Empregados	Total	1,5	5,7	6,7	37,8	14,9
	Homens	0,6	1,7	2,9	23,2	10,4
	Mulheres	0,9	3,9	3,9	14,6	4,5
Autônomos	Total	1,1	2,4	2,4	9,9	7,6
	Homens	0,4	1,2	1,6	7,9	6,1
	Mulheres	0,7	1,2	0,9	1,9	1,5
Empregadores	Total	0,0	0,1	0,2	1,2	1,4
	Homens	0,0	0,1	0,1	0,9	1,1
	Mulheres	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3
Não Remunerados	Total	0,3	1,1	0,6	1,2	0,8
	Homens	0,1	0,5	0,3	0,6	0,3
	Mulheres	0,2	0,5	0,3	0,6	0,5
Trabalho para o próprio consumo	Total	0,3	0,6	0,5	1,3	0,4
	Homens	0,1	0,4	0,3	1,0	0,3
	Mulheres	0,2	0,3	0,2	0,3	0,1

* Percentual calculado em relação ao total de ocupados

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CENSO 2000 - IBGE

A distribuição da força de trabalho assalariada em 2000 está demonstrada na próxima tabela (tabela 11), que ressalta o enorme peso de atividades ligadas ao setor de Serviços e ao Comércio, apesar da importância ainda representada pela indústria:

Tabela 11: Ocupados por Posição na Ocupação e sexo, no Setor de Atividade - Brasil 2000

Posição na Ocupação	Sexo	Total	Indústria*	Comércio	Serviços**	Agropecuária***
Total (valores absolutos)	Total	65.629.892	13.889.222	10.898.997	27.883.622	12.119.390
	Homens%	62	78	67	45	78
	Mulheres%	38	22	33	55	22
% Empregados	Total	67	73	59	80	35
	Homens	39	57	39	33	31
	Mulheres	28	15	20	47	4
% Empregadores	Total	3	3	6	2	1
	Homens	2	2	5	1	1
	Mulheres	1	1	2	1	0
% Conta própria	Total	23	23	32	17	31
	Homens	17	18	22	10	27
	Mulheres	6	5	10	6	4
% Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	4	1	3	1	16
	Homens	2	1	1	0	8
	Mulheres	2	1	2	0	8
% Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	3	-	-	-	17
	Homens	2	-	-	-	12
	Mulheres	1	-	-	-	5

*Inclui Indústrias de Transformação, Extrativa, Construção Civil e Produção e Distribuição de eletricidade, gás e água.

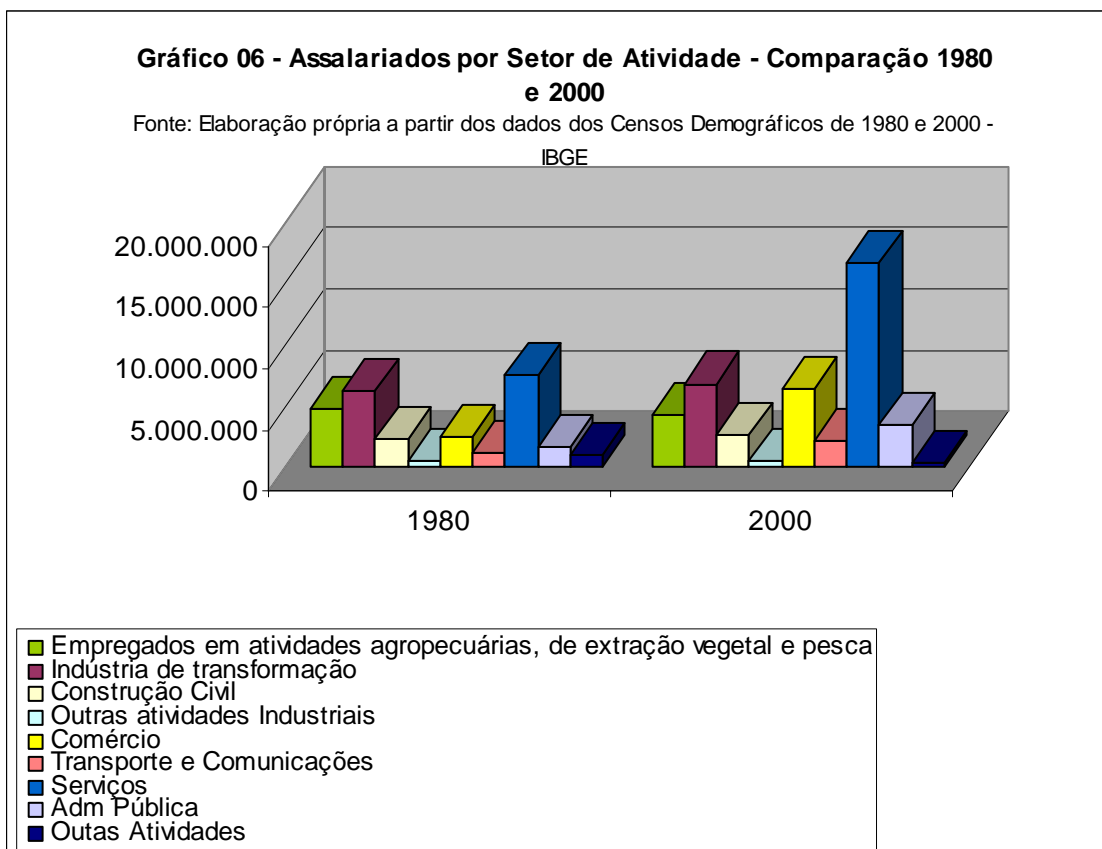
**Inclui Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Administração pública, defesa e seguridade social, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Serviços domésticos

***Inclui Atividades Agropecuárias, de extração vegetal e pesca

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Censo de 2000 - IBGE

O trabalho “por conta-própria” em 2000 apresentou menor importância do que nos dados de 1980. Caiu de 24,9% dos ocupados para 23,5% (ver também tabelas A a H, no anexo estatístico). O número de empregadores ficou relativamente estável, tanto em percentuais como em números absolutos: eram 1.080.420 em 1980 e 1.897.842 em 2000. Para um período de vinte anos, e com o crescimento apresentado pela PEA, é um incremento muito pequeno. Confirma-se assim a afirmação (feita na introdução) de que é muito difícil que os contingentes excluídos do processo de assalariamento consigam integrar-se na estrutura ocupacional tornando-se empregadores.

No próximo gráfico, comparamos o assalariamento por setores de atividade em 1980 e 2000, evidenciando-se melhor a disparada no crescimento das atividades do setor terciário (serviços e comércio):



No capítulo seguinte trataremos com maior detalhe das implicações desta característica da economia brasileira. Por hora é suficiente demonstrar a ampliação do emprego nas

atividades comerciais e de serviços que, embora não completamente, compensam a extinção de postos de trabalho na indústria.

É preciso ainda ressaltar, como fizemos em relação aos números de 1980, que uma pequena parte desses assalariados não pode ser enquadrada no conjunto dessa classe, pois identifica-se mais com a burguesia. Conforme a tabela 07 (página 96), é um contingente pouco expressivo (6,4% dos assalariados), embora seja maior do que o registrado em 1980. Sem os assalariados em posições de comando, temos 62,3% da PEA compondo o contingente da classe trabalhadora. Se considerarmos nesta soma os 15% de desempregados, podemos apontar um expressivo crescimento do percentual da PEA que compõe a classe em questão: de 64,6% em 1980 para 77,3% em 2000.

Algumas características ajudam a conhecer melhor o *perfil* do conjunto de assalariados que compõem a classe trabalhadora, tais como renda, escolaridade, sexo e faixa etária. Os dados de 2000 mostram que os assalariados tinham renda média seis vezes inferior à renda média dos empregadores (Tabela 12). Os assalariados com maior rendimento (em média) eram os da administração pública e ocupações militares, seguidos pelo conjunto de assalariados com carteira de trabalho assinada. Os trabalhadores precarizados, além de não terem seus direitos trabalhistas garantidos, receberam a menor renda, em média. Em todas as posições ocupacionais, as mulheres tiveram rendimento inferior aos homens.

Tabela 12 - Rendimento Médio Mensal por Posição na Ocupação e Situação no Emprego - Brasil: 2000

Posição na Ocupação	Rendimento Médio Mensal (R\$)		
	Total	Homens	Mulheres
Empregados.....	518,21	583,07	427,28
Com carteira de trabalho assinada.....	612,68	680,47	505,23
Militares e funcionários públicos estatutários.....	869,49	1 021,74	734,19
Outros sem carteira de trabalho assinada.....	291,45	336,00	233,54
Empregadores.....	3 124,21	3 390,33	2 355,19
Conta própria.....	629,88	675,56	503,38

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

As disparidades salariais entre os setores e por níveis de especialização e grau de instrução eram muito significativas em 2000. Se, por um lado, discordamos do uso da renda e padrões de consumo como critério *principal* de definição das classes (o principal, aqui, é a posição na divisão do trabalho), por outro não desconsideramos a importância dessa variável para uma caracterização das classes sociais. Pois a renda, bem como o acesso à educação e outros “bens” não materiais podem ocasionar diferenciações de *status* que, ainda que não modifiquem a situação de pertencimento à classe, não deixam de ter efeitos sobre suas potencialidades políticas e organizativas, determinando alguns comportamentos políticos principalmente no plano dos interesses imediatos.

Com uma conceituação diferente da que empregamos aqui, na teoria de Bourdieu o acesso a bens culturais, por meio da educação, tem efeitos determinantes na construção do *habitus*, que são princípios geradores de práticas distintas e distintivas (BOURDIEU, 1996: 22). As distinções formadas pelos diferentes meios de acesso a bens culturais teriam, assim, tanta importância na construção de identidades de grupos e na formação de condutas quanto a posse ou não de capital econômico. Para Bourdieu, a construção dos espaços sociais por meio das práticas geradas pelos estilos de vida correspondem melhor à realidade do que a conceituação clássica (de Marx) de classe social. Segundo ele:

As classes sociais não existem (...). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, como um dado, mas como *algo que se trata de fazer* (BOURDIEU, 1996: 27).

Esta não é a perspectiva adotada aqui. Como já afirmamos diversas vezes, entendemos que as classes são estruturas sociais que podem ser distinguidas não apenas conceitualmente (como entende Bourdieu), mas empiricamente, como grupos sociais reais constituídos nas relações de produção e reprodução da sociedade. Enxergamos as variações de rendimentos e acesso a bens educacionais como fatores geradores de diferenciações “intra-classe”, que podem, de fato, ter implicações sérias no processo de constituição política das classes, mas que não são determinantes principais das relações sociais.

Voltando à análise dos dados, vejamos como se distribuem os rendimentos entre as diferentes posições ocupacionais: Medida em salários mínimos, a variação na renda pode ser mais bem observada (ver tabela J, no anexo estatístico) - o grupo de trabalhadores agropecuários, florestais e de caça e pesca é o que tem o maior contingente entre os que não receberam qualquer tipo de rendimento em 2000 (34,3% do total). É neste grupo que se encontra o maior número de trabalhadores para o próprio consumo e em ajuda a membro do domicílio (trabalho familiar). Apenas 0,6% desses trabalhadores obteve renda superior a vinte salários mínimos e 1,0% obteve rendimentos entre dez e vinte salários. Já com rendimentos inferiores a um salário mínimo, ou no máximo um, contabilizou-se 34,8%.

Os assalariados com maior rendimento são aqueles que consideramos como parte da classe dos capitalistas: os gerentes e membros superiores do poder público. Destes, 28,4% tiveram renda entre cinco e dez salários mínimos, 21,3% receberam entre dez e vinte salários e 17,0% receberam mais do que vinte salários. Já os trabalhadores industriais obtiveram rendimentos bem inferiores: 34,8% recebeu até um salário mínimo, e 19,3% entre um e dois salários. Os trabalhadores dos Serviços e do Comércio também foram em média mal remunerados - 35,0% recebeu até um salário mínimo e 31,9% recebeu entre um e dois salários. Os dados mostram que a escolaridade é um dos fatores de diferenciação dos rendimentos (veja-se a renda dos trabalhadores de nível técnico e científico, tabela J do anexo), bem como a posição ocupada no espaço de trabalho. Outras variáveis mostram relação com as diferenças de rendimentos, como o sexo: em geral as mulheres tiveram os menores ganhos salariais.

Em relação à qualificação, observamos na tabela L (anexo), o grupo de trabalhadores com menores índices de escolaridade em 2000 é o que desenvolveu atividades ligadas à agricultura, extração vegetal, caça e pesca. Deste, 25% nunca frequentou escola, ou frequentou por no máximo um ano. Com um a três anos no máximo de estudo, foram 32%. Os mais altos níveis de escolaridade estão entre os empregados em ocupações de ciências e arte e de nível técnico (de que são exemplo ocupações de ensino e pesquisa, atividades artísticas, técnicos em pesquisa, informática, construção, enfermagem, contabilidade etc.). Destes, 42,9% tinham entre onze e quatorze anos de estudo em 2000,

e 33,5% tinha quinze anos ou mais. Este grupo é seguido pelo dos membros superiores do poder público e dirigentes e gerentes de empresas, que somavam 40,9% com escolaridade entre onze e quatorze anos e 25,7% com quinze anos ou mais.

A maioria (43,2%) dos trabalhadores industriais tinha em 2000 entre quatro e sete anos de estudo. Já os trabalhadores administrativos apresentavam em maioria (54,8%) entre onze e quatorze anos de estudo. Os trabalhadores de reparação e manutenção, de serviços e do comércio também apresentaram maior presença na faixa de escolaridade que vai de quatro a sete anos de estudo, semelhante aos trabalhadores industriais.

Em seu segundo mapa de classes, Olin Wright (1985) – ver página 45 desta dissertação, figura 02 - apontava para uma distinção entre os trabalhadores de nível técnico e científico e os demais assalariados distribuídos em funções menos qualificadas. Para ele, essa distinção levava em conta o “controle” sobre as técnicas de produção, pois embora esse controle não seja sobre o capital, é um controle parcial do processo, e por isso distanciaria trabalhadores altamente qualificados e trabalhadores de baixa qualificação. Assim, ele entendia também os trabalhadores de alta qualificação como ocupando posições contraditórias entre a classe trabalhadora e a burguesia. Nos limites desta pesquisa, não abordaremos essa distinção, pois não temos dados para afirmar que os trabalhadores classificados pelo IBGE como de nível técnico e científico (“profissionais de ciências e artes e de nível técnico”) estão, de fato, desempenhando papéis de *controle* sobre a produção. Aliás, a crescente mercantilização da pesquisa, por exemplo, aponta para uma conclusão oposta à de Wright. Como observa Dal Rosso:

O fato de grande parte da pesquisa ser feita em instituições de larga escala, no presente momento, precisa ser entendido dentro de uma perspectiva de divisão do trabalho e de especialização de funções. É provável que a tendência à especialização e a divisão de trabalho se aprofunde, resultando em unidades com possível maior autonomia de ação, mas com integração vertical ou horizontal também maior (DAL ROSSO, 2006: 14).

Em relação à escolaridade apenas podemos inferir, pelos dados, que tem estreita relação com os patamares de rendimentos recebidos pelos trabalhadores, já que, em se tratando de assalariamento, as posições melhor remuneradas são em geral as que exigem maior qualificação.

Porém, é preciso atentar para o fato de que as diferenças salariais podem ter outras origens além da escolaridade e do setor ou ramo de atividade (que também aparece como diferenciador na questão dos rendimentos). Gonçalves e Machado (2005) realizaram um estudo detalhado sobre a questão dos rendimentos com base em outra fonte de dados, a PNAD (também do IBGE) e apontaram outras questões importantes na análise dos rendimentos e escolaridade. Mostraram a diminuição do diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, o aumento significativo do setor de Serviços na composição do emprego (em contraposição a Agricultura e a Indústria), a observação da persistente desigualdade salarial elevada, o aumento do retorno para os níveis de escolaridade mais elevados (que, segundo eles, é decorrente da elevação da demanda por esse tipo de trabalhador a partir do processo de reestruturação produtiva) e a elevação das recompensas para trabalhadores mais experientes (GONÇALVES & MACHADO, 2005: 04).

Eles argumentam ainda que outros fatores, além das modificações trazidas pela abertura econômica e a reestruturação produtiva são responsáveis pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos. Segundo eles, deve-se agregar à análise a contribuição de “fatores institucionais” que, também, passaram por muitas transformações, conforme já se ressaltou. Esses fatores seriam *a sindicalização e a determinação legal de um piso salarial*, ou seja, o salário mínimo. Baseados em estudos de outros autores, eles apontam que *a política sindical tem efeito direto na determinação dos salários*. Segundo o artigo em análise, observa-se que o indivíduo que passa da condição de não sindicalizado para sindicalizado está sujeito a uma elevação do salário (idem: 05).

Na tabela a seguir, reproduzida do trabalho de Gonçalves e Machado, verifica-se o peso a organização sindical e dos setores de atividade na determinação salarial dos trabalhadores:

Tabela 13 - Rendimento real médio por hora (em R\$ de set/2001) segundo sexo, idade, qualificação, ramos de atividade, situação no emprego e sindicalização

Grupos de trabalhadores	Rendimentos (em R\$)	
	1992	2001
Mulheres	2,20	2,80
Homens	2,81	3,28
18 a 24 anos de idade	1,49	1,77
25 a 34 anos de idade	2,62	2,88
35 a 44 anos de idade	3,40	3,79
45 a 54 anos de idade	3,24	4,29
55 a 65 anos de idade	2,33	3,73
Superior	9,29	11,56
Superior sobre-qualificada	4,56	5,84
Média	5,29	5,53
Média sobre-qualificada	2,78	3,03
Manual	1,03	1,24
Manual sobre-qualificada na indústria	1,98	2,10
Manual sobre-qualificada nos serviços	1,86	2,12
Manual sobre-qualificada no comércio	1,21	1,31
Ocupações domésticas remuneradas	0,80	1,21
Outras	2,56	3,15
Agropecuária	0,84	1,06
Extrativa Mineral	2,61	2,95
Petróleo e Gás	9,28	8,76
Minerais Não-Metálicos	2,23	2,19
Siderurgia	4,06	3,29
Máquinas e Equipamentos	4,25	4,44
Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	4,72	4,59
Equipamentos de Transporte	5,61	5,30
Madeira e Mobiliário	1,71	2,19
Celulose, Papel e Gráfica	3,71	4,13
Indústria da Borracha	3,13	3,79
Elementos Químicos e Químicos Diversos	4,14	4,67
Refino do Petróleo	8,21	8,21
Farmácia e Veterinária	4,42	5,97
Artigos Plásticos	3,11	3,14
Indústria Têxtil	2,54	2,53
Artigos do Vestuário	1,66	1,92
Fabricação de Calçados	1,71	1,93
Beneficiamento e Indústria de Alimentos	2,21	2,34
Indústrias Diversas	2,52	2,80
Construção Civil	1,86	2,15
Serviços Distributivos	2,38	2,70
Serviços Produtivos	5,48	5,34
Serviços Sociais	3,07	4,29
Serviços Pessoais	1,17	1,58
Governo	3,70	5,91
Outros	2,85	3,26
Não sindicalizados	2,05	2,59
Sindicalizados	4,33	5,10
Empregados com carteira	3,04	3,26
Empregados sem carteira	1,15	1,87
Funcionários públicos e militares	4,18	6,01

Fonte: reelaboração do quadro publicado em GONÇALVES, Éber & MACHADO, Ana Flávia. Análise da composição do rendimento do trabalhador empregado no Brasil: Uma abordagem de oferta, demanda e instituições (1992-2001) Artigo. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2005 (dados da PNAD)

De acordo com os números apresentados na tabela 13, vemos que as disparidades de rendimentos acontecem também entre faixas etárias, sexo e setores de atividade conforme já havíamos observado nos dados do censo. O que este quadro acrescenta à nossa pesquisa é a constatação de que os trabalhadores sindicalizados são, em geral, melhor remunerados. Não é coincidência, portanto, que os ramos de atividade com maiores rendimento são aqueles que têm maior tradição de luta sindical (de que é exemplo a indústria de petróleo e gás).

Este fato reforça o argumento de que os rendimentos não podem ser critério (ao menos não o principal) de estratificação social e que as disparidades salariais não são, necessariamente (embora possam sê-lo em determinadas situações), fatores de desmobilização ou fragmentação da classe trabalhadora. Pois alguns dos grupos com melhores recompensas materiais têm por trás de si uma vitoriosa história de lutas sindicais, o que, ao invés de afastá-los da possibilidade de uma ação de classe os torna mais propensos à mobilização, já que têm uma memória positiva em relação às greves.

A propósito disso, ARBACHE (2001) demonstra que a densidade sindical no Brasil diminuiu entre 1986 e 1999. As explicações dadas para esse fato são: mudanças no cenário econômico e no mercado de trabalho (tal como a política de liberalização comercial), desregulamentações no mercado de trabalho, privatizações de empresas públicas (onde a taxa de sindicalização sempre foi considerável), recessão econômica (principalmente entre 1990 e 1992) e aumento da taxa de desemprego.

Aliás, a década de 1990 foi, conforme aponta uma pesquisa elaborada pelo DIEESE, um divisor de águas nas trajetórias dos principais indicadores do trabalho no Brasil (DIEESE, 2001: 11). O estudo dos dados referentes a 1980 e 2000 mostram que a estagnação econômica - constatada por analistas como Pochmann (2001) e pela equipe do DIEESE no trabalho citado - resultante do modelo neoliberal implementado nesta época, trouxe impactos desastrosos para a economia brasileira. Além do amplo aumento do desemprego registrado no final da década (censo de 2000), que já mostramos, os dados apontam para o crescimento do trabalho precário, sem garantias sociais. Nas tabelas M a X, em anexo, podemos ver que o assalariamento “sem carteira assinada” e, portanto, sem garantias

sociais, ampliou-se em praticamente todos os setores (com exceção das atividades agropecuárias e de extração vegetal).

Porém, em resposta à questão que nos colocamos no início desta seção, podemos afirmar com certeza que o *assalariamento* não perdeu importância na estrutura econômica e social brasileira. Ao contrário, as modificações observadas apontam para um processo de aprofundamento da exploração do trabalho: desregulamentação trabalhista, acúmulo de funções, redução dos rendimentos combinada à pressão por qualificação – que aparece, cada vez mais, como uma obrigação do trabalhador (que paga por ela com seu próprio salário) -, permanência de longas jornadas de trabalho, insegurança no emprego pela pressão do contingente de reserva (desempregados).

Uma vez que verificamos a permanência do assalariamento como relação fundamental e meio de vida da ampla maioria da população podemos afirmar, de acordo com a definição empregada nesta pesquisa, que a classe trabalhadora é, de fato, a mais numerosa na sociedade brasileira.

Verificamos, ainda, a ampliação expressiva do trabalho feminino, em especial no setor de Serviços e no Comércio (tabelas A a H e M a X, em anexo). De maneira geral, o trabalho precarizado (sem carteira assinada) cresceu mais entre as mulheres (tabelas M a X, anexo), bem como o trabalho em tempo parcial, conforme já apontamos. Segundo outra fonte de dados (DIEESE, 2001), o desemprego e o trabalho precário ampliou-se mais também entre as mulheres, os jovens (até 24 anos) e os mais idosos.

Paralelamente, confirmamos nossa hipótese de que a redução no número de assalariados da indústria aconteceu em conjunto com um crescimento expressivo do “setor de Serviços” e do Comércio. As implicações do crescimento do assalariamento nestes setores, em especial o primeiro, serão o assunto do próximo capítulo. Conforme afirmamos na introdução, o entendimento da classe trabalhadora como constituída apenas pelos trabalhadores industriais é insuficiente para o entendimento da sociedade contemporânea e permite afirmações sobre a perda da importância das classes na atualidade, baseado na redução dos contingentes de trabalhadores ocupados com a atividade fabril. Porém, se queremos tratar de uma noção ampliada de classe

trabalhadora, incluindo a totalidade das pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho, precisamos discutir quais são as implicações do crescimento da importância de outros setores – para além da indústria – na absorção da força de trabalho. Do ponto de vista da constituição da classe trabalhadora e de suas potencialidades de ação de classe, há alguma diferença entre ser assalariado na indústria ou nos serviços?

Capítulo III – Precarização das Relações de Trabalho e Expansão dos Serviços: algumas implicações para a definição da classe trabalhadora

No capítulo II discutimos a aplicação do conceito de classe à realidade brasileira, a instituição do regime de classes no país e, por fim, estudamos a evolução dos dados referentes ao assalariamento no cenário nacional. Estes evidenciaram a generalização da relação capitalista para quase todos os setores de atividade, bem como a expansão do trabalho feminino e juvenil. Outras características observadas parecem tornar mais complexa a caracterização da classe trabalhadora, ainda que estejamos trabalhando com a noção ampliada que considera como membros desta classe a totalidade dos assalariados e seus dependentes, bem como os desempregados. Dentre essas destacamos, principalmente, a expansão dos Serviços e a precarização das relações de trabalho. Nas páginas que se seguem, levantaremos rapidamente algumas implicações dessas novas características da economia brasileira para a caracterização da classe trabalhadora.

III.1 – As principais novidades no cenário contemporâneo

Conforme vimos, o assalariamento ocupa o espaço principal da atividade econômica no Brasil contemporâneo. A redução da proporção de pessoas assalariadas em relação ao total da PEA parece estar mais associada à ampliação do desemprego, conforme afirmamos no capítulo anterior, do que a uma mudança na estrutura econômica (baseando-se prioritariamente em outro tipo de relação), já que observamos também uma redução no percentual de empregadores, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados (Tabela A, em anexo), concomitante à ampliação da PEA, que atribuímos tanto ao crescimento populacional como à maior participação feminina em relação à década de 1980.

O que há de novo no cenário é, conforme já apontamos, a maior presença do trabalho assalariado sem carteira assinada²⁸ (principalmente entre as mulheres), a expansão do

²⁸ Optamos por **não** tratar o trabalho sem carteira assinada pelo termo “trabalho informal”. O conceito de “informalidade” é algumas vezes usado como sinônimo de trabalho assalariado sem carteira assinada, principalmente pela literatura não especializada e pela imprensa. Mas não corresponde, de fato, apenas à relação de assalariamento sem vínculos legais (carteira de trabalho, contribuição previdenciária etc.). Conforme Braga (2004) e Silva (2003), essa terminologia, bastante controversa, pode designar também

desemprego, o crescimento do assalariamento em Comércio e Serviços (também com maior participação feminina), combinada à retração do emprego na indústria e no setor primário e a ampliação sem precedentes da participação feminina no mercado de trabalho. Sobre este último ponto, Antunes (2003) tece considerações que consideramos importantes. Segundo ele, a expansão do trabalho feminino (a *feminização* da força de trabalho) tem sido acompanhada pela ampliação das desigualdades entre os sexos no universo do trabalho. Isto porque de maneira geral as mulheres estão sendo levadas a ocupar principalmente posições dotadas de menor qualificação, rotinizadas, *trabalho-intensivas* e mal remuneradas. Na divisão sexual do trabalho operada pela reestruturação produtiva, o capital está se apropriando da:

(...) *polivalência* e da *multiatividade* do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do *trabalho reprodutivo*, do *trabalho doméstico* (...). O que, portanto, é um efetivo – ainda que limitado – momento de emancipação *parcial* das mulheres diante da exploração do capital e diante da opressão masculina, avanço caracterizado pela *ampliação positiva da mulher no mundo do trabalho*, o capital, por seu lado, o converte em uma fonte que intensifica e aumenta ainda mais as desigualdades sociais entre os sexos no mundo do trabalho (ANTUNES, 2003: 222 e 223)²⁹.

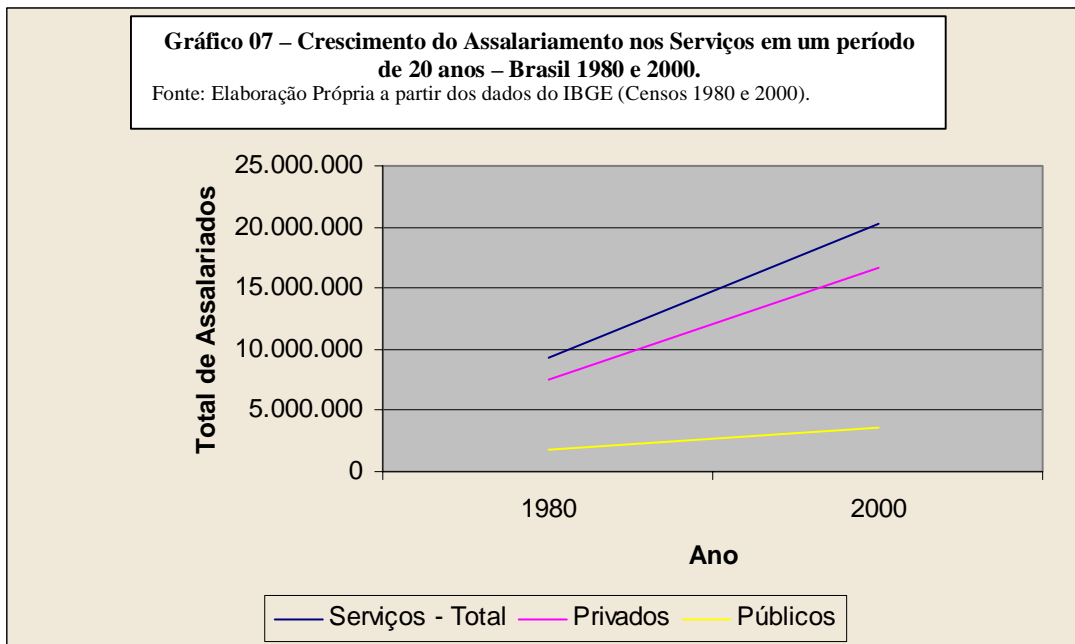
As considerações do autor estão baseadas em estudos realizados por Anna Pollert, em fábricas localizadas no Reino Unido. Porém, considerando-se as informações que levantamos nessa pesquisa, de que em geral as mulheres têm rendimentos inferiores (apesar da maior escolaridade), estão na maior parte dos trabalhos de tempo parcial e em situação precária, já é possível confirmar a afirmação de Antunes de que a “nova divisão sexual do trabalho” não trouxe, de fato, avanços reais no tocante às desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho.

outros tipos de atividade, como o trabalho por conta-própria em determinadas condições (como ambulantes e camelôs, por exemplo).

²⁹ Todos os grifos são do autor.

Outra questão, o avanço da desregulamentação trabalhista aparece como uma das principais características do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Não é fenômeno exclusivo da sociedade brasileira nem apenas do conjunto de países subdesenvolvidos, embora nestes os problemas do sistema tendam sempre a manifestar-se em dimensão ampliada. Mas no “centro do sistema” – leia-se Europa e Estados Unidos – o trabalho precarizado, principalmente dos imigrantes (“ilegais”), é cada vez mais freqüente. Para alguns autores, como por exemplo, Oliveira (1972), o fenômeno é de aprofundamento da exploração, uma vez que a desregulamentação reduz o custo do emprego de força de trabalho, ampliado-se a proporção de trabalho não-pago.

É digno de nota o fato de que a ampliação do trabalho sem registro deu-se principalmente no chamado “setor terciário”, que reúne as atividades dos Serviços e do Comércio. O trabalho sem carteira assinada é a realidade de 36,2% dos assalariados do Comércio e de 35% dos empregados dos Serviços. Na Indústria de Transformação este percentual é de 24% (os percentuais foram calculados com base nas tabelas M a X em anexo). A precarização atinge, inclusive, a esfera do serviço público. Nos anos 90, parte das ocupações que antes eram realizadas por servidores concursados (e, portanto, estáveis) passou a ser “terceirizada” para empresas prestadoras de serviços, ou então através de contratos temporários. Os servidores aposentados deixaram de ser substituídos por novos, o que seguiu a expansão do setor. O gráfico abaixo mostra o pequeno crescimento do setor público em contraste com o setor privado no período entre 1980 e 2000:



Ao que tudo indica a relação entre “prestação de serviços” e precarização é profunda. No rol de saídas para enfrentar a crise, muitos empregadores estão adotando a prática de “terceirizar” seus próprios funcionários. A estratégia, em resumo, funciona desta forma: ao invés de contratar um empregado de acordo com a legislação trabalhista, as empresas preferem assinar um contrato de prestação de serviços com uma outra “empresa”, ficando assim livres dos encargos. Porém esta outra “empresa” é de fachada, nada além de uma estratégia jurídica de livrar o contratante dos custos de se contratar um trabalhador assalariado.

Esta prática, que já está em voga há algum tempo, veio a debate recentemente quando o presidente Lula vetou uma emenda ao projeto de lei que criou a chamada “Super-Receita”. O texto vetado era o seguinte:

"§ 4º No exercício das atribuições da autoridade fiscal de que trata esta Lei, a desconsideração da pessoa, ato ou negócio jurídico que implique reconhecimento de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício, deverá sempre ser precedida de decisão judicial".

Em síntese, a emenda proibia os fiscais do Ministério do Trabalho de reprimir a prática de contratação dessas “pessoas jurídicas” que, na verdade, substituem a contratação formal, obrigando-os a remeter o caso diretamente à justiça. O veto presidencial suscitou

o debate, que tomou contornos de uma verdadeira *luta de classes*: de um lado as organizações patronais – como a FIESP – trabalhando pela derrubada do veto. De outro as entidades sindicais e movimentos de trabalhadores, que denunciavam a emenda como uma ameaça aos direitos trabalhistas. Por hora a emenda mantém-se vetada. Mas as disputas continuam e devem ter como cenário de nova batalha a Reforma Trabalhista, anunciada pelo governo.

Surge, assim, uma dificuldade para a nossa análise da classe trabalhadora, pelo menos em termos quantitativos. Pois estes trabalhadores precarizados que estão trabalhando sob a forma de “pessoa jurídica” não são contabilizados nas fontes de dados como empregados. Porém a relação capitalista deixa de existir? Esses trabalhadores deixam de estar sob o domínio do capital? Pensamos que não. Afinal esta é mais uma estratégia do capital para ampliar sua margem de lucro, reduzindo gastos com a força de trabalho. Mas, para nossa classificação, esta é uma questão problemática que não temos condições de resolver neste momento e que precisa ser pesquisada em outra oportunidade.

III.2 – A questão dos Serviços

Retornaremos agora ao tema do crescimento do setor terciário, que apontamos acima como uma das principais modificações no assalariamento nas duas décadas analisadas, juntamente com a ampliação do desemprego e do trabalho sem carteira assinada e com o crescimento da participação feminina na PEA. Essa também é uma característica importante para a análise do assalariamento e da composição da classe trabalhadora, uma vez que se choca com o entendimento corrente (do qual não compartilhamos, conforme já demonstramos no primeiro capítulo) de que a classe está ligada fundamentalmente ao trabalho industrial.

Em primeiro lugar é preciso entender do que estamos tratando quando falamos em setor terciário e em setor de Serviços. Há muitas definições do que são os Serviços, a começar pelos ramos de atividade que o compõem. Fuchs (1968), por exemplo, classifica como parte do setor de Serviços os ramos comércio, serviços empresariais e a administração pública. Já a definição da ONU, que é o parâmetro adotado pelo IBGE, considera que há

o Setor de Serviços³⁰ e o Comércio, como setores de atividades diferenciados. Para citar um autor que debateu esta questão com vistas a discutir também a noção de classes, o sociólogo alemão Claus Offe entende o comércio como parte do setor de serviços. Há ainda outras definições, mas não trataremos delas aqui para não nos estendermos demasiadamente neste assunto³¹.

Diante das diferenças de conceituação, nesta pesquisa optamos por adaptar os dados a partir da *classificação usada pelo IBGE*. Nas planilhas que elaboramos a partir dos dados do Censo, mantivemos o Comércio separado dos Serviços³². Quando nos referimos ao comércio e aos serviços em conjunto, tratamos pelo termo “setor terciário”, muito comum nas pesquisas realizadas no Brasil, principalmente nas fontes oficiais (IBGE e IPEA).

No entanto, apesar dessas diferenças de conceituação, regra geral designa-se por Serviços aquelas atividades que têm algumas características comuns, resumidas no quadro da próxima página, que reproduzimos do livro de Anita Kon:

Característica	Condição
Materialidade	Os serviços são observados como criadores de produtos intangíveis e perecíveis (desde que são consumidos no ato da produção e não podem ser estocados). Contudo, em casos como o de uma peça de teatro, os efeitos do serviço podem ser desfrutados pelo consumidor por muito tempo após sua produção.
Efemeridade	Existência passageira, fugaz.
Interação Consumidor-Produtor	Existe um alto contato entre consumidor e produtor (fisicamente ou com constante comunicação remota) e em geral o consumidor participa no processo de produção do serviço (aulas de ginástica,

³⁰ Que inclui Alojamento e Alimentação, Transporte e Comunicações, Atividades Financeiras, Bens Imóveis, Serviços de Empresas e Serviços comunitários, Sociais e Pessoais e Administração Pública.

³¹ Anita KON apresenta essa discussão com uma síntese eficiente das principais definições em *Economia de Serviços* – Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.

³² Para melhor entendimento da distribuição dos assalariados, separamos, por vezes, Serviços Privados e Serviços Públicos (que são as ocupações da administração pública).

Intensidade do Trabalho	restaurantes). Assim, não obrigatoriamente, as atividades seguem um padrão rígido estabelecido, pois em grande parte das vezes se amoldam à demanda momentânea do consumidor. Porém, em casos como a maior parte dos serviços públicos, estão disponíveis o tempo todo, mesmo quando não são diretamente utilizados. A qualificação ou habilidade do produtor é vendida diretamente ao consumidor, e os serviços nem sempre podem ser produzidos em massa. Assim, as empresas de serviços são comumente ditas trabalho-intensivas .
Localização	Outra característica normalmente estabelecida nas definições de serviços é que as instalações dessas atividades são localizadas de forma descentralizada e próximas ao consumidor, o resultado é a proliferação de pequenas empresas de serviços ou grandes empresas com unidades de produção descentralizadas geograficamente, dispersas pelos mercados consumidores.
Eficiência	As medidas de eficiência dos serviços são subjetivas, e o controle de qualidade envolve o consumidor e está embutido no processo de produção, pois na maioria das vezes o serviço não pode ser controlado e rejeitado pelo consumidor antes de ser efetuado. Portanto, as opções de preços são amplas e costumam fugir ao controle rígido ou a padrões teoricamente estabelecidos.
Estocagem	Incapacidade de serem estocados, mantidos ou trocados.

Fonte: KON, 2004: 49.

Ainda que se observe essas características gerais do trabalho em serviços, há dificuldades de mensuração. Afinal, os dados sobre os ocupados neste setor referem-se àquelas ocupações *típicas* de serviços e aos empregados em empresas de prestação de serviços. Porém, certas atividades realizadas em outros ramos, mesmo na produção de mercadorias, também poderiam ser consideradas de serviços, mas acabam sendo contabilizadas como se fossem ocupações industriais. Em alguns casos, é difícil saber se uma empresa constitui-se exclusivamente em produtora de bens ou incorpora ainda uma indústria de serviços e em qual ramo de produção deve ser incorporada (KON, 2004: 33).

Aliás, de maneira geral, toda a produção de bens inclui o consumo intermediário de serviços e, da mesma forma, a produção de serviços pode incluir a utilização de insumos materiais (KON, 2004: 55). Não é exagerado afirmar, portanto, que a interação da indústria com as atividades de serviços é essencial para a criação de valores materiais. De

acordo com Kon, o desenvolvimento dos serviços é parte integrante do amplo processo de reestruturação produtiva que se deu nas últimas décadas. Acontecimentos como a internacionalização das atividades econômicas, a reorganização das empresas do ponto de vista administrativo, a expansão das multinacionais, a ampliação do consumo de massas e o uso crescente da informática são as transformações derivadas do processo de reestruturação produtiva. E, no Brasil, os reflexos dessas mudanças são profundos – ainda que mais lentos que nos países centrais – embora se deva ressaltar que a crise vivida pelo setor produtivo no país deve-se mais à estagnação econômica do que ao crescimento da produtividade.

Na abordagem de Castells, o incremento do setor de serviços tem por trás o desenvolvimento de uma “economia da informação” (CASTELLS, 1999). Segundo Kon, essa economia da informação é uma fase recente do desenvolvimento econômico, em que a produção de bens e os serviços de informação dominam a criação de riquezas e de empregos, e os computadores e as telecomunicações fornecem potencial tecnológico para a inovação de produtos e processos. A informatização aumenta a produtividade de qualquer setor de atividade. Em suma, as atividades de serviços contribuem, seja diretamente no processo produtivo, seja ampliando a capacidade de circulação de bens e mercadorias, com a reprodução e a expansão do capital. Indo um pouco mais longe, pode-se afirmar que o crescimento do setor de serviços está diretamente ligado à modernização da economia e da própria indústria. Conforme Kon, a expansão de oportunidades de emprego em serviços é considerada mais um efeito do que como uma causa da expansão urbana, isto é, mais um sintoma do que a causa do desenvolvimento (KON, 2004: 77).

Esta questão da ampliação crescente do emprego no setor terciário (comércio e serviços) tem sido, há algum tempo, objeto de intenso debate na sociologia, especialmente seus efeitos para a conceituação da classe trabalhadora e seu entendimento como protagonista na luta pela superação do capitalismo. Para autores como, por exemplo, Claus Offe (1991), a crítica à centralidade do “operariado” deve ser feita a partir da constatação das novas estruturas sociais gestadas no movimento de reprodução do capital. O descentramento da indústria na divisão do trabalho deslocou o operário industrial da condição de “sujeito” da transformação social. A crise do “trabalho abstrato”- que

segundo ele já não é possível como prática e tampouco como operação teórica-, antigo unificador da classe, teria colocado em crise a própria noção de classe operária. Esta crise estaria ligada, fundamentalmente, ao *declínio do emprego industrial e ao crescimento do setor de serviços*.

De acordo com Offe, os serviços constituem um “meta-trabalho”, com função de proteção e resguardo, como certificação organizada das formas de reprodução social (Offe, 1991(vol. II): 17). Os assalariados em serviços não poderiam, assim, ser entendidos como participantes da classe trabalhadora; aliás, Offe prefere chamá-los “empregados” em serviços, distinguindo-os dos “trabalhadores” (ver Offe, 1991. Volume II). Eles formariam uma “não-classe” despersonalizada (idem: 56).

Este entendimento é oposto ao que adotamos em nossa pesquisa, onde consideramos todo o conjunto dos assalariados e, ainda, os desempregados como integrantes de uma mesma classe. O que há de diferente no trabalho nos serviços e que inspira conclusões como esta de Claus Offe?

Para Offe, é pelo fato de existirem como parte que garante e dá “segurança” ao processo produtivo que os serviços podem ser entendidos como um “meta-trabalho”:

...o setor de serviços abrange a totalidade daquelas funções no processo de reprodução social, voltadas para a reprodução das estruturas formais, das formas de circulação e das condições culturais paramétricas, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade (...) Partindo dessa hipótese de que o denominador comum das atividades e das organizações de prestação de serviços consiste em que, através delas, produzem-se as condições e os pressupostos institucionais e específicos para as atividades “produtivas”, chegamos, por exemplo, à diferenciação entre trabalho e “meta-trabalho”, introduzida por C. C. von Weizsäcker, isto é, à forma do trabalho referido ao trabalho social (OFFE, 1991(vol. II):16).

Assim, para Offe, os serviços (onde se incluem as atividades de comércio) têm lugar como atividades protetoras, garantidoras do processo de reprodução material. Diferentes

do trabalho na produção, que consiste na apropriação e transformação da natureza externa com o objetivo de geração da riqueza social, as atividades de serviços seriam a garantia do ordenamento institucional e das demais condições funcionais para o andamento do trabalho na produção (idem: 57). A “incerteza” seria a principal característica da atividade em serviços. Ao contrário da produção, onde se programa o trabalho de acordo com determinada necessidade de demanda ou formação de estoques, nos serviços nunca se poderia determinar sem equívocos que volume de serviços precisam ser mantidos para atender às necessidades da organização.

Por conta disso é que as organizações de serviços precisariam manter-se preparadas para demandas extras inesperadas e, por isso, funcionariam sempre com o máximo de qualificação (reservas de qualificação), o máximo de tempo disponível (prontidão) e, não raro, em regime de superprodução. O que as diferenciaria, portanto, do modelo da fábrica fordista, que funcionava com a qualificação *necessária*. Esta característica, estendida para a esfera estatal (serviços públicos), estaria ligada ao crescimento da burocracia.

Como as tarefas de serviços são de garantia do processo de acumulação, o extrato que delas se ocupa não entraria em contradição com o capital, já que sobrevive e reproduz-se pela sua manutenção. Outra afirmação de Offe é que, diferentemente da produção, o trabalho em serviços tem melhores resultados quanto maior for a ausência de padronização no local de trabalho (Offe, 1991 (vol. II): 84), o que estaria trazendo – juntamente com o fato de ser um trabalho mais “leve” – o desejo de grande parte dos assalariados em tornarem-se empregados em serviços.

Contudo, alguns dos argumentos de Offe para justificar o entendimento de que os trabalhadores em serviços não integram a classe trabalhadora podem ser recusados pela simples enumeração dos acontecimentos das últimas décadas. Principalmente a reconhecida padronização e especialização do trabalho em grande parte dos ramos que compõem o setor de serviços.

O conjunto de modificações ocorridas na esfera industrial que se denomina reestruturação produtiva atingiu também (e com força) o setor de serviços. As “estratégias organizacionais”, instrumentos de gestão que buscam aumentar a eficiência e a

produtividade das empresas (ALBUQUERQUE, 2002. In: CATTANI, 2002.), estão presentes nas organizações de serviços, bem como no comércio. As novas tecnologias de gestão passaram a unificar a gestão do trabalho e do trabalhador – que deve agora “gerir a si próprio” – com o objetivo de, cada vez mais, controlar a própria subjetividade do empregado (ALVES DE CARVALHO, 2002. In: CATTANI, 2002). Não é só o operário fabril que é levado a participar da produção como um “parceiro” da empresa, tão responsável por seus faturamentos quanto o gerente. O vendedor de livros e de cosméticos agora é o “colaborador” da rede de lojas, produtos ou supermercados. O trabalho em serviços tornou-se, regra geral, atividade rotinizada. Um bom exemplo é o dos operadores de telemarketing, categoria de trabalhadores em franca expansão na atualidade, e, aliás, um grupo com grande incidência de doenças do trabalho, como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER), decorrente do uso rotinizado do computador.

O argumento de Offe de que os empregados em serviços não são integrantes da classe trabalhadora (sequer são *trabalhadores*) pelo fato das ocupações em Serviços (nas quais, lembremos, Offe inclui o comércio de mercadorias) participarem de forma determinante no processo global de reprodução do capital, na medida em que contribuem para a organização, manutenção e segurança do capital, bem como na circulação das mercadorias (esfera onde a mercadoria se realiza), não nos parece convincente. Ao contrário, esta característica do trabalho em serviços parece, a nosso ver, confirmar o entendimento de que esse segmento está diretamente implicado na totalidade do *trabalho social*, na medida em que as tarefas que realizam permitem o funcionamento integral da sociedade produtora de mercadorias. Sem os trabalhos realizados na esfera dos serviços (seja de gestão, qualificação, segurança, conservação, informatização, saúde, etc.) não poderia haver produção e, desnecessário dizer até, sem comércio a mercadoria não tem razão de existir. Por outro lado, não há dúvidas de que as ações coletivas realizadas por trabalhadores de serviços podem ter efeitos importantes na sociedade atual. Basta pensar em uma paralisação de trabalhadores dos setores de comunicações, transportes urbanos ou mesmo na saúde, por exemplo.

A relação de trabalho a que estes trabalhadores estão submetidos, o *assalariamento*, determina inclusive o tipo de ação coletiva que tendem a exercer. As lutas por salários,

condições de trabalho, jornada etc., em geral assumem caráter semelhante às manifestações dos trabalhadores fabris: a greve. E a precarização constante das relações de trabalho neste setor demonstra que, também aí, o capital está preocupado em reduzir custos a partir da economia nos gastos com pessoal.

É certo que algumas características de certos ramos do setor de Serviços tornam complicada (para não dizer improvável) a possibilidade de uma organização voltada à luta sindical ou mesmo de ação política em nome dos interesses de classe. O trabalho doméstico, por exemplo, é um ramo do setor de Serviços, e se trata de trabalho assalariado. Mas seria difícil pensar em ações coletivas de empregadas domésticas, baseado na sua condição de trabalhadoras assalariadas. E, ainda que tal fenômeno ocorresse, qual seria o seu alvo? Estão em oposição *direta* com o Capital? Certamente não. Este é apenas um exemplo dos múltiplos complicadores que a expansão do trabalho em serviços traz à análise das classes sociais.

No entanto, isto não modifica nosso entendimento de que esses trabalhadores devem ser entendidos como parte integrante da classe trabalhadora. Sua condição principal, independentemente da tarefa específica que realiza, é a de despossuído de meios de trabalho, de possuidor exclusivo de força de trabalho. Neste sentido a empregada doméstica tem tanta afinidade com o operário da fábrica, com o motorista do ônibus, com a enfermeira ou com a desempregada quanto têm em comum o principal acionista de um grande conglomerado e um banqueiro.

CONCLUSÃO

Assim como o trabalho, a questão de classe assumiu novos contornos na contemporaneidade. A situação de concentração de grandes contingentes de trabalhadores no interior das fábricas, típica de períodos anteriores, tornava mais fácil o trabalho de organização sindical e de luta política e, por isso, o conceito de classe estava sempre em evidência. Atualmente, devido ao conjunto de mudanças por que tem passado o mundo do trabalho, falar em classes sociais é assumir, muitas vezes, uma posição polêmica. Não faltam trabalhos que anunciam o fim das classes, ou, ao menos, o fim do protagonismo histórico da classe trabalhadora.

Apenas para citar alguns exemplos, temos, além de Claus Offe, de quem já tratamos no capítulo III, os trabalhos de Jürgen Habermas, para quem:

(...) as condições da vida emancipada e digna do homem já não devem resultar diretamente de uma reviravolta nas condições de trabalho, isto é, de uma transformação do trabalho heterônomo em auto-atividade (...). Os acentos utópicos deslocaram-se do conceito de trabalho para o conceito de comunicação (HABERMAS, 1987: 106 a 114).

Uma vez que o trabalho já não é o cerne da sociedade, a questão das classes estaria esvaziada. Com outro enfoque, mas também de acordo com a perda de importância da classe trabalhadora, argumenta também Alan Touraine:

Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixaram de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária... [o movimento operário] deixa de ser um personagem central na história social à medida que nos aproximamos da sociedade pós-industrial (TOURAINÉ: 1989: 11).

Podemos citar ainda Andre Gorz, que deu “adeus ao proletariado” afirmando que o conflito entre capital e trabalho foi suplantado pelo conflito entre a “mega-máquina burocrático-estatal” e a população, ao mesmo tempo em que identificou uma *não-classe*

de não trabalhadores, composta pelos excluídos e que seria agora o sujeito principal dos embates sociais. Ou, ainda, Jeremy Rifkin, para quem o declínio inexorável dos níveis de emprego coloca em xeque tanto as potencialidades organizativas de uma classe trabalhadora como a possibilidade de se afirmar a existência de uma sociedade do trabalho.

Estes argumentos, conforme Antunes (2002), padecem de enormes limitações. Não só porque entendem o trabalho fora de sua dimensão ontológica (como condição de existência de toda sociedade humana), mas também porque desconsideram a permanência da produção de mercadorias como base da economia mundial. Conforme Antunes,

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, “constatam empiricamente” a perda de relevância do trabalho *abstrato* na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de “serviços” e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o “fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico”. Procuramos indicar (...) que estas formulações padecem de enormes limitações (que resultam em grande medida do abandono de categorias analíticas de origem marxiana), de que é o maior exemplo a desconsideração da dupla dimensão presente no trabalho (enquanto *work* e *labour*, enquanto trabalho *concreto* e *abstrato*). Quando a defesa da sociedade do mercado e do capital não é claramente explicitada nessas formulações, resta a proposição utópica e romântica do *tempo livre* no interior de uma sociedade fetichizada, como se fosse possível vivenciar uma *vida absolutamente sem sentido* no trabalho e *cheia de sentido* fora dele. Ou, tentando compatibilizar *trabalho aviltado* com *tempo liberado*³³ (ANTUNES, 2002:93-94).

Para além das aparências, vê-se que o capital expande-se para todas as áreas, convertendo tudo o que há em mercadorias. Em busca da maximização dos lucros, o capital adentra a todas as esferas da vida social, conforme argumenta Tumolo:

³³ Todos os grifos são do autor.

(...) da atividade fabril, que era, no século XIX, praticamente o único espaço econômico onde se estabelecia a relação especificamente capitalista e, por conseguinte, a produção da mais-valia, o capital penetrou e dominou quase todos os outros setores e atividades: agricultura, transportes, pesquisa e tecnologia, comunicações, saúde, educação, serviços, cultura, entretenimento e esporte etc., sem contar com um dos ramos mais cobiçados e lucrativos, a saber, a indústria bélica³⁴. Na medida de sua penetração, em tais atividades econômicas passa a prevalecer a relação capitalista e, portanto, a produção de mais-valia e, conseqüentemente, de capital (Tumolo, 2003: 173).

Na medida em que o capital domina quase todos os setores de atividade econômica, deve crescer também a relação de trabalho típica: o assalariamento. Em nosso estudo levantamos informações que confirmam a importância do trabalho assalariado na atualidade e, portanto, da classe composta pelas pessoas que dependem desta relação de trabalho. Retomando sinteticamente as questões analisadas ao longo desta pesquisa, podemos confirmar esta afirmação.

Em primeiro lugar, vimos que a tendência à urbanização da sociedade brasileira, observada desde a primeira metade do século XX, quando da expansão do modo de produção capitalista no Brasil, manteve-se até os dias atuais, chegando-se ao patamar de mais 80% da população residindo em áreas urbanas. Concomitante a esta concentração urbana, temos o crescimento das ocupações de serviços, comércio e indústria nas regiões do país que em 1980 tinham maior participação das atividades rurais, o Norte e o Nordeste. Ao mesmo tempo, sabe-se que a expansão das lavouras na região Centro-Oeste deu-se com base na mecanização para produção em larga escala. Na região Sul, onde encontra-se, historicamente, uma maior presença da propriedade rural familiar, tivemos ainda a expansão do modelo de “produção integrada” onde, conforme já apontamos, a produção familiar acontece integrada à agroindústria, que “terceiriza” sua produção para essas pequenas unidades, reduzindo assim custos com encargos trabalhistas e pagamento

³⁴ A respeito desta afirmação de Tumolo, veja-se a brilhante reportagem de Natália Viana: *Guerra S.A.*, (publicada pela revista *Caros Amigos* Ano X número 114 de setembro de 2006) que versa sobre a “privatização dos conflitos armados”, através da ação das PMCs – *Private Military Companies* – em vários países em que há guerras, como Iraque, Afeganistão, Colômbia e no continente africano.

de salários, além de livrar-se dos possíveis prejuízos com a perda total ou parcial da produção.

De acordo com o nosso levantamento, a expansão do trabalho assalariado nos últimos 20 anos deu-se principalmente em dois setores: os Serviços e o Comércio. A indústria obteve um crescimento inferior às atividades terciárias, passando a representar um percentual menor de empregados em relação ao total da população economicamente ativa. Paralelamente, observou-se um salto nos índices de desemprego e de precarização do trabalho. Conforme vimos no segundo capítulo, o desemprego é o principal responsável pela retração no total de ocupados na comparação dos dados de 1980 e 2000. O percentual de empregadores, de trabalhadores não-remunerados e de trabalhadores por conta-própria retraiu-se em relação à PEA. O percentual de “empregados” também apresentou retração, mas manteve-se como principal posição ocupacional. Ao que parece, o crescimento do desemprego registrado ao longo da década de 1990 está relacionado principalmente à estagnação econômica do país.

Observamos ainda que as longas jornadas de trabalho permanecem como realidade da ampla maioria dos assalariados, o que indica que *a reprodução do capital depende ainda do emprego de grande quantidade de trabalho humano*. Ao mesmo tempo, ampliou-se significativamente a participação feminina na força de trabalho assalariada embora, em grande parte, em trabalhos de tempo parcial e em condições de precarização. Contudo, ainda que com essas características, a inclusão crescente da força de trabalho feminina no universo do trabalho assalariado é mais um elemento que indica a expansão capitalista e a *necessidade de emprego de força de trabalho*. Neste sentido, a grande participação da juventude no contingente de assalariados também é digna de nota.

Estes acontecimentos demonstram, por um lado, que não procedem as afirmações de que o assalariamento está perdendo centralidade. Por outro, evidenciam que a questão da definição das classes, baseada nas relações de produção, complexifica-se na medida em que o capital adentra a novos tipos de atividade e que surgem inovações na esfera produtiva (como a flexibilização e a terceirização, dentre outros). No século XIX, quando surgiu a teoria de Marx, o proletariado fabril era o que predominava nas cidades e, até por

isso, algumas teorias marxistas posteriores (como a de Poulantzas, por exemplo) afirmaram que a classe trabalhadora era formada pelo proletariado “produtivo”, leia-se, fabril. Porém este tipo de conceituação não pode dar conta da realidade contemporânea. A história recente demonstra que outros grupos, além dos operários fabris, estão em contradição com o capital e têm condições de causar grandes transtornos à economia quando optam por paralisar suas atividades. Veja-se o caso das grandes greves nos setores de transportes urbanos que paralisam as grandes cidades do mundo, os enormes transtornos (e reações que beiram o desespero por parte dos governos e grupos dominantes) que acompanham as greves nos serviços públicos, nos serviços de comunicações, de limpeza urbana etc. Os diferentes tipos de atividade econômica estão interligados em uma cadeia única, na qual não se pode identificar um tipo de atividade da qual se possa prescindir. O setor produtivo não pode manter-se em funcionamento prescindindo dos serviços informacionais, ou de transporte ou de circulação de mercadorias. Da mesma forma, o assalariado do comércio ou do setor de serviços está tão implicado nas relações capitalistas de produção quanto o operário fabril.

Devido a este entendimento, nosso modelo de análise, que combinou o esquema elaborado por Olin Wright (ver capítulo I, páginas 39 e 40) com as considerações desenvolvidas por Antunes a respeito da importância de se ampliar o conceito de classe trabalhadora, considerou como integrantes da classe trabalhadora o conjunto dos assalariados e seus familiares, - excluindo-se os gerentes -, juntamente com os desempregados. Com esta definição chegamos a um resultado que contraria as teses que prenunciam o fim das classes: a ampla maioria da população brasileira depende do assalariamento e insere-se, portanto, no que entendemos aqui como a classe trabalhadora.

A questão das classes como sujeito histórico mantém atualidade e relevância. Elas não desapareceram, como se procura afirmar. Apenas ganharam novos contornos, resultantes das mudanças por que passou o mundo do trabalho com o avanço do capitalismo. *Menos homogênea*, a classe trabalhadora contemporânea é muitas vezes mais complexa do que a classe trabalhadora do século XIX, que figurava nos escritos clássicos de Marx. Fragmentada, ela encontra-se ainda nas fábricas, mas também nos trabalhos de serviços e comércio, como assalariada no campo ou, ainda, impedida de integrar-se ao mundo do

trabalho pelo desemprego. Essas situações tão variadas de inserção no mundo do trabalho trazem a *aparência* de que não há nada que unifique esses trabalhadores, já que realizam atividades tão diferentes entre si. Porém há características fundamentais que são comuns a todos: sua relação de submissão ao capital, através do trabalho assalariado, sua dependência dessa relação para sobreviver e a apropriação do produto do trabalho por terceiros.

Estas questões não estão visíveis, e até por isso a ampla maioria dos trabalhadores assalariados organiza-se em torno das questões mais palpáveis, como suas condições de trabalho, salários e benefícios sociais. E as aspirações variam infinitamente, de acordo com o tipo de atividade que se realiza, local de trabalho etc. Esta ausência de unidade, ou mesmo de “consciência de classe” é muitas vezes apontada como um indicativo de que a classe trabalhadora, enquanto tal, não tem mais viabilidade como sujeito histórico. De fato, as estratificações internas à classe (decorrentes dos diferentes setores onde trabalha, recompensas materiais, acesso a bens culturais etc.) trazem grandes problemas para sua unidade e possibilidades de ação política em oposição frontal à classe dominante. Esta, no entanto, apresenta unidade nas questões fundamentais (embora apresente divergência em diversas questões da política cotidiana). Porém, conforme Mészáros:

(...) com respeito à questão da unidade, não se pode falar de uma simetria entre as duas classes fundamentais que lutam pela hegemonia na sociedade capitalista. A classe dominante tem de defender interesses *reais*, imensos e evidentes por si mesmos, que agem como força de unificação poderosa entre suas várias camadas. Em completo contraste, a estratificação interna das classes subordinadas serve para intensificar a contradição entre interesses *imediatos* e os de *longo prazo*, definindo esses últimos como meramente *potenciais*, cujas condições de realização necessariamente escapam da situação imediata (MÉSZÁROS, 2004: 332).

As divisões internas à classe trabalhadora são provavelmente o maior desafio para a possibilidade de movimentos orientados contra o capitalismo. Mas não podem ser tomadas em si mesmas, sob o risco de se ignorar aquelas características que são

estruturais da sociedade contemporânea: sua divisão em classes sociais, opostas e irreconciliáveis em seus interesses fundamentais. Se a classe trabalhadora irá ou não superar suas dificuldades de unidade e de ação comum para agir em defesa de seus interesses fundamentais – o que se traduz em novas formas sociais – dependerá do êxito de suas organizações políticas (sejam partidos, sindicatos, movimentos sociais) em colocar as questões fundamentais no topo das aspirações comuns da classe e de dar consequência às suas ações coletivas. O que nos propusemos a mostrar, nesta pesquisa, é que a classe trabalhadora é uma estrutura real na sociedade contemporânea, enquanto parte do sistema de organização da sociedade. As formas de ação coletiva, consciência de classe e outros temas fundamentais decorrentes da constatação de que as classes têm papel preponderante na sociedade precisam ser investigadas, bem como as lacunas que deixamos aqui, tanto em relação à participação de outros contingentes na formação da classe trabalhadora, que não puderam ser identificados com os dados utilizados (como por exemplo, os trabalhadores “autônomos” que estão, na verdade, submetidos à lógica capitalista), quanto em relação às demais classes que constituem a sociedade brasileira contemporânea.

Referências e Bibliografia

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

AMORIM, R.; POCHMANN, M. & Outros. *Atlas da Nova Estratificação Social no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

ANTUNES, R.. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas: Editora Cortez, 2002.

_____. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. *A nova morfologia do trabalho e o desenho multifacetado das ações coletivas*. In: SANTANA & RAMALHO. *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Páginas 213 a 224.

ARBACHE, J. S. *Unions and labor market in Brazil*. In: Latin American Meeting of the Econometric Society. São Paulo, 2001.

ARON, R. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Brasília: Editora da UNB, 1987.

AUED, B. *Profissões no passado – Profissões no Futuro (personagens sociais em tempos de transição)*. Revista de Ciências Humanas, volume 15, nº 22, páginas 09 a 30. Florianópolis: Editora da UFSC, setembro/outubro de 1997.

BENDIX & LIPSET. *Class, Status and Power*. Londres: Routledge, 1967.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Editora Papirus, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Editora Difel, 1989.

BRAGA, T. *A controvérsia acerca do setor informal: formas de participação na produção e definição de políticas públicas*. Artigo publicado em www.sei.ba.gov.br/publicacoes - 2004.

BRÜSEKE, F. *A modernidade técnica*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Número 49, vol. 17, junho de 2002. Páginas 135 – 144.

CARDOSO, F.H. *Situação e comportamento social do proletariado*. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Páginas 467 a 486.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, A. (organizador). *Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CROMPTON, R. *Clase y Estratificación*. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

DAL ROSSO, S. *Construção de Projetos em Pesquisa em Sociologia*. Brasília: UNB: 2007.

DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese, 2001.

DRUCK, M.G. *Flexibilização, terceirização e precarização. A experiência dos sindicatos*. In: FRANCO, T. (org.) *Trabalho, riscos Ambientais e Meio Ambiente: Rumo ao desenvolvimento sustentável?* Salvador: Editora da EDUFBA, 1997. páginas 117 a 158.

ENGELS, F. *Discurso sobre a ação política da Classe Operária*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1982.

_____. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1982.

FARIA, A. *Terceirização: Um desafio para o Movimento Sindical*. In: MARTINS, H. & RAMALHO, J.S. (organizadores). *Terceirização – Diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC/CED/NETS, 1994. Páginas 41 a 61.

- FERNANDES, F. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- _____. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira Editora, 1967.
- _____. *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- FUCHS, V. *The Service Economy*. Nova York: National bureau of Economic Research, 1968.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- GERTH & MILLS. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GIDDENS, A. *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GOLDTHORPE, J. *Social Stratification in Industrial Society*. In: BENDIX & LIPSET. *Class, Status and Power*. Londres: Routledge, 1967.
- GOLDTHORPE, PAYNE & LLEWELLYN. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- GONÇALVES & MACHADO. *Análise da composição do rendimento do trabalhador empregado no Brasil: Uma abordagem de oferta, demanda e instituições (1992-2001) – Artigo*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2005.

- GORENDER, J. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1982.
- GRAHAM, D. *Algumas considerações econômicas para a política migratória no meio brasileiro*. In: *Migrações Internas no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como ideologia*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1975.
- _____. *A nova intransparência*. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, número 18, setembro de 1987.
- HARDT & NEGRI *Multidão: Guerra e Democracia na Era do Império*. São Paulo: Editora Record, 2005.
- HOFFMANN, H. *Desemprego e Subemprego no Brasil*. São Paulo: Ática, 1980.
- IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *Classe e Nação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- _____. *Raças e Classes no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- JAGUARIBE, H. *A decolagem do desenvolvimento*. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Páginas 408 a 418.
- KON, A. *Economia de Serviços – Teoria e Evolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.
- LENIN, V.I. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. In: LENIN, V.I. *Obras Completas*. Moscou: Editorial Progreso, 1986.
- LOPES, J. *O mundo rural em crise*. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Páginas 434 a 450.
- MATTOS, M. *Os sindicatos e o desemprego no Brasil*. In: <http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/index.html> - 1998.

MARKET, W. *Trabalho e Consciência – Mudanças na sociedade do trabalho e a reconstrução da teoria de classe*. Revista Tempo Social, vol. 14, nº 2, páginas 19 a 36. São Paulo: USP, FFLCH, outubro de 2002.

MARX, K. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *O Dezoito Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *As Lutas de Classe na França*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1982.

_____. *Teses sobre Feuerbach*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Lisboa: Edições Avante! 1982.

MARX & ENGELS. *Cartas Filosóficas & Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Moraes Editora, 1987(a).

MARX & ENGELS. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987(b).

MENEZES, R. *Instrumentos de Política Fundiária e Luta de Classes: implantação, reações e alternativas à “Nova Reforma Agrária”*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, Departamento de Sociologia, 2002.

MÉZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Campinas: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NEVES, D. *Lavradores e Pequenos Produtores de Cana – Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho*. Volumes I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OLIVEIRA, F. *Passagem na Neblina*. In: OLIVEIRA; STEDILE & GENOÍNO. *Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

_____. *A economia brasileira. Crítica à razão dualista*. Estudos CEBRAP, número 2, outubro de 1972.

PAOLI, M. *Desenvolvimento e marginalidade*. São Paulo: Pioneira, 1974.

PEREIRA, L. *O desenvolvimento dependente em processo*. In: FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1972. Páginas 419 a 433.

PETRAS, J. *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

PIERANTONI & VARELLA. *Classificação Brasileira de Ocupações – 2002. Perspectivas para a análise do mercado de trabalho em Saúde com o foco na Enfermagem*. Revista Formação, vol.2, nº 6, páginas 55 a 69. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

PINTO, L.A. *Sociologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1963.

POCHMANN, M. *Balanço de duas décadas do emprego no Brasil*. Revista Formação, vol.2, nº 6, páginas 05 a 14. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

POCHMANN, M. & BORGES, A. *A “Era FHC”: a regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____. *As classes sociais no capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RIBEIRO & SCALON. *Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada*. Dados, v. 44, n. 1: 2001.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos – o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTANA & RAMALHO. *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SILVA, L.A. *Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: Informalidade e Empregabilidade como Categorias de Entendimento*. In: SANTANA & RAMALHO. *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Páginas 140 a 178.

SILVER, B. *Forças do Trabalho – Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

SOUZA, H. & RAMALHO, J.R. (organizadores) *Terceirização – Diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC/CED/NETS, 1994.

STAVENHAGEN, R. *Classe sociais e estratificação social*. In: FORACCHI, M.M. & MARTINS, J. S. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000.

TELLES, V. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. Revista Tempo Social – revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, 2006.

TELLES, V. & HIRATA, D.V. *Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito*. Revista Estudos Avançados, v. 61, páginas 173-192. São Paulo, 2007.

TELLES, V. (org.) *Sociologia da Condição Operária*. Revista Tempo Social – revista de Sociologia da USP. São Paulo, 2006.

TUMOLO, P. *Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: Apontamentos de interpretação*. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 159-178, abril 2003. (Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>).

TOURAINÉ, A. *Os novos conflitos sociais*. In: Revista Lua Nova, São Paulo: Marco Zero. Número 17, junho de 1989.

VILLAS BOAS, R. & TELLES, V. (organizadores) *Poder local, participação popular e construção da cidadania*. São Paulo: Polis, 1995.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. São Paulo e Brasília: Editora UNB, 2004.

WRIGHT, E. *Classe, Crise e Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WRIGHT, E. *Classes*. Londres: Verso, 1985.

ZEN, E.L. *Movimentos Sociais e a Questão de Classe: Um olhar sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, Departamento de Sociologia, 2007.

ZENTENO, R. *As Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Fontes:

- IBGE: Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 2000.
- IBGE na internet: www.ibge.gov.br
- Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA):
<http://www.sidra.ibge.gov.br/>
- Texto “Emenda Três”: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11457.htm

ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela A - Ocupados por Posição na Ocupação e Sexo - Brasil 1980 e 2000

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	42.271.526	65.629.892	100,0	100,0	97,8	84,7
	Homens	30.766.159	40.860.097				
	Mulheres	11.505.367	24.769.796				
Empregados	Total	28.069.477	43.694.129	66,4	66,6	64,9	56,4
	Homens	19.341.753	25.484.477				
	Mulheres	8.727.724	18.209.652				
Empregadores	Total	1.080.420	1.897.842	2,6	2,9	2,5	2,4
	Homens	967.417	1.409.936				
	Mulheres	113.003	487.906				
Conta própria	Total	10.545.970	15.396.247	24,9	23,5	24,4	19,9
	Homens	8.737.928	11.312.146				
	Mulheres	1.808.042	4.084.100				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	2.231.508	2.608.533	5,3	4,0	5,2	3,4
	Homens	1.508.115	1.247.028				
	Mulheres	723.393	1.361.505				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	2.033.141	-	3,1	-	2,6
	Homens	**	1.406.509				
	Mulheres	**	626.632				

** Dado não disponível

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados dos CENSOS 1980 e 2000 IBGE

Tabela B - Ocupados em Atividades Agropecuárias, de Extração Vegetal e Pesca por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	12.661.017	12.119.390	100,0	100,0	29,3	15,6
	Homens	11.050.510	9.495.890				
	Mulheres	1.610.507	2.623.500				
Empregados	Total	4.809.592	4.240.902	38,0	35,0	11,1	5,5
	Homens	4.283.383	3.699.292				
	Mulheres	526.209	541.610				
Empregadores	Total	321.581	165.101	2,5	1,4	0,7	0,2
	Homens	310.525	153.844				
	Mulheres	11.056	11.257				
Conta própria	Total	5.435.209	3.717.640	42,9	30,7	12,6	4,8
	Homens	4.998.552	3.247.933				
	Mulheres	436.657	469.706				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	2.030.762	1.962.606	16,0	16,2	4,7	2,5
	Homens	1.403.023	988.311				
	Mulheres	627.739	974.295				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	2.033.141	-	16,8	-	2,6
	Homens	**	1.406.509				
	Mulheres	**	626.632				

** Dado não disponível

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela C- Ocupados na Indústria* por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	10.772.463	13.889.222	100,0	100,0	24,9	17,9
	Homens	8.988.698	10.891.680				
	Mulheres	1.783.765	2.997.542				
Empregados	Total	9.152.861	10.072.308	85,0	72,5	21,2	13,0
	Homens	7.520.585	7.952.940				
	Mulheres	1.632.276	2.119.368				
Empregadores	Total	227.771	395.340	2,1	2,8	0,5	0,5
	Homens	209.808	316.296				
	Mulheres	17.963	79.044				
Conta própria	Total	1.299.386	3.249.994	12,1	23,4	3,0	4,2
	Homens	1.186.420	2.534.118				
	Mulheres	112.966	715.876				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	42.299	171.580	0,4	1,2	0,1	0,2
	Homens	30.850	88.326				
	Mulheres	11.449	83.254				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	-	-	-	-	-
	Homens	**	-				
	Mulheres	**	-				

*Inclui Indústrias de Transformação, Extrativa, Construção Civil e Produção e Distribuição de eletricidade, gás e água.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela D - Ocupados no ramo da Indústria de Transformação por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	6.939.421	12.119.390	100,0	100,0	16,1	15,6
	Homens	5.276.417	9.495.890				
	Mulheres	1.663.004	2.623.500				
Empregados	Total	6.270.276	4.240.902	90,4	35,0	14,5	5,5
	Homens	4.753.470	3.699.292				
	Mulheres	1.516.806	541.610				
Empregadores	Total	180.902	165.101	2,6	1,4	0,4	0,2
	Homens	164.415	153.844				
	Mulheres	16.487	11.257				
Conta própria	Total	426.255	3.717.640	6,1	30,7	1,0	4,8
	Homens	315.887	3.247.933				
	Mulheres	110.368	469.706				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	31.668	1.962.606	0,5	16,2	0,1	2,5
	Homens	20.676	988.311				
	Mulheres	10.992	974.295				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	2.033.141	-	16,8	-	2,6
	Homens	**	1.406.509				
	Mulheres	**	626.632				

** Dado não disponível

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela E - Ocupados no ramo da Indústria da Construção Civil por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	3.171.046	4.568.396	100,0	100,0	7,3	5,9
	Homens	3.112.600	4.397.397				
	Mulheres	58.446	170.998				
Empregados	Total	2.286.525	2.729.345	72,1	59,7	5,3	3,5
	Homens	2.230.999	2.579.813				
	Mulheres	55.526	149.532				
Empregadores	Total	41.087	88.057	1,3	1,9	0,1	0,1
	Homens	39.841	81.397				
	Mulheres	1.246	6.660				
Conta própria	Total	817.935	1.712.537	25,8	37,5	1,9	2,2
	Homens	817.014	1.703.309				
	Mulheres	921	9.228				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	8.604	38.456	0,3	0,8	0,0	0,0
	Homens	8.313	32.879				
	Mulheres	291	5.578				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	*	-	-	-	-
	Homens	**	*				
	Mulheres	**	*				

* Dado inconsistente (não divulgado)

** Dado não disponível

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela F - Ocupados no Comércio por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	4.037.917	10.898.997	100,0	100,0	9,3	14,1
	Homens	2.927.605	7.256.900				
	Mulheres	1.110.312	3.642.097				
Empregados	Total	2.510.924	6.465.397	62,2	59,3	5,8	8,3
	Homens	1.709.010	4.235.534				
	Mulheres	801.914	2.229.863				
Empregadores	Total	261.717	688.995	6,5	6,3	0,6	0,9
	Homens	220.975	504.948				
	Mulheres	40.742	184.047				
Conta própria	Total	1.191.647	3.465.625	29,5	31,8	2,8	4,5
	Homens	957.825	2.414.846				
	Mulheres	233.822	1.050.779				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	55.172	278.979	1,4	2,6	0,1	0,4
	Homens	27.752	101.572				
	Mulheres	27.420	177.407				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	-	-	-	-	-
	Homens	**	-				
	Mulheres	**	-				

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela G - Ocupados nos Serviços* por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	13.525.753	27.883.622	100,0	100,0	31,3	36,0
	Homens	6.921.385	12.680.790				
	Mulheres	6.604.368	15.202.831				
Empregados	Total	10.595.279	22.436.356	78,3	80,5	24,5	29,0
	Homens	5.158.474	9.276.259				
	Mulheres	5.436.805	13.160.097				
Empregadores	Total	243.307	624.674	1,8	2,2	0,6	0,8
	Homens	203.825	417.830				
	Mulheres	39.482	206.844				
Conta própria	Total	2.473.064	4.640.292	18,3	16,6	5,7	6,0
	Homens	1.487.789	2.923.844				
	Mulheres	985.275	1.716.448				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	89.761	182.300	0,7	0,7	0,2	0,2
	Homens	40.359	62.858				
	Mulheres	49.402	119.442				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	-	-	-	-	-
	Homens	**	-				
	Mulheres	**	-				

* Inclui Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Administração pública, defesa e seguridade social, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Serviços domésticos

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela H - Ocupados em outras atividades* por Sexo e Posição na Ocupação

Posição na ocupação	Sexo	Valores absolutos		% dos Ocupados		% da PEA	
		Ano		Ano		Ano	
		1980	2000	1980	2000	1980	2000
Total	Total	1.274.376	838.662	100,0	100,0	2,9	1,1
	Homens	877.961	534.836				
	Mulheres	396.415	303.826				
Empregados	Total	1.000.821	479.166	78,5	57,1	2,3	0,6
	Homens	670.301	320.452				
	Mulheres	330.520	158.714				
Empregadores	Total	26.044	23.731	2,0	2,8	0,1	0,0
	Homens	22.284	17.018				
	Mulheres	3.760	6.713				
Conta própria	Total	146.664	322.696	11,5	38,5	0,3	0,4
	Homens	107.342	191.404				
	Mulheres	39.322	131.292				
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	Total	8.658	13.068	0,7	1,6	0,0	0,0
	Homens	6.131	5.962				
	Mulheres	2.527	7.107				
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	Total	**	-	-	-	-	-
	Homens	**	-				
	Mulheres	**	-				

*Inclui ocupados em atividades mal definidas e em organismos internacionais e outras instituições

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Tabela I - Total de Ocupados por Setor de Atividade - Grandes Regiões Geográficas - 1980 e 2000

Região	Ano	Atividades Agropecuárias, de Extração Vegetal e Pesca						
		Total	Indústria	Comércio	Serviços* Privados	Serviços públicos	Outras	
Norte	1980	1.772.834	320.826	167.503	383.611	87.877	37.889	
	2000	4.371.348	728.054	704.718	1.322.373	325.582	67.059	
Nordeste	1980	10.832.445	1.742.286	876.339	2.264.637	359.532	189.557	
	2000	16.384.648	2.509.405	2.460.157	5.187.065	915.158	172.697	
Sudeste	1980	19.750.825	6.506.801	2.043.907	6.487.585	829.392	751.875	
	2000	29.088.409	7.032.161	5.095.153	12.308.247	1.398.755	417.927	
Sul	1980	7.304.982	1.762.522	695.187	1.866.775	268.500	208.026	
	2000	10.996.193	2.733.721	1.780.621	3.655.597	512.334	123.649	
Centro-Oeste	1980	2.610.440	440.028	254.981	800.861	176.983	87.029	
	2000	4.789.295	885.882	858.348	1.887.473	371.040	57.330	

* Exclui Serviços Públicos e inclui Atividades Sociais e transportes e comunicações

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 - IBGE

Tabela J - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento nominal mensal do trabalho principal, segundo o sexo e os grandes grupos de ocupação no trabalho principal - Brasil

Sexo e grandes grupos de ocupação no trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência por faixa de rendimentos (em número de salários mínimos)								
	Total	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem Rendimento
	Total.....	65 629 892	15 532 151	16 836 339	8 286 955	8 361 371	7 187 542	2 919 803	1 484 014
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes.....	2 795 637	97 084	228 849	180 605	403 880	793 502	596 741	474 560	20 417
Profissionais das ciências e artes.....	3 816 342	229 579	336 563	276 514	564 983	1 092 216	766 442	490 001	60 043
Técnicos de nível médio.....	5 142 902	563 564	1 089 659	765 418	980 817	1 098 383	432 726	143 886	68 449
Trabalhadores de serviços administrativos..	5 358 877	669 089	1 533 624	1 073 971	1 014 637	733 768	203 288	48 964	81 536
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.....	19 425 844	6 801 375	6 200 219	2 432 280	1 881 204	1 202 091	337 258	110 457	460 959
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca.....	11 527 823	4 009 467	2 223 349	497 131	397 186	268 253	110 303	64 745	3 957 390
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.....	14 497 950	2 624 757	4 634 544	2 720 336	2 537 040	1 395 745	300 085	80 831	204 614
Trabalhadores de reparação e manutenção.....	1 549 681	277 423	389 126	236 379	311 348	241 164	51 664	11 491	31 086
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.....	563 350	42 718	16 537	31 268	177 206	235 471	48 952	11 298	-
Ocupações mal especificadas.....	951 486	217 095	183 870	73 053	93 070	126 949	72 443	47 781	137 225
Homens.....	40 860 097	8 349 920	10 061 470	5 418 724	5 878 219	5 017 816	2 096 984	1 179 244	2 857 721
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes.....	1 922 862	63 137	144 307	110 583	249 742	525 131	437 282	386 407	6 273
Profissionais das ciências e artes.....	1 850 100	98 051	145 754	103 927	206 780	463 626	444 088	365 053	22 822
Técnicos de nível médio.....	2 562 093	197 026	402 220	300 955	491 903	701 136	320 357	112 915	27 500
Trabalhadores de serviços administrativos..	2 181 662	266 923	536 539	409 300	442 291	355 266	111 491	32 680	27 170
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.....	8 313 165	1 870 722	2 595 201	1 327 851	1 196 623	835 887	245 312	84 324	157 244
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca.....	9 034 657	3 395 669	1 999 137	462 498	373 481	254 736	104 754	61 607	2 382 774
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.....	12 251 861	1 979 752	3 704 462	2 380 759	2 374 494	1 326 574	282 230	75 049	128 541
Trabalhadores de reparação e manutenção.....	1 531 557	273 951	384 342	233 417	309 133	239 553	51 113	11 291	28 758
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.....	541 067	42 048	15 968	29 858	169 021	226 279	46 726	11 167	-
Ocupações mal especificadas.....	670 273	161 840	133 539	51 575	64 751	89 627	53 631	38 750	76 559
Mulheres.....	24 769 796	7 182 231	6 774 869	2 868 231	2 483 152	2 169 726	822 819	304 770	2 163 996
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes.....	872 775	33 946	84 541	70 022	154 138	268 371	159 459	88 153	14 144
Profissionais das ciências e artes.....	1 966 241	131 529	190 809	172 588	358 203	628 590	322 354	124 948	37 221
Técnicos de nível médio.....	2 580 009	365 738	687 439	456 463	488 914	397 247	112 369	30 971	40 869
Trabalhadores de serviços administrativos..	3 177 215	402 165	997 085	664 671	572 346	378 502	91 797	16 284	54 365
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.....	11 112 679	4 930 653	3 605 018	1 104 429	684 581	366 204	91 947	26 133	303 715
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca.....	2 493 166	613 798	224 211	34 633	23 705	13 516	5 549	3 138	1 574 616
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais.....	2 246 089	645 004	930 082	339 576	162 546	69 170	17 855	5 783	76 073
Trabalhadores de reparação e manutenção.....	18 124	3 473	4 784	2 962	2 215	1 611	551	200	2 328
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.....	22 283	670	569	1 409	8 185	9 192	2 126	131	-
Ocupações mal especificadas.....	281 213	55 255	50 331	21 477	28 319	37 322	18 812	9 030	60 666
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.....									

Tabela L - Ocupados por Sexo, Grandes Grupos de Ocupação no Trabalho Principal e Grupos de Anos de Estudo - Brasil 2000							
Grandes Grupos de Ocupação	Total	Grupos de Anos de Estudo					
		Sem instrução e menos de 1	De 1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 ou mais
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	2.795.637	44.607	118.681	383.520	377.120	1.142.951	718.987
Homens	1.922.862	39.290	101.660	308.539	271.243	734.413	461.041
Mulheres	872.775	5.316	17.021	74.981	105.877	408.537	257.946
Profissionais de nível técnico e profissionais das ciências e das artes	8.959.244	66.166	191.835	720.929	1.094.698	3.839.892	2.999.333
Homens	4.412.993	41.170	129.735	488.102	612.781	1.717.755	1.403.102
Mulheres	4.546.251	24.996	62.100	232.827	481.917	2.122.137	1.596.231
Trabalhadores de serviços administrativos	5.358.877	29.529	114.520	586.317	1.188.640	2.935.722	480.339
Homens	2.181.662	19.718	73.343	358.195	552.260	998.926	167.396
Mulheres	3.177.215	9.811	41.178	228.122	636.380	1.936.796	312.943
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	19.425.844	1.360.610	3.057.100	7.342.482	3.945.366	3.278.153	261.932
Homens	8.313.165	630.596	1.291.229	2.957.285	1.720.999	1.505.077	139.807
Mulheres	11.112.679	730.014	1.765.871	4.385.197	2.224.368	1.773.076	122.125
Trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca	11.527.823	2.877.046	3.694.362	3.710.098	696.694	306.267	45.648
Homens	9.034.657	2.275.629	2.905.460	2.846.739	557.848	253.806	39.668
Mulheres	2.493.166	601.418	788.902	863.359	138.846	52.461	5.979
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	14.497.950	898.110	2.415.165	6.265.764	2.876.636	1.823.870	92.485
Homens	12.251.861	804.691	2.143.272	5.354.698	2.354.114	1.421.086	69.241
Mulheres	2.246.089	93.419	271.893	911.066	522.522	402.784	23.245
Trabalhadores de reparação e manutenção	1.549.681	52.149	188.017	646.946	375.093	261.965	13.574
Homens	1.531.557	51.499	186.239	641.736	370.660	256.761	12.815
Mulheres	18.124	649	1.778	5.210	4.433	5.204	759
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	563.350	1.387	7.212	41.812	148.396	318.520	44.245
Homens	541.067	1.373	6.998	41.516	145.962	302.827	40.677
Mulheres	22.283	15	215	296	2.434	15.693	3.568
Ocupações mal especificadas	951.486	114.410	163.855	231.475	123.578	221.165	88.558
Homens	670.273	88.324	126.347	172.268	85.697	138.460	52.918
Mulheres	281.213	26.087	37.508	59.207	37.881	82.704	35.640

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Observação: Nas tabelas de M a X optamos por desagregar os dados referentes à indústria no ramos Extrativa, Construção Civil, de Transformação e Outras Atividades industriais com o objetivo de observar se a queda da ocupação na Indústria está mais concentrada em algum dos ramos em especial. Em relação aos Serviços, desagregamos em Serviços públicos e privados, com o mesmo objetivo, além de separar o comércio, que em algumas bibliografias aparece somado aos Serviços como setor terciário (por exemplo, POCHMANN, 2000). O IBGE sempre separa "Transporte, Armazenagem e Comunicações" dos Serviços. Mantivemos esta separação neste conjunto de tabelas, apesar de somar este ramo ao setor de Serviços nas outras planilhas apresentadas.

Tabela M - Empregados em atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca, por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		4.809.592	4.240.902
	Homens	4.283.383	3.699.292
	Mulheres	526.209	541.610
Com carteira de trabalho assinada	Total	692.864	1.511.691
	Homens	634.826	1.321.879
	Mulheres	58.038	189.812
Sem carteira de trabalho assinada	Total	4.116.728	2.729.211
	Homens	3.648.557	2.377.413
	Mulheres	468.171	351.798

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela N - Empregados na Indústria Extrativa por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		**	189.719
	Homens	**	175.712
	Mulheres	**	14.007
Com carteira de trabalho assinada	Total	**	124.015
	Homens	**	114.512
	Mulheres	**	9.502
Sem carteira de trabalho assinada	Total	**	65.704
	Homens	**	61.200
	Mulheres	**	4.505

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela O- Empregados na Indústria de Transformação por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		6.270.276	6.827.086
	Homens	4.753.470	4.924.591
	Mulheres	1.516.806	1.902.495
Com carteira de trabalho assinada	Total	5.690.783	5.120.106
	Homens	4.307.781	3.762.371
	Mulheres	1.383.002	1.357.735
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	16.839
	Homens	**	10.756
	Mulheres	**	6.083
Sem carteira de trabalho assinada	Total	579.493	1.690.141
	Homens	445.689	1.151.464
	Mulheres	133.804	538.677

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela P - Empregados na Indústria da Construção Civil por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		2.286.525	2.729.345
	Homens	2.230.999	2.579.813
	Mulheres	55.526	149.532
Com carteira de trabalho assinada	Total	1.751.727	1.204.904
	Homens	1.701.263	1.123.713
	Mulheres	50.464	81.192
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	97.713
	Homens	**	73.944
	Mulheres	**	23.769
Sem carteira de trabalho assinada	Total	534.798	1.426.728
	Homens	529.736	1.382.157
	Mulheres	5.062	44.571

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela Q- Empregados em Outras Atividades Industriais por situação de emprego e sexo (soma extrativa e eletricidade etc.)

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		596.060	515.877
	Homens	536.116	448.535
	Mulheres	59.944	67.342
Com carteira de trabalho assinada	Total	543.348	385.661
	Homens	488.507	336.978
	Mulheres	54.841	48.683
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	25.696
	Homens	**	19.722
	Mulheres	**	5.974
Sem carteira de trabalho assinada	Total	52.712	104.520
	Homens	47.609	91.836
	Mulheres	5.103	12.685

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela R - Empregados no Comércio por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		2.510.924	6.465.397
	Homens	1.709.010	4.235.534
	Mulheres	801.914	2.229.863
Com carteira de trabalho assinada	Total	2.081.279	4.125.323
	Homens	1.402.870	2.589.735
	Mulheres	678.409	1.535.588
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	-
	Homens	**	-
	Mulheres	**	-
Sem carteira de trabalho assinada	Total	429.645	2.340.075
	Homens	306.140	1.645.799
	Mulheres	123.505	694.276

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela S - Empregados em Transporte, Armazenagem e Comunicações por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		1.280.823	2.224.662
	Homens	1.145.008	1.869.677
	Mulheres	135.815	354.985
Com carteira de trabalho assinada	Total	1.155.439	1.579.862
	Homens	1.025.445	1.320.538
	Mulheres	129.994	259.324
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	65.790
	Homens	**	45.529
	Mulheres	**	20.262
Sem carteira de trabalho assinada	Total	125.384	579.009
	Homens	119.563	503.610
	Mulheres	5.821	75.399

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela T - Empregados em Serviços* (privados) por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		7.597.638	16.688.826
	Homens	2.733.696	5.202.341
	Mulheres	4.933.942	11.486.486
Com carteira de trabalho assinada	Total	5.196.644	8.441.218
	Homens	2.231.634	3.254.975
	Mulheres	3.035.010	5.186.243
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	1.645.094
	Homens	**	370.048
	Mulheres	**	1.275.046
Sem carteira de trabalho assinada	Total	2.400.994	6.602.514
	Homens	502.062	1.577.318
	Mulheres	1.898.932	5.025.196

* Inclui: Alojamento e alimentação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Serviços domésticos

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela U- Empregados em Serviços Públicos e Privados* por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados		9.314.456	20.211.694
	Homens	4.083.466	7.406.582
	Mulheres	5.300.990	12.805.112
Com carteira de trabalho assinada	Total	**	9.712.573
	Homens	**	4.026.870
	Mulheres	**	5.685.703
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	3.428.487
	Homens	**	1.548.477
	Mulheres	**	1.880.011
Sem carteira de trabalho assinada	Total	**	7.070.633
	Homens	**	1.831.235
	Mulheres	**	5.239.398

* Inclui: Administração Pública, defesa e seguridade social, Alojamento e alimentação, Intermediação financeira, Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, Educação, Saúde e serviços sociais, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais e Serviços domésticos

** Não há variável equivalente no censo de 1980 (divulgado)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela V - Empregados em Serviços Públicos* por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados	Total	1.716.818	3.522.868
	Homens	1.353.517	2.204.241
	Mulheres	368.767	1.318.626
Com carteira de trabalho assinada	Total	**	1.271.355
	Homens	**	771.895
	Mulheres	**	499.460
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	1.783.393
	Homens	**	1.178.429
	Mulheres	**	604.964
Sem carteira de trabalho assinada	Total	**	468.119
	Homens	**	253.917
	Mulheres	**	214.202

*Inclui Administração Pública, defesa e seguridade social

** Não há variável equivalente no censo de 1980 (divulgado)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.

Tabela X - Empregados em Outras Atividades por situação de emprego e sexo

Situação no Emprego	Sexo	Ano	
		1980	2000
Total de Empregados	Total	1.000.821	479.166
	Homens	670.301	320.452
	Mulheres	330.520	158.714
Com carteira de trabalho assinada	Total	938.291	289.312
	Homens	628.081	190.929
	Mulheres	310.210	98.383
Militares e funcionários públicos estatutários	Total	**	58.637
	Homens	**	39.239
	Mulheres	**	19.398
Sem carteira de trabalho assinada	Total	62.530	131.217
	Homens	42.220	90.285
	Mulheres	20.310	40.932

** Não divulgado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE - Censos Demográficos 1980 e 2000.